

Sociolinguística

**Raquel Meister Ko Freitag
Geralda de Oliveira Santos Lima**



**São Cristóvão/SE
2010**

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Chefe de Gabinete
Ednalva Freire Caetano

Ministro da Educação
Fernando Haddad

Coordenador Geral da UAB/UFS
Diretor do CESAD
Antônio Ponciano Bezerra

Secretário de Educação a Distância
Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-coordenador da UAB/UFS
Vice-diretor do CESAD
Fábio Alves dos Santos

Reitor
Josué Modesto dos Passos Subrinho

Vice-Reitor
Angelo Roberto Antonioli

Diretoria Pedagógica
Clotildes Farias (Diretora)
Hérica dos Santos Mota
Iara Macedo Reis
Daniela Souza Santos
Janaina de Oliveira Freitas

Núcleo de Avaliação
Guilhermina Ramos (Coordenadora)
Carlos Alberto Vasconcelos
Elizabete Santos
Marialves Silva de Souza

Diretoria Administrativa e Financeira
Edélzio Alves Costa Júnior (Diretor)
Sylvia Helena de Almeida Soares
Valter Siqueira Alves

Núcleo de Serviços Gráficos e Audiovisuais
Giselda Barros

Coordenação de Cursos
Djalma Andrade (Coordenadora)

Núcleo de Tecnologia da Informação
João Eduardo Batista de Deus Anselmo
Marcel da Conceição Souza

Núcleo de Formação Continuada
Rosemeire Marcedo Costa (Coordenadora)

Assessoria de Comunicação
Guilherme Borba Gouy

Coordenadores de Curso
Denis Menezes (Letras Português)
Eduardo Farias (Administração)
Haroldo Dorea (Química)
Hassan Sherafat (Matemática)
Hélio Mario Araújo (Geografia)
Lourival Santana (História)
Marcelo Macedo (Física)
Silmara Pantaleão (Ciências Biológicas)

Coordenadores de Tutoria
Edvan dos Santos Sousa (Física)
Geraldo Ferreira Souza Júnior (Matemática)
Janaína Couvo T. M. de Aguiar (Administração)
Priscilla da Silva Góes (História)
Rafael de Jesus Santana (Química)
Ronilse Pereira de Aquino Torres (Geografia)
Trícia C. P. de Sant'ana (Ciências Biológicas)
Vanessa Santos Góes (Letras Português)

NÚCLEO DE MATERIAL DIDÁTICO

Hermeson Menezes (Coordenador)
Edvar Freire Caetano
Isabela Pinheiro Ewerton

Lucas Barros Oliveira
Neverton Correia da Silva
Nycolas Menezes Melo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Cidade Universitária Prof. "José Aloísio de Campos"
Av. Marechal Rondon, s/n - Jardim Rosa Elze
CEP 49100-000 - São Cristóvão - SE
Fone(79) 2105 - 6600 - Fax(79) 2105- 6474

Sumário

AULA 1	
Relações entre língua e sociedade	07
AULA 2	
Introdução aos estudos sociolinguísticos: objeto e conceitos I	21
AULA 3	
Sociolinguística Variacionista: pressupostos teórico-metodológicos..	37
AULA 4	
Varição linguística no português brasileiro	55
AULA 5	
A pesquisa variacionista: princípios de investigação.....	67
AULA 6	
Coleta de dados: o método da entrevista sociolinguística	83
AULA 7	
A importância do tratamento da variação no ensino de língua portuguesa.....	97
AULA 8	
A análise das regras variáveis.....	109
AULA 9	
Contribuições da Sociolinguística para a educação.....	125
AULA 10	
Política e planificação linguística.....	135

RELAÇÕES ENTRE LÍNGUA E SOCIEDADE

META

Apresentar a relação entre língua e sociedade e os conceitos subjacentes a esta abordagem: língua, gramática e norma.

OBJETIVOS

Refletir sobre a relação entre língua e sociedade;
analisar criticamente os conceitos de língua, gramática e norma linguística pertinentes à Sociolinguística.

PRÉ-REQUISITOS

Conhecimento prévio, da perspectiva normativa e linguística, de língua e gramática.



(Fonte: <http://brasil.indymedia.org>)

INTRODUÇÃO

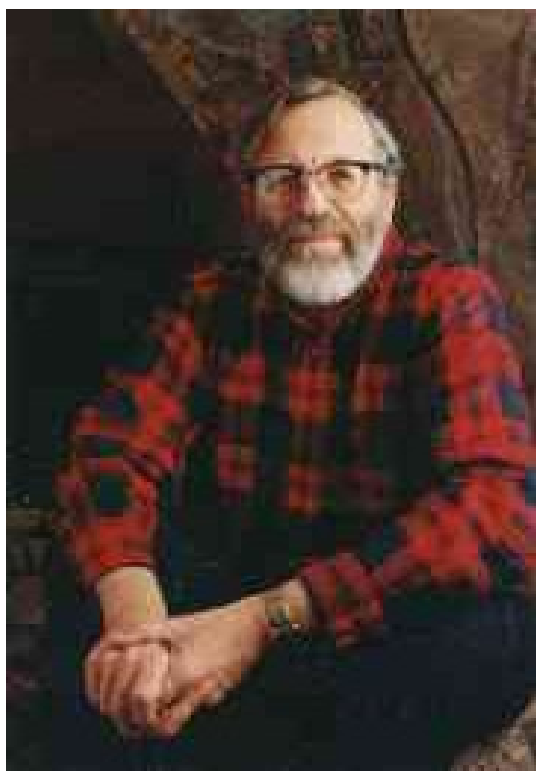
A Linguística é uma ciência relativamente recente. E, como você já deve ter visto na disciplina Linguística, foi pautada essencialmente a partir das observações de Ferdinand de Saussure ([1916]2002). A Linguística, a partir do momento em que se constitui como ciência autônoma, tem como objeto de estudo a *langue*, estrutura homogênea. Sua preocupação básica passou a ser a análise das relações internas entre os elementos linguísticos, estabelecendo-se, assim, a chamada “linguística estrutural”, sem se preocupar com as relações entre a linguagem e a sociedade. Esta foi uma opção de caráter eminentemente metodológico, pois Saussure reconhece a língua como um fato social. A opção de se estudar a *langue*, ao invés da

parole, dá-se principalmente por conta das barreiras e dificuldades encontradas neste tipo de abordagem. Tal opção persiste na corrente gerativista.

Na década de 1960, a reação que se operou contra o avassalador domínio dos conceitos da linguística estruturalista produziu um comportamento oposto. Para muitos linguistas, havia chegado o momento de se fazer um balanço do que a Linguística tinha feito ou deixado de fazer. Sabiam que a tarefa era difícil, complexa, pois era preciso se fazer uma reflexão mais ampla acerca dos estudos da linguagem, levando-se em conta, principalmente, o fato de que ela funciona como um instrumento mediador entre os homens e o mundo. Assim sendo, distribuimos as aulas que compõem a disciplina Sociolinguística de forma a conduzir você naturalmente no processo de apropriação do saber na área da diversidade linguística.

A nossa proposta inicial é a de se refletir um pouco sobre as relações entre linguagem e sociedade.

Apresentamos conceitos linguísticos essenciais para entendermos esta relação: **língua, gramática e norma**. Em seguida, recuperamos o contexto histórico do surgimento da Sociolinguística.



William Bright foi um grande linguista norte americano que organizou um congresso em 1964, com vários estudiosos da relação entre língua e sociedade, onde o termo “Sociolinguística” foi fixado. (Fonte: <http://www.ncidc.org>)

LÍNGUA E SOCIEDADE

Uma das características dos seres humanos é a sua capacidade de se agrupar, o que faz com que sejamos animais sociais. Mas, diferentemente de outros animais sociais, como as abelhas, os seres humanos não fazem parte apenas de um único grupo. Uma abelha operária será sempre apenas uma abelha operária; se sua função é a de buscar pólen, sempre esta será sua função, seu papel social. Com os seres humanos, as coisas não funcionam deste jeito. Um indivíduo assume diferentes papéis no seu convívio social. Vejamos um exemplo: José é um jovem com 25 anos, casado e com um filho. José é policial e nos fins de semana joga futebol com os amigos. No círculo familiar, José é pai, marido, filho e com os indivíduos de seu círculo familiar trava certo tipo de relacionamento. Pode, por exemplo, andar sem camisa, falar espontaneamente, sem precisar se monitorar. No seu círculo profissional, José precisa estar fardado, pois este é o índice de pertencimento de policiais. Seu uso linguístico é mais monitorado, com palavras que impõem ordem e respeito. Já nos fins de semana, no seu círculo de amigos, José veste o uniforme do time, relaxa e isto se reflete também no seu uso linguístico.

Os grupos sociais se formam em função de traços identitários, índices de pertencimento. Crenças, valores, aparências e também a língua funcionam como índices de pertencimento. Você pode estar pensando “mas não falamos sempre a mesma língua, o português?”. No exemplo que vimos acima, não só a roupa dá pistas sobre os grupos sociais dos quais José é vinculado, mas também o seu uso linguístico. Embora sempre continue usando a mesma língua, José faz escolhas linguísticas, as quais são fortemente influenciadas pelo papel social que ele desempenha no momento. Por exemplo, quando está exercendo sua função de policial, José vai escolher



01



02



03

A mulher moderna assume múltiplos papéis sociais, além de esposa e mãe, adentra no mercado de trabalho

(Fontes: 01 - <http://www.imagensdahora.com.br> , 02 - <http://3.bp.blogspot.com>, 03 - <http://condicaodamulher.files.wordpress.com>)

palavras que denotem impessoalidade, distanciamento e deferência, como em “O senhor pode me acompanhar”. Já em seu seio familiar, José dificilmente pedirá para sua esposa passar o sal à mesa da seguinte forma “A senhora pode me passar o sal?”, a não ser que seja uma situação de deboche. Com seus amigos no futebol, José pode, após um lance não cobrado pelo juiz, dizer “filho da p...”, mas dificilmente fará uso deste tipo se o seu filho derrubar leite na toalha da mesa. Assim, identificamos grupos sociais também por conta do seu uso linguístico.



Com o exemplo de José e seus papéis nos grupos sociais, queremos demonstrar a interrelação entre língua e sociedade que possibilita aos falantes das mais diversas línguas – não só do português – se constituírem como sujeitos, pois é no âmbito das atividades de linguagem, próprias de sujeitos social e historicamente situados, que emergem e evoluem, de forma contínua, aspectos estruturais das línguas naturais, sempre em relação com contextos/papéis sociais que determinam as opções linguísticas dos falantes, definindo aquilo que chamamos de norma linguística. Vamos, primeiramente, destrinchar conceitos que são usados a todo o momento, mas nem sempre com o mesmo significado, pois são polissêmicos: língua, gramática e norma linguística. Sem entender estes conceitos, não é fácil entender o objeto de estudo da Sociolinguística.

Assim como trocamos de roupa, trocamos de língua, de acordo com o papel social que desempenhamos
(Fonte: www.familiesonlinemagazine.com)

A NORMA LINGUÍSTICA, LÍNGUA E GRAMÁTICA

Apesar de os termos língua e gramática serem de uso comum, são conceitos nada banais, já que diferentes teorias linguísticas recortam e definem de modo diferente seus objetos. Existe uma estreita correlação entre as diferentes concepções de língua(gem) e suas concepções de gramática. Antes, porém, de tratarmos dessa correlação, vamos abordar a questão da norma linguística. A noção de norma está associada à noção de grupos sociais, ou seja, do uso que cada indivíduo faz da língua

[...] numa sociedade diversificada e estratificada como a brasileira, haverá inúmeras normas linguísticas, como, por exemplo, a norma característica de comunidades rurais tradicionais, aquelas de comunidades rurais de determinada ascendência étnica, a norma característica de grupos juvenis urbanos, a(s) norma(s) característica(s)

de populações das periferias urbanas, a norma informal da classe média urbana e assim por diante (FARACO, 2002, p. 38).

As normas linguísticas dos grupos sociais dos quais os indivíduos participam apresentam características identitárias por se agregarem a certos valores socioculturais, mas também se mesclam e se influenciam mutuamente, ou seja, são mescladas ou “hibridizadas” (FARACO, 2002, p. 39). Assim, a língua é intrinsecamente heterogênea e dinâmica, como uma atividade social, sendo constituída de variedades. E é como uma variedade que é definida a ‘norma culta’:

A expressão norma culta deve ser entendida como designando a norma linguística praticada, em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau de formalidade), por aqueles grupos sociais mais diretamente relacionados com a cultura escrita, em especial por aquela legitimada historicamente pelos grupos que controlam o poder social (FARACO, 2002, p. 40).

A norma culta está associada a certos valores sociais: os indivíduos que a usam têm, potencialmente, alto grau de escolarização (passaram pela universidade), assumem papéis sociais que exigem formalidade e em que predomina a cultura escrita. A norma culta é a variedade linguística encontrada na mídia e difundida nos grandes centros urbanos, como em jornais, revistas, livros, etc. Corresponde ao uso linguístico de prestígio. A norma culta, como qualquer outra norma, pode ser escrita ou falada, e também está sujeita a variações e mudanças. É devido ao caráter heterogêneo da norma culta que há autores, como Marcos Bagno, que preferem falar em “variedades cultas” (no plural) porque

não existe um comportamento linguístico homogêneo por parte dos ‘falantes cultos’, sobretudo (mas não somente) no tocante à língua falada, que apresenta variação de toda ordem segundo a faixa etária, a origem geográfica, a ocupação profissional etc. dos informantes (BAGNO, 2002, p.179).

Já a norma padrão costuma ser associada à ideia de língua homogênea descrita/prescrita pela gramática normativa. Esta tem um papel unificador que busca neutralizar as variações tornando-se uma “referência suprarregional e transtemporal” (FARACO, 2002, p. 42). Por causa disto, a norma padrão é, muitas vezes, confundida com a própria língua.

Resumindo: do ponto de vista conceitual, norma padrão e norma culta são duas entidades diferentes: a norma padrão refere-se a regras impostas, a um ideal abstrato de língua tida como ‘correta’; a norma culta refere-se a padrões efetivos de uso linguístico observável em dado grupo

social, ou seja, a certa variedade de língua, que é tida como de prestígio. As demais variedades são socialmente desprestigiadas, tidas como não-padrão. É importante dizer que a norma culta se destaca dessas outras variedades em decorrência de fatores históricos e culturais que determinam a sua legitimação, e não em função de fatores linguísticos. Ou seja, a norma culta não é linguisticamente melhor nem mais complexa do que as demais normas/variedades.

É importante entender a diferença entre norma padrão e norma culta porque se reflete na diferenciação entre gramática normativa/prescritiva e gramática descritiva, respectivamente, atreladas a julgamentos de correção e de adequação. Assim, ‘certo’ e ‘errado’ são valores atribuídos ao que está, respectivamente, em conformidade, ou não, com as regras gramaticais normativas; já ‘adequado’ e ‘não adequado’ são avaliações de caráter descritivo que são aplicadas em termos de regras de comportamento social: como dissemos anteriormente, o uso linguístico é visto como uma regra de etiqueta social, um índice de pertencimento.

Embora linguagem e língua sejam noções interligadas, a noção de linguagem é mais abrangente que a de língua. O termo linguagem costuma ser associado a palavras como ‘faculdade’, ‘capacidade’, ‘atividade’, com foco tanto na função cognitiva/biológica, como na função comunicativa/social da linguagem humana. A linguagem é uma atividade cognitiva e discursiva, já que ela mantém um vínculo estreito com o pensamento e também estabelece a interlocução.

As diferentes concepções de linguagem podem ser agrupadas em quatro possibilidades, que têm, de forma mais ou menos correlata, concepções compatíveis de língua e de gramática.

Quadro 1: Correlação entre as concepções de linguagem, língua e gramática

<i>Linguagem</i>	<i>Língua</i>	<i>Gramática</i>
1. <i>Representação</i> do mundo e <i>expressão</i> do pensamento (a metáfora do ‘espelho’ costuma ser evocada aqui). O homem representa para si o mundo através da linguagem, constrói em sua mente a expressão e então a externaliza. Da capacidade de organização lógica do pensamento dependerá a organização lógica das idéias expressas.	<i>Formas de expressão</i> produzidas. Como há uma preocupação com a clareza e a organização lógica das idéias que são expressas, busca-se uma língua homogênea, tomando-se como modelo a escrita padrão (de preferência aquela elaborada literariamente), que, não raro, acaba representando a própria língua, confundindo-se com ela. Em última instância equaciona-se: <i>língua = escrita padrão</i> .	<i>Gramática tradicional</i> e <i>gramáticas normativas</i> em geral, cujo objeto é uma língua homogênea, idealizada, baseada na escrita literária clássica. À medida que impõe regras rígidas para falar e escrever ‘corretamente’, a gramática normativa tradicional impõe julgamentos de valor, constituindo-se numa doutrina: a doutrina gramatical. É o resultado do trabalho dos gramáticos
2. Capacidade inata e universal, que faz parte da herança genética do ser humano e permite a ele reconhecer e produzir um número infinito de sentenças gramaticais atribuindo-lhes, respectivamente, uma interpretação semântica e uma interpretação fonológica.	Conjunto de propriedades estruturais abstratas, complexas e altamente específicas, que são conhecidas pelos indivíduos independentemente do contexto, e que podem ser descritas numa perspectiva matematicamente precisa. Trata-se de “um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada uma finita em comprimento e construída a partir de um conjunto finito de elementos” (CHOMSKY, 1957, p. 13). Língua = conhecimento internalizado; atividade mental.	Gramática internalizada, entendida como “um sistema de regras, unidades e estruturas que o falante de uma língua tem programado em sua memória e que lhe permite usar a língua” (PERINI, 2006, p.23). Em outras palavras, a gramática internalizada corresponde à competência lingüística do falante.
3. Instrumento de comunicação, cuja principal função é a transmissão de informações. É colocado em relevo o circuito da comunicação: um emissor transmite a um receptor, através de um canal, uma informação colocada em código.	Código: um conjunto de signos que se combinam segundo certas regras que os organizam em níveis hierárquicos (fonológico, morfológico, sintático), e que deve ser conhecido pelos falantes para que a comunicação possa acontecer. Embora seu uso seja um ato social, a língua é pré-estabelecida e concebida como um sistema convencional imanente, desvinculado dos indivíduos. Língua = código; estrutura.	Perspectiva formalista que se ocupa da descrição da língua enquanto estrutura, vista em geral como um sistema homogêneo. Enquadram-se aqui as gramáticas descritivas formais.
4. Forma ou lugar de ação ou interação. Os interlocutores são sujeitos que ocupam determinados lugares sociais num dado contexto sócio-histórico e em diferentes situações comunicativas, não só traduzindo e externando pensamentos e sentimentos, transmitindo informações, mas principalmente atuando uns sobre os outros através da linguagem.	“Conjunto de usos concretos, historicamente situados, que envolvem sempre um locutor e um interlocutor, localizados num espaço particular, interagindo a propósito de um tópico conversacional previamente negociado” (CASTILHO, 1998, p. 11). A língua é uma realidade sócio-historicamente construída pelos sujeitos/interlocutores. Língua = enunciação; atividade social.	O conjunto de usos efetivos historicamente situados, portanto heterogênea (representável por regras variáveis lingüística e socialmente motivadas), está atrelado ao que podemos chamar de gramáticas descritivas funcionais. Descritivas, porque registram e descrevem diferentes variedades da língua em uso; e funcionais, porque procuram explicitar as regras que regem o funcionamento dos itens lingüísticos em todos os níveis, principalmente o discursivo. Esse tipo de gramática não se ocupa apenas das formas, mas de formas e funções.

Fonte: GORSKI; FREITAG, 2008, p. 103

A Sociolinguística alinha-se à concepção de linguagem, língua e gramática de número 4 no quadro 1.

Koch (2002) vê a língua simultaneamente como um sistema e como uma prática social. No primeiro caso ela é vista como um conjunto de elementos inter-relacionados que se manifestam em vários níveis de organização (fonológico, morfológico, sintático, semântico). No entanto, só se realiza ou se configura no interior do meio social, lugar de interação dos membros de uma sociedade. A análise que aqui propomos centra-se na construção entre a concepção de língua como sistema, de um lado, e a questão da mudança linguística, de outro. A visão da sistematicidade da língua remete à questão do funcionamento da língua enquanto instrumento privilegiado da comunicação humana, a sua condição de código, que, para cumprir as suas funções discursivas, deve ser estruturado.

É, justamente, nesse universo de interação que se constituem não apenas as formas linguísticas, mas também todas as maneiras de falar dos sujeitos nas suas atividades de linguagem. Usamos a língua, nas nossas práticas sociais, nas nossas atividades sociointerativas e a constituímos sempre em situações sociais de interlocuções. O ser humano não consegue viver em sociedade sem esse veículo de comunicação. É impossível se conceber uma sociedade em que não haja língua como meio de interação entre seus integrantes.

Assim, a língua nasce e se desenvolve no seio da comunidade humana e também se elabora pelo mesmo processo que a sociedade, pelo esforço de produzir os meios de subsistência. Ela pode nomear todas as novidades que a vida social produz, mas nenhuma dessas mudanças reage diretamente sobre sua própria estrutura. O sistema linguístico não muda senão muito lentamente, e sob a pressão de necessidades internas, de modo que os sujeitos que falam uma dada língua não são testemunhas das possíveis mudanças que possam, a vir, ocorrer no código linguístico (BENVENISTE, 1989, p. 101-2).

Em cada situação de fala em que o indivíduo se insere e da qual participa, a língua é, ao mesmo tempo, heterogênea e diversificada. E, é justamente essa situação de heterogeneidade que deve ser processada, analisada, sistematizada e compreendida pelo pesquisador de línguas e também pelo professor de língua materna. A diversidade linguística está presente em todos os segmentos sociais e, como não podia deixar de ser, na sala de aula. Que gramática ensinar? Como lidar com a diversidade linguística? Estas e outras questões sociolinguísticas estão na pauta dos Parâmetros Curriculares Nacionais e por isso é importante que o futuro professor se familiarize com os conceitos e com os pressupostos teóricos deste ramo da Linguística. Esperamos ajudá-lo com a disciplina Sociolinguística.

BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA SOCIOLINGUÍSTICA

O termo “Sociolinguística” fixou-se em 1964, em um congresso organizado por William Bright, do qual participaram vários estudiosos da relação entre linguagem e sociedade, como John Gumperz, Einar Haugen, William Labov, Dell Hymes, John Fischer e José Pedro Rona, entre outros. Os trabalhos apresentados neste congresso partiam da hipótese de que a Sociolinguística deve demonstrar a covariação sistemática das variações linguísticas e social. Ou seja, relacionar as variações linguísticas observáveis em uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura dessa mesma sociedade. A proposta inicial da área era identificar um conjunto de fatores socialmente definidos, com os quais se supõe que a diversidade linguística esteja relacionada. Na verdade, a sociolinguística é uma continuidade dos estudos do começo do século XX, de Franz Boas, Edward Sapir, Benjamin L. Whorf, em uma corrente chamada Antropologia Linguística, para a qual linguagem, cultura e sociedade são considerados fenômenos inseparáveis.

Você encontrará um retrospecto mais amplo da emergência da Sociolinguística em ALKMIN, Tânia. Sociolinguística. Parte I. In: Fernanda Mussalim, Ana Cristina Bentes (orgs.). Introdução à linguística: 1. Domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47.

Em 1962, Dell Hymes propõe um novo domínio de pesquisa, a Etnografia da Fala, rebatizada mais tarde como Etnografia da Comunicação. De caráter interdisciplinar, buscando a contribuição de áreas como a Etnologia, a Psicologia e a Linguística, este domínio pretende descrever e interpretar o comportamento linguístico no contexto cultural. A Etnografia da Comunicação desloca o enfoque tradicional sobre o código linguístico para definir as funções da linguagem a partir da observação da fala e das regras sociais próprias a cada comunidade.

William Labov, em 1963, publica um estudo em que analisa comunidade da ilha de Martha’s Vineyard, Massachusetts/Estados Unidos, destacando o papel decisivo dos fatores sociais na explicação da variação linguística, isto é, da diversidade linguística observada. Labov consegue evidenciar a relação entre fatores como idade, sexo, ocupação, origem étnica e atitude ao comportamento linguístico manifesto dos vineyardenses, mais concretamente, à pronúncia de determinados fones do inglês. Em 1964, Labov realiza um estudo sobre a estratificação social do inglês em Nova York, a partir do qual fixa um modelo de descrição e interpretação do fenômeno linguístico no contexto social de comunidades urbana – conhecido como Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação, de grande impacto na linguística contemporânea.

Os estudos de Labov estão traduzidos para o português e publicados no livro Padrões sociolinguísticos (2008). Veremos com detalhes estes estudos na aula 3.

Merece destaque o ramo de estudos conhecido como Sociologia da Linguagem. Em um contínuo partindo do social ao linguístico, a Sociologia da Linguagem estaria mais ao final do social do que do início do linguístico. Este campo da Sociolinguística foca os estudos de atitudes linguísticas, plurilinguismo, planificação linguística e políticas de normatização linguística. No extremo do contínuo, mais próximo da linguística, ficariam a Sociolinguística Variacionista, os estudos de variação de registro, redes sociais, pidgins e crioulos. A Sociologia da Linguagem e a Sociolinguística são abordagens entrelaçadas, interdisciplinares.

Assim, estes múltiplos enfoques que se abrigam sob o rótulo Sociolinguística cobrem uma grande variação de assuntos que têm atraído fortemente a atenção de estudiosos e pesquisadores e que podem em muito contribuir para a prática docente do profissional das Letras. Estas abordagens têm enriquecido as discussões sobre os estudos variacionistas relacionados principalmente com a mudança linguística, tanto no indivíduo como na comunidade, merecendo, assim, cada vez mais a realização de pesquisas empíricas, no sentido de contribuir para a definição do conjunto de variedades e normas que, de fato, constitui o chamado português do Brasil. Nos próximos capítulos, empreenderemos esta tarefa.

CONCLUSÃO

Vimos nesta aula que a língua estabelece uma relação de ir e vir com a sociedade. Sem a língua, o homem não se organiza socialmente. Isso significa dizer que a organização social depende da língua, e que os fatos da língua dependem da organização da sociedade e vão variando, mudando, construindo discursos, trabalhando com elementos que estão ligados ao fato de que o homem é um ser linguístico e social, e de que essas duas coisas não se separam. Sistematizar este ir e vir da relação entre língua e sociedade é a tarefa da Sociolinguística!

RESUMO

O nosso propósito, nesta primeira aula, foi o de propiciar a reflexão sobre as relações entre língua e sociedade. Vimos que o estudo da relação entre língua e sociedade requer conceitos de língua, gramática e norma que se diferem dos de outras abordagens, como a estruturalista ou gerativista, por exemplo. Vimos que a relação entre linguagem e sociedade é base da organização humana, com



a linguagem funcionando como índice de pertencimento social e constitutivo de seus indivíduos. Ao se pensar a questão da língua, podemos vê-la como uma atividade, como um trabalho de sujeitos que, através dessa atividade, organizam, interpretam e dão forma a suas experiências e à realidade em que vivem. Assim, a Sociolinguística tem sido uma área de ampla investigação nos últimos anos com resultados que se refletem nas decisões políticas e educacionais exigidas pelas questões que a diversidade linguística suscita.

ATIVIDADES

1. Que características distinguem a sua maneira de falar da de seus avós? E a de um juiz de direito?
2. Você pode apontar alguma palavra que você usa somente em sua casa, e que não tenha ouvido em outro lugar?
3. Aponte algumas gírias e correlacione-as a um grupo social.
4. Faça uma lista das pessoas com quem você costuma interagir, estabeleça o grau de relacionamento e relate como cada pessoa se refere a você no seu cotidiano.

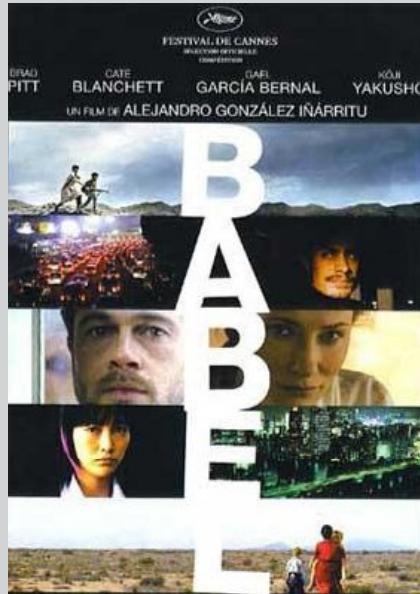


COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Nestas atividades, você irá refletir sobre o uso da linguagem no contexto social. São atividades práticas e bem individuais, que não têm gabarito. Mas há, por exemplo, algumas orientações gerais. Se compararmos nosso falar ao dos nossos avós, vamos notar que eles fazem uso de alguns termos muito peculiares, que eram moda à época deles, que hoje nem sempre fazem sentido. Por exemplo, antigamente, calça jeans eram chamadas de “calça de brim”. Você vai identificar outros aspectos, especialmente aqueles relacionados às gírias. Gírias são recursos linguísticos decorrentes da necessidade que determinado grupo tem de particularizar e reforçar seu sentimento de identidade. Gíria de caminhoneiro, gíria de feirante, gíria de estudantes de determinada escola, gíria de assaltante... Por exemplo, “arma de fogo” pode ser “ferro”, “berro”, “besouro”... A ideia é que só os “entendidos” compreendam. Pelas gírias que usamos, podemos entregar a nossa idade.

O nosso nome é o nosso índice de pertencimento social mais forte. Vamos retomar o exemplo de nossa aula, José, em casa, por seus filhos, é chamado de “papai” ou “painho”. Por seus amigos, é chamado de “Zé”, “Zeca”. No trabalho, é chamado de “Soldado José”. Em cada contexto, cada papel social evoca uma forma específica de referir a nós mesmos. Você acharia muito estranho, até mesmo desrespeitoso, se um réu, durante uma audiência judicial, chamasse o juiz de “rapaz”, ainda que o réu e o juiz fossem amigos...

SESSÃO PIPOCA



Babel (2006). Drama, com Cate Blanchett, Brad Pitt e Gael García Bernal. Quatro mundos se unem para exibir um estudo sobre barreiras linguísticas, culturais e pessoais que abrange três continentes: uma família marroquina compra uma arma para proteger suas cabras; uma americana em férias no Marrocos é atingida por uma bala; uma babá tem problemas ao tentar cruzar a fronteira do México com os EUA; uma jovem japonesa surda-muda se rebela contra o pai.



Espanglês (2005). Comédia romântica com Paz Vega, Tea Leoni e Adam Sandler. Uma mexicana imigrante ilegal consegue um emprego de empregada doméstica na casa de uma família americana, tendo que lidar, entre outras coisas, com a barreira linguística...



PRÓXIMA AULA

Agora que já vimos do que trata a Sociolinguística, veremos na próxima aula, Introdução aos estudos sociolinguísticos: objeto e conceitos, como este campo do saber se constitui como ciência, ou seja, como seu objeto de análise é delimitado e como são definidos os conceitos teóricos da área.

AUTOAVALIAÇÃO

Após estudar esta aula, sou capaz de identificar e reconhecer relações entre a linguagem e sociedade, notadamente os usos linguísticos como índices de pertencimento social? Sei identificar os conceitos de língua e de gramática que são subjacentes a uma abordagem sociolinguística? Compreendi o conceito de norma linguística? Se você respondeu negativamente a estas perguntas, releia a aula, faça as atividades e procure a tutoria, pois para prosseguir na disciplina, estes conceitos introdutórios são essenciais.



REFERÊNCIAS

- ALKMIN, Tânia. Sociolinguística. Parte I. In: Mussalim, Fernanda; Bentes, Ana Cristina Bentes (orgs.). **Introdução à linguística I**. Domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47.
- BAGNO, Marcos. A linguística da norma. São Paulo: Loyola, 2002.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (org.). **A linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 37-61.
- GORSKI, Edair Maria; FREITAG, Raquel Meister Ko. Língua materna e ensino: alguns pressupostos para a prática pedagógica. In: SILVA, Camilo Rosa da (org.). **Ensino de português: demandas teóricas e práticas**. João Pessoa: Idéia, 2007. p. 91-125.
- KOCH, Ingedore Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.
- SAUSSURE, Ferdinand de. [1916] **Curso de linguística geral**. 24 ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOCIOLINGÜÍSTICOS: OBJETO E CONCEITOS

META

Apresentar os conceitos de língua, dialeto e variedade linguística pertinentes à Sociolinguística.

OBJETIVOS

Distinguir os conceitos de língua, dialeto e variedade linguística, separando o campo de estudos da Sociolinguística do campo de estudos da Dialetologia.

PRÉ-REQUISITOS

Realização das atividades e leituras da aula anterior.



(Fonte: <http://2.bp.blogspot.com>)

INTRODUÇÃO

Nesta aula, vamos discutir conceitos que são muito próximos, e por vezes até tomados por sinônimos, que causam certa confusão quando mal empregados. O que é uma língua? E o que é um dialeto? O que diferencia uma língua de outra? E quantos dialetos têm uma língua? Como surgem as línguas? Estas e outras questões estão na esfera da Sociolinguística e também da Dialectologia. Veremos, então, como distinguir estes dois campos do saber, definindo os objetos de análise de cada um.



(Fonte: <http://tecnoblog.net>)

LÍNGUA E DIALETO

Quando observamos as relações entre língua e sociedade, frequentemente ouvimos avaliações sobre o falar diferente de outras pessoas: falar “arrastado”, “cantado”, “rápido demais”, “forte”, entre outras avaliações um tanto quanto subjetivas. Você já ouviu um português falando português? Se você ainda não teve esta oportunidade, entre no site do Instituto Camões e acesse o áudio e transcrição de alguns falares de Portugal. Nós, brasileiros, temos a impressão de que os portugueses falam “engolindo” as vogais. Mas se todos nós falamos o português (e foi assim que aprendemos na escola), por que será que existem tantas diferenças?

O Instituto Camões < <http://www.instituto-camoes.pt/> > é um órgão do Ministério de Negócios Estrangeiros de Portugal responsável pela promoção da língua e cultura portuguesa no mundo. Em < <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/> > no link “Registos Sonoros”, você encontrará amostras de falares portugueses e também do português fora da Europa.



Quando nos deparamos com alguém que fala “diferente”, dizemos que esta pessoa tem “sotaque”. Sempre é o outro quem tem sotaque; é uma impressão subjetiva da diferença, que faz com que julguemos o falar; daí as avaliações de “arrastado”, “cantado”, etc. A definição de sotaque é relacionada à pronúncia característica de um dado país, uma dada região, um dado indivíduo. O sotaque que percebemos são características suprasegmentais e fonéticas. Por exemplo, a entonação, a duração e a altura dos segmentos. Quando falamos em sotaque, falamos nos traços melódicos da realização linguística. Vemos isto com mais clareza quando nos deparamos com um estrangeiro falando outra língua que não a sua língua materna: tendemos a colocar o nosso padrão melódico, além de fazer adaptações fonéticas. Por exemplo, em inglês, a sequência ortográfica th, em “the”; “this”, “thoot”, tem realização fonética de uma fricativa dental [θ], som que não é fonêmico no português. Por isso, quando um brasileiro está aprendendo inglês, faz

algumas aproximações fonéticas para tentar realizar o som: falar um d aspirando ou falar um t; seja qual for a tentativa, não é a mesma coisa que uma fricativa dental, e o falante nativo logo percebe o sotaque, ainda que a estrutura gramatical e as escolhas lexicais estejam impecáveis.

Um sotaque costuma ser associado a um dado perfil de falante, normalmente associado à sua origem. Percebemos, por exemplo, o sotaque paulista, o sotaque baiano, o sotaque carioca. Muitas vezes, as características são estereotipadas: muitos pensam que, para falar “carioquês”, basta palatalizar as fricativas em posição de coda, como em “dois” [doj̥s], “pasta” [paɪst̥e], etc, ou para falar “caipirês”, basta realizar os r em posição de coda como retroflexos. Você conhece alguém que passou três meses no Rio de Janeiro e voltou falando mais carioquês que o próprio carioca? Neste caso, temos uma valoração positiva do estereótipo, pois o traço é adotado como um diferencial, um índice de pertencimento. Mas pode ocorrer o contrário, a valoração negativa: a discriminação e o preconceito linguístico em função dos traços.

Mas as diferenças entre os falares são muito mais do que apenas a curva melódica. Veja o quadro com os tipos de assaltantes brasileiros.

TIPO DE ASSALTANTE

ASSALTANTE MINEIRO

“Ô sô, preste atenção. Isso é um assalto, uai! Levanta us baço e fique quietim que é mió prucê. Esse trem na minha mão ta cheio de bala... Mió passá logo os trocado que eu num to bão hoje. Vai andando, uai ! Chispa daqui!!! Ta esperando quê, sô?!”

ASSALTANTE CEARENSE

“Ei, bixim... Isso é um assalto! Arriba os braços e num se bula nem faça munganga... Passa vexado o dinheiro senão eu planto a peixeira no teu bucho e boto teu fato pra fora! Perdão, meu Padim Ciço, mas é que eu tô com uma fome da molesta...”

ASSALTANTE BAIANO

“Ô meu rei... (pausa). Isso é um assalto... (longa pausa). Levanta os braços, mas não se avexe não... (outra pausa). Se num quiser nem precisa levantar, para num ficar cansado. Vai passando a grana, bem devagarzinho (pausa pra pausa). Num repara se o berro está sem bala, mas é para não ficar muito pesado (pausa maior ainda). Não esquentá, meu irmãozinho, (pausa). Vou deixar teus documentos na encruzilhada.”

ASSALTANTE CARIOCA

“Aí, perdeu, meu irmão! É o seguinte, bicho! Isso é um assalto, sacô? Passa a grana e levanta os braço rapa ... Não fica de cão que eu te passo o cerol Vai andando e se olhar pra trás vira presunto...”

ASSALTANTE PAULISTA

“Isto é um assalto! Erga os braços! Porra, meu... Passa logo a grana, meu. Mais rápido mais rápido, meu, que eu preciso pagar o mano que me passo o bilhete para o jogo do curintia, meu. Pô, agora se manda, meu, vai... vai.”

ASSALTANTE GAÚCHO

“O guri, ficas atento... isso é um assalto. Levanta os braços e te aquieta, tchê! Não tentes nada e cuidado que esse facão corta uma barbaridade, tchê. Passa os pilas pra cá! Tri- legal! Agora, te manda, tá?”



Fonte: http://www.bacanhina.uol.com.br/home/mensagens/engracadas/2002/01/assaltantes_brasileiros/assaltantes_brasileiros.html

Alguns estudiosos relacionam sotaques a dialetos, como se fossem equivalentes. Um dialeto costuma ser definido como a forma como uma dada língua é realizada em dada região geográfica; não são só o contorno melódico e os suprasegmentos que são diferentes: os traços lexicais, morfofonêmicos, morfossintáticos e semântico-discursivos também apresentam diferenças, em maior ou menor grau, mas que não chegam a impedir a comunicação entre os falantes de diferentes dialetos da língua.

Outro traço associado à definição de dialeto é que esta modalidade não possui registro escrito, é essencialmente oral e, por isso, não teria o status de uma língua. As fronteiras dialetais são chamadas de isoglossas. No Brasil, Antenor Nascentes propusera, na década de 1930, um mapa dos dialetos do Brasil (figura 7).



Fronteiras dialetais do Brasil, conforme a proposta de Antenor Nascentes
Fonte: www.cin.ufpe.br/~rac2/portugues/dialebr.html

O conceito de dialeto ganhou contornos pejorativos, sendo entendido como uma espécie de corruptela da língua, quando na verdade se trata de apenas uma variedade linguística. Assim, na Sociolinguística, opta-se por tratar as realizações linguísticas em comunidades específicas como variedades linguísticas.

A Dialetoлогия, como veremos adiante, é o ramo da ciência linguística que trata do estudo dos dialetos e das fronteiras dialetais, tanto geográficas como sociais. A Sociolinguística, por sua vez, elege como objeto de estudo a variedade linguística, a coexistência das regras variáveis. Embora em princípio pareça a mesma coisa, a Sociolinguística e a Dialetoлогия têm abordagens metodológicas diferenciadas.

VARIEDADE SERGIPANA

Pão jacó: pão francês

Perainda: junção dos termos espere e ainda. Quer dizer, fique esperando.

Avexada (o): com pressa

Aquète (aquiete) o faixo: usada para pedir que alguém contenha os ânimos, ou simplesmente que fique calma

De hoje: Há muito tempo

De hoje a oito: Daqui a uma semana

Mulher: mesmo quando se sabe o nome da pessoa a expressão é utilizada repetitivamente em uma conversa

Niuma (nenhuma): sem problema algum!

Fi (a) do cabrunco (filho do cabrunco): realça as qualidades de alguém, tanto positivas quanto negativas

Botou pá (pra) lá: arreventou, fez muito bem. Pode ser substituída pelas expressões ‘botar pá lascar’, ‘botar pá descer’, ‘botar pocando’.

Da gota: dá ênfase a algo/alguém muito bom ou ruim

Pense: você nem imagina

E foi?: demonstra surpresa em relação à história relatada

Pegar o beco: ir embora

Caçando: procurando

Brenha: lugar muito distante

Vixe: adaptação da palavra ‘virgem’, substituindo a expressão ‘Virgem Maria’

Deixe de conversa: utilizado quando alguém não acredita, ou não quer acreditar, em uma história

Azuado (a): cheio de tarefas a cumprir, estressado

Meladinha: bebida feita com cachaça, cebola e tempero verde, servida tradicionalmente quando um bebê nasce. Muito comum em algumas zonas rurais do Estado.

Divera: derivada da expressão ‘de fato’, usada quando alguém se lembra de algo. Muito usada nas zonas rurais.

Rapaz: a palavra é usada para se referir a idosos, adultos, crianças, mulheres, moças e, por que não, a rapazes!

Avie (aviar): provavelmente derivada da palavra ‘avião’, é usada para pedir pressa a alguém

Már menino (mas menino): expressão usada para discordar de algo

Vou não: hábito dos sergipanos e nordestinos de forma geral, em colocar o verbo antes do advérbio

Mangando (mangar): apesar de estar no dicionário da língua portuguesa, apenas é utilizada na região Nordeste. Significa rir, tirar sarro.

À pulso: na marra, na força

Arrodeou (arrodear): dar uma volta completa em torno de algo ou alguém
Pois... : é uma espécie de palavra-chave no dialeto sergipano, principalmente na capital. É usada nas mais diversas situações: dúvida, discordância, desprezo, etc.

Me picar (se picar): ir embora. Surgiu da antiga expressão ‘picar a mula’
Bora embora: A expressão secular foi se modificando: ‘vamos em boa hora’ se transformou em ‘vamos embora’, que virou ‘vambora’, que ainda foi diminuída a ‘bora. O sergipano usa a repetição ‘Bora embora’.
Painho: forma carinhosa de se referir ao pai e à mãe (mainha), típico dos nordestinos.

Tá cá peste (está com a peste): expressa a descrença em uma hipótese, quando não se acredita que alguém vai tomar determinada atitude.

Tototó: barcos de pequeno porte, muito utilizados em Sergipe antes da construção da ponte João Alves, que liga Aracaju à Barra dos Coqueiros. Recebeu esse nome pelo barulho que o motor emite.

Mô fio (meu filho): gíria urbana, muito utilizada no tratamento entre amigos. O sergipano reduziu as duas palavras que, quando pronunciada, parece uma só.

Baba: partida de futebol descontraída, não oficial. Chamada de ‘pelada’ em outras regiões do país.

Nestante: abreviação da expressão ‘neste instante’. Apesar de dar ideia de presente, também é usada em frases no passado e no futuro.

Que só: expressão utilizada para dar ideia de intensidade.

Ruma: amontoado de coisas ou pessoas; o mesmo que ‘um monte’

Barriar (barrear): ficar irritado, com raiva; em sergipanês, barriar também pode ser ‘ficar azedo’

Ochente: simplifica a expressão ‘Oh, gente!’ (Enviada pelo internauta Ubiratan ramos)

Óia [Olha], deixe dessa: aconselha a não fazer algo ou deixar de lado algum sentimento. Pode substituir as expressões “não faça isso” ou “não pense assim” (Enviada pelo internauta Carlos)

Valeime: usado em situações de espanto ou desespero (Enviada pela internauta Neide)

Arretado: serve para qualificar algo ou alguém positivamente (Enviada pelo internauta Raphael)

Gastura: aflição, mal estar (Enviada pela internauta Jucilane)

E foi, foi? : repetição utilizada pelos sergipanos para enfatizar a dúvida (Enviada pelo internauta Walter)

Eita pêga: expressão para momentos de desespero ou alegria. Ex: “Eita pêga, que coisa boa!”; “Eita pêga, o que eu faço agora?” (Enviada pelo internauta Walter)

Naonde: substitui, em alguns casos, o advérbio onde (Enviada pelo internauta Ademilton Costa)

Paia (de palha, como palhas de coqueiro): coisa, pessoa, situação de pouco valor. E, para variar, pode ser usado também em sentido positivo. (Enviada pela internauta Lili)

Fi do cranco: semelhante a 'fio do cabrunco' (Enviada pela internauta Lili)

Capar o gato: o mesmo que sair apressado, 'pegar o beco' (Enviada pela internauta Lili)

Uma: usada para quantificar, dar ideia de muita coisa ou muitas pessoas (Enviada pelo internauta Gervásio)

Eita gota: utilizada para demonstrar espanto, semelhante a 'eita pêga' (Enviada pelo internauta Gervásio)

Marroque: outra expressão para pão francês, assim como também são 'pão d'água', 'pão de sal' e 'pão jacó' (Enviada pelo internauta Gervásio)

Apois: expressa descrença (Enviada pela internauta Judith)

Viu: substitui o OK ou simplifica a palavra 'ouviu' (Enviada pelas internautas Márcia e Mony Grazielle)

Esmolé: pessoa que pede esmolas nas ruas (Enviada pelo internauta Clévoston Iapa)

Caixa de fósforo: expressão que se dá quando o indivíduo está contando uma história e antes de terminar, ele usa a expressão porque não tem argumento para terminá-la. (Enviada pelo internauta Irineu)

Vôte: expressão usada mais pelos mais velhos, que quer dizer, que negócio estranho (Enviada pela internauta Carla Mendonça)

Baleio: farrá, brincadeira (Enviada pela internauta Carol Amancio)

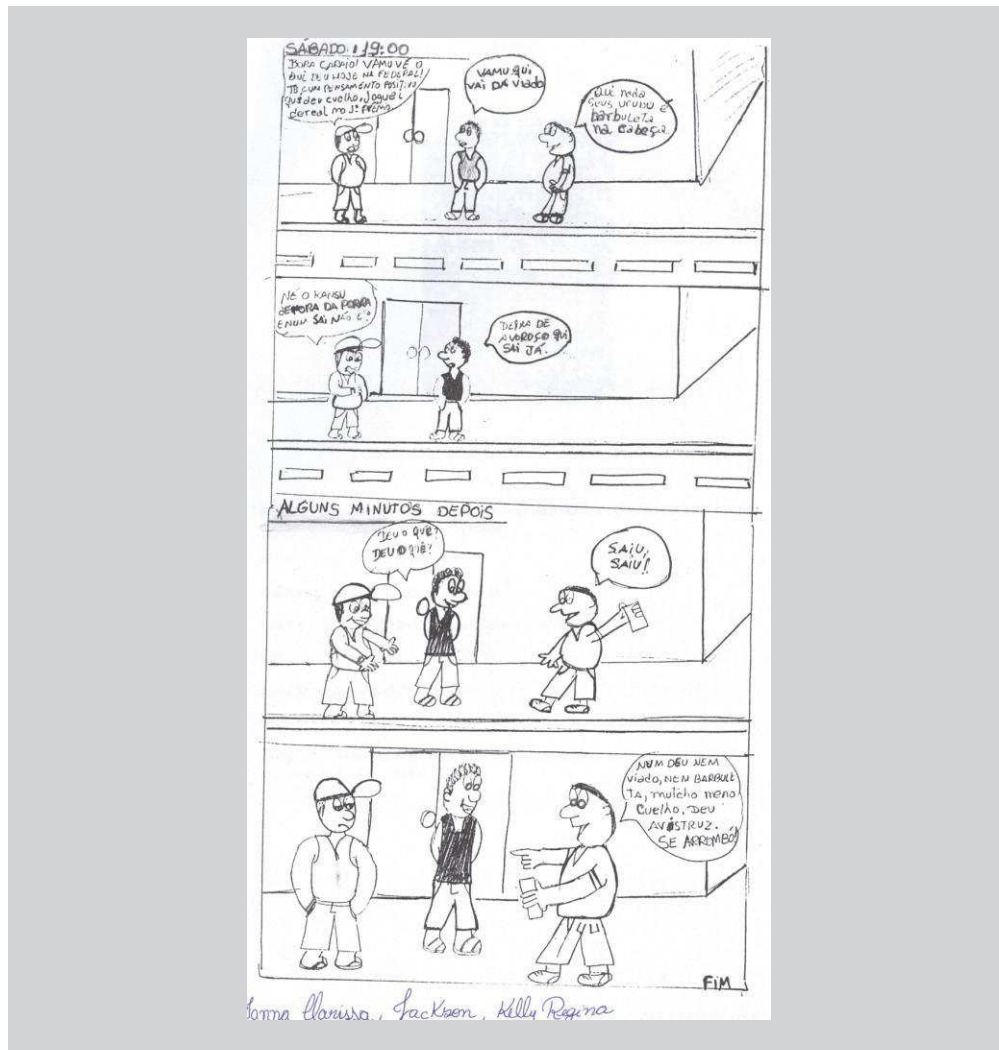
Pisadinha: passeata em tempos de campanha eleitoral (Enviada pela internauta Carol Amancio)

Ô peste: euforia, entusiasmo (Enviada pelo internauta Alexandre)

Pra caraio: dá ênfase a algo (Enviada pelo internauta Anselmo Bittencourt)

Mangelão: jamelão (Enviada pelo internauta Ricardo Pereira)

<<http://www.infonet.com.br/sysinfonet/images/secretarias/Cultural/vocabulario.swf>>



As diferenças linguísticas costumam ser reunidas em três tipos de variação: a variação regional ou geográfica (diatópica), a variação social (diastrática), e a variação estilística ou de registro mais ou menos formal (diafásica). Podemos ainda considerar uma quarta variação, decorrente da modalidade oral ou escrita da língua (diamésica). Todos os tipos de variação ocorrem nos diferentes níveis linguísticos: fonético-fonológico (ex.: <peixe ~ pexi>; <mulher ~ muié>); morfológico (ex.: <colherinha ~ colherzinha>; <menininho ~ meninote>); sintático (ex.: <a gente canta ~ a gente cantamos>; <Ø estudo ~ eu estudo>); lexical (ex.: <pandorga ~ papagaio ~ pipa>); discursivo (ex.: <sabe? ~ entende?>; <acho que ~ parece>).

Agora que conhecemos a distinção entre sotaque e dialeto, e que adotamos o rótulo variedade linguística para abranger as diferentes realizações de uma língua em relação aos grupos de falantes específicos, vamos passar à definição de língua propriamente. Uma língua é muito mais uma unidade política do que uma unidade linguística. A noção de língua está associada a uma nação, a um povo, a um território. Em muitos casos, variedades de uma mesma língua são tão ou mais diferentes do que duas línguas o são

entre si. Quando falamos em língua, falamos em um traço pátrio, identitário e institucional.

Assim, todas as línguas têm variedades. Tomemos o caso do português. O português é a língua oficial de oito países de quatro continentes, que compreendem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. O português falado no Brasil é diferente do português falado em Angola, assim como, dentro do Brasil, o português falado em Salvador/BA é diferente do português falado em Porto Alegre/RS. Assim, dizemos que a língua portuguesa é composta por variedades.

CONTATOS LINGUÍSTICOS

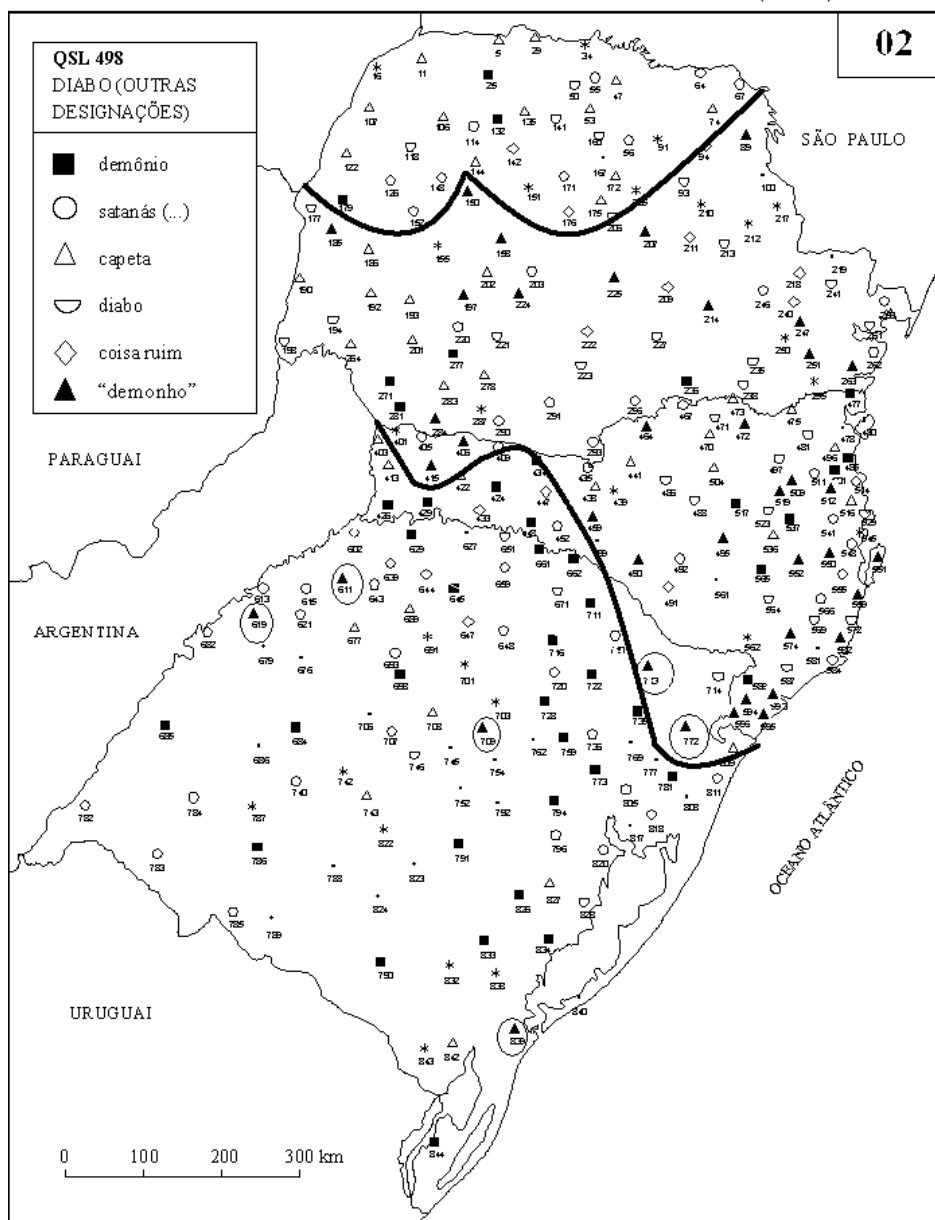
Quando os portugueses aportaram no Brasil, à época do descobrimento, depararam-se com uma população autóctone que não falava português. O que duas pessoas, cada uma falando uma língua diferente, fazem para se comunicar? Nestes contextos de comunicação emergencial, podemos tentar mímica, gestos, a associação dêitica entre uma forma fônica e uma entidade. O interesse em tentar aprender a língua do outro é proporcional ao interesse nos frutos da interação com o outro. As situações de contato linguístico dão-se principalmente nas situações de interação comercial e processos migratórios maciços (como a escravidão).

Quando duas línguas entram em contato, uma assume a função de superestrato (língua do grupo dominante – geralmente minoritário – imposta como veículo de comunicação ao grupo dominado a partir da qual se constitui o léxico da língua que pode se formar na situação de contato) e a outra assume a função de substrato (língua do grupo dominado – geralmente majoritários – que se adapta em termos de estrutura gramatical para receber a contribuição lexical da língua do grupo dominante), situação que pode vir a originar um pidgin.

Um pidgin se forma nesta situação de interação, contato linguístico emergencial, incorporando o léxico do superestrato linguístico à estrutura gramatical do substrato linguístico. A partir do momento que o pidgin passa a ser língua materna (pensemos nos casamentos interétnicos), configura-se um crioulo. Uma das línguas crioulas mais famosas é o tok pisin, falado na Nova Guiné, que tem o inglês como superestrato e uma língua aborígine como substrato.

As línguas crioulas podem, ainda, sofrer um processo conhecido como “descrioulização”, em que os falantes assumem o superestrato linguístico como o padrão de correção gramatical, aproximando a estrutura gramatical do crioulo à da língua do superestrato.

ATLAS LINGÜÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL DO BRASIL (ALERS)



Fonte: PINHO; MARGOTTI, 2009, p 65.

3 SOCIOLINGÜÍSTICA E DIALETOLOGIA

Vamos voltar às diferenças entre Sociolinguística e Dialetoologia. A Dialetoologia. O interesse pelo mapeamento geográfico das variedades linguísticas – os dialetos – é anterior à própria linguística: a Dialetoologia surge no século XIX. Na Dialetoologia, traços linguísticos específicos – por exemplo, itens lexicais e aspectos fonológicos – são elencados e a partir dos quais são coletados dados dos informantes para que subsidiem o delineamento das isoglossas. A Sociolinguística, como vimos na primeira aula, é mais recente, nasce na segunda metade do século XX. As variedades linguísticas também são seu objeto, mas sob uma perspectiva mais verticalizada, pois o interesse

não é aferir as fronteiras de uma variedade, mas como esta variedade se comporta nas diferentes estratificações da comunidade de fala.

No Brasil, a Dialetoлогия tem sido contemplada com o projeto Atlas linguístico do Brasil (ALiB), lançado em 1996. Atualmente, os estudos dialetológicos no Brasil no âmbito do projeto ALiB vêm incorporando a metodologia da Sociolinguística laboviana. O estado de Sergipe conta com dois volumes de atlas linguístico no ALiB (FERREIRA, 1987; CARDOSO, 2002). Para mais detalhes, sugerimos a consulta do link <http://acd.ufrj.br/~pead/tema01/link40.html>

A título de ilustração, vejamos um mapa linguístico do Atlas Linguístico da Região Sul, que trata da variação lexical do item “diabo”.

Para obter este mapa, cada cidade (chamada de ponto) definida para compor o atlas, os informantes selecionados foram interrogados da seguinte maneira: “Deus está no céu e no inferno está o...?” As respostas a esta pergunta foram “diabo”, “demônio”, “capeta”, “satanás”, “demonho”. A linha traçada no mapa da figura 8 aponta uma fronteira dialetal, a partir das repostas obtidas para a pergunta. Assim, a Dialetoлогия vê diferenças entre áreas dialetais tomando por base um traço linguístico específico. A abordagem Sociolinguística observaria como este traço linguístico se comporta dentro de uma comunidade de fala: quando se faz uso deste traço (contexto formal ou informal?), quem faz uso deste traço (Homens ou mulheres? Jovens ou adultos?), entre outros, a fim de definir as relações dentro da comunidade.

CONCLUSÃO

Nesta aula, conhecemos os conceitos de língua, dialeto e sotaque e vimos que a Sociolinguística, a fim de evitar reações de estigma, opta por tratar seu objeto de estudo por variedade linguística. Vimos também nesta aula que a Sociolinguística e a Dialetoлогия são as áreas da Linguística que lidam com o falar, em perspectivas diferenciadas. A Sociolinguística foca as relações da comunidade de fala com dado traço linguístico, a Dialetoлогия foca as fronteiras entre variedades a partir de dado traço linguístico.

RESUMO

Discutimos conceitos básicos da Sociolinguística. Vimos que, quando observamos a relação entre língua e sociedade, ouvimos avaliações impressionistas referentes ao falar diferente de outras pessoas (“arrastado”, “cantado”, “forte”, etc.). A isto chamamos de sotaque, e o interessante disso é que sempre é o outro quem tem sotaque, quando falamos em sotaque, falamos de traços melódicos da realização linguística. Um sotaque costuma ser associado a um dado perfil de falante, normalmente associado à sua origem, percebemos, por exemplo, o sotaque baiano, o sotaque carioca,



etc. Um dialeto costuma ser definido como a forma como uma dada língua é realizada em dada região geográfica; não é só o contorno melódico e os suprasegmentos que são diferentes: os traços lexicais, morfofonêmicos, morfossintáticos e semântico-discursivos também apresentam diferenças. Assim, na Sociolinguística, opta-se por tratar as realizações linguísticas em comunidades específicas como variedades linguísticas. Vimos também que uma língua é muito mais uma unidade política do que uma unidade linguística; está associada a uma nação, a um povo, a um território. Vimos que, quando duas línguas entram em contato, uma assume a função de superestrato e a outra assume a função de substrato, podendo originar um pidgin. A partir do momento que o pidgin passa a ser língua materna configura-se um crioulo (como o tok pisin, falado na Nova Guiné). Cabe ainda mencionar que a Sociolinguística e a Dialetoлогия são as áreas da Linguística que lidam com o falar, em perspectivas diferenciadas, pois a Sociolinguística foca as relações da comunidade de fala com dado traço linguístico e a Dialetoлогия foca as fronteiras entre variedades a partir de dado traço linguístico.



ATIVIDADES

1. Marcos Bagno (2001) aponta 8 mitos do preconceito linguístico:
 - a) A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente
 - b) Brasileiro não sabe português/Só em Portugal se fala bem português
 - c) Português é muito difícil
 - d) As pessoas sem instrução falam tudo errado
 - e) O lugar onde melhor se fala português é no Maranhão
 - f) O certo é falar assim porque se escreve assim
 - g) É preciso saber gramática para falar e escrever bem
 - h) O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão socialTente “desmistificar” os 1, 2 e 5 com os conceitos discutidos nesta aula.

2. Ainda de Preconceito linguístico:

“É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala nordestina é retratada nas novelas de televisão, principalmente da Rede Globo. Todo personagem de origem nordestina é, sem exceção, um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado para provocar o riso, o escárnio e o deboche dos demais personagens e do espectador. No plano linguístico, atores não-nordestinos expressam-se num arremedo de língua que não é falada em lugar nenhum no Brasil, muito menos no Nordeste. Costumo dizer que aquela deve ser a língua do Nordeste de Marte! Mas nós sabemos muito bem que essa atitude representa uma forma de marginalização e exclusão.” (BAGNO, 2001, p. 44)

Com base no que discutimos nesta aula, como podemos explicar o que Bagno chama de “língua do Nordeste de Marte”?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Os três mitos estão interrelacionados e, para serem desmistificados, precisamos ter muito claros os conceitos de língua e variedades linguísticas. A ideia de unidade é apenas política, em termos linguísticos, entendemos uma língua como um conjunto de variedades, logo, não há uma unidade, no sentido de homogeneidade. Toda a língua é constituída por um conjunto de variedades, sem que haja uma superior às demais. A ideia de que há uma variedade correta, seja o português de Portugal, ou o português do Maranhão, ou o do Rio de Janeiro, é equivocada, no sentido de que não há uma variedade linguística superior à outra.

A questão do sotaque leva ao que Bagno chama de “língua do Nordeste de Marte”. Os atores fazem uma adaptação do seu sistema linguístico, particularmente os traços suprasegmentais e fonéticos, na tentativa de retratar o sotaque nordestino. Do mesmo jeito que percebemos que é um estrangeiro tentando falar português, percebemos também alguém que tenta imitar o sotaque de outra variedade, levando aos estereótipos e gerando, até, preconceito.

A leitura do livro de Marco Bagno *Preconceito linguístico: o que é como se faz* é interessante e recomendada para explorar ainda mais os temas discutidos nesta aula.

SESSÃO PIPOCA



Língua: vidas em português (2004). Documentário com Mia Couto, José Saramago, Martinho da Vila, João Ubaldo Ribeiro, Teresa Salgueiro, Edinho. “Todo dia, duzentos milhões de pessoas levam suas vidas em português. Fazem negócios e escrevem poemas. Brigam no trânsito, contam piadas e declaram amor. Todo dia a língua portuguesa renasce em bocas brasileiras, moçambicanas, goesas, angolanas, japonesas, cabo-verdianas, portuguesas, guineenses. Novas línguas mestiças, temperadas por melodias de todos os continentes, habitadas por deuses muito mais antigos e que ela acolhe

como filhos. Língua da qual povos colonizados se apropriaram e que devolvem agora, reinventada. Língua que novos e velhos imigrantes levam consigo para dizer certas coisas que nas outras não cabe.”



PRÓXIMA AULA

Agora que já conhecemos o objeto da Sociolinguística, na próxima aula, A Sociolinguística Variacionista: pressupostos teórico-metodológicos, veremos como a vertente variacionista se constituiu como um campo do saber.



AUTOAVALIAÇÃO

Após esta aula, consigo diferenciar língua de variedade? E Sociolinguística de Dialetoлогия? Caso ainda esteja com dificuldades, devo procurar a tutoria para dirimir as dúvidas sobre estes e outros conteúdos.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico – o que é, como se faz.** 7a. ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola, 2004.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva. **Atlas Linguístico de Sergipe II.** Rio de Janeiro: S. A. M. da S. Cardoso, 2002. 2 v.
- FERREIRA, Carlota et al. **Atlas Linguístico de Sergipe.** Salvador: UFBA - Instituto de Letras/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.
- PINHO, Antônio José; MARGOTTI, Felício Wessling. Aspectos de variação lexical no sul do Brasil: o demônio varia no sul? Interdisciplinar. Revista de Estudos em Língua e Literatura, vol. 9, p. 51-66, 2009.

A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA: PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

META

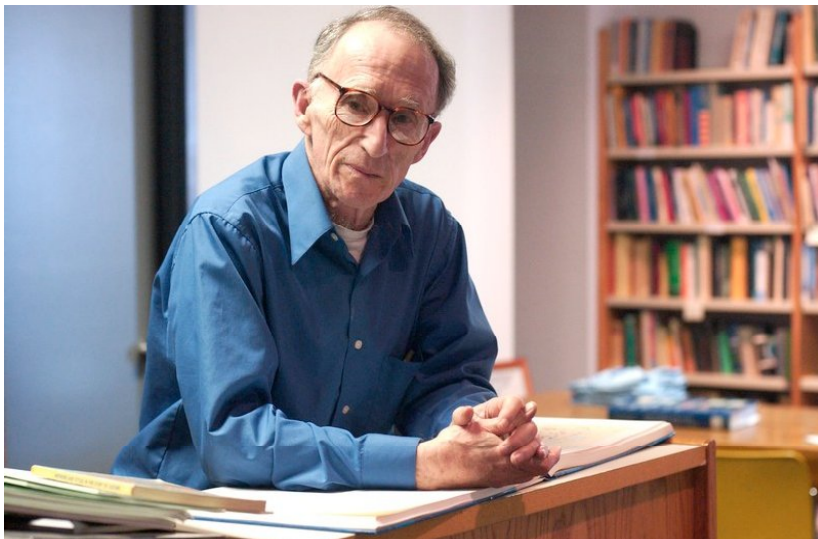
Apresentar os pressupostos teórico-metodológicos da corrente conhecida como Sociolinguística Variacionista, com ênfase nos estudos pioneiros de William Labov.

OBJETIVOS

Diferenciar os conceitos de comunidade de fala, regra variável e de heterogeneidade sistemática, postulados por William Labov.

PRÉ-REQUISITOS

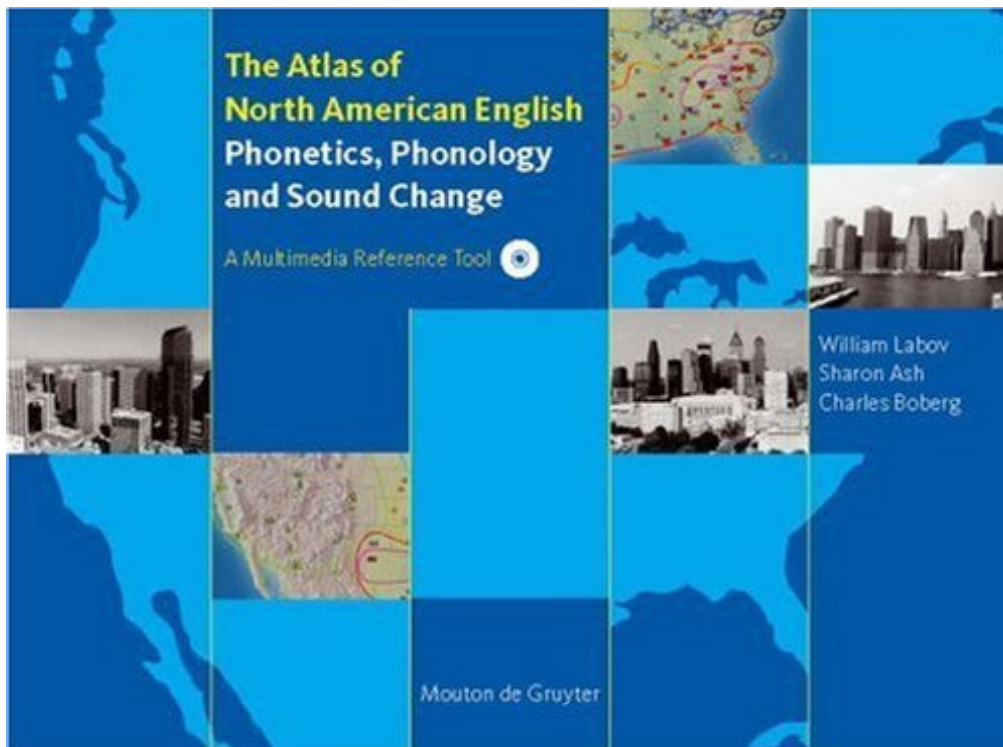
Reler a primeira aula.



William Labov, grande linguista, considerado o fundador da disciplina sociolinguística variacionista.
(Fontes: <http://neon.niederlandistik.fu-berlin.de>)

INTRODUÇÃO

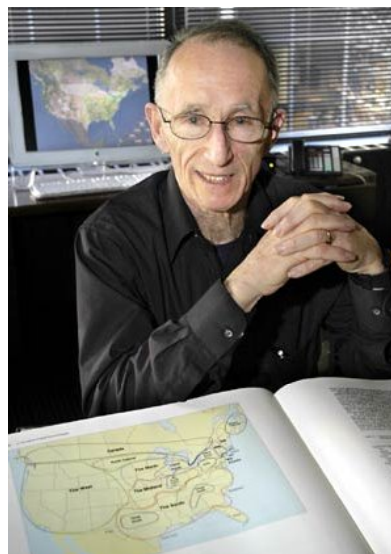
Como vimos na aula 1, a Sociolinguística Variacionista é um dos ramos da Sociolinguística. Nesta aula, vamos analisar detalhadamente os estudos pioneiros de William Labov – que você já viu brevemente na aula 1 –, pois é a partir deles que se firma este ramo de estudos da Sociolinguística. A Sociolinguística Variacionista é uma área muito produtiva no cenário brasileiro da pesquisa linguística, bem como traz contribuições significativas para o ensino de língua materna. Por isso, nesta aula, daremos especial atenção a este ramo da Sociolinguística. Inicialmente, veremos os estudos que subsidiaram as bases teóricas e os princípios metodológicos da Sociolinguística Variacionista. Em seguida, veremos os conceitos básicos da Sociolinguística Variacionista: comunidade de fala, variáveis e variantes.



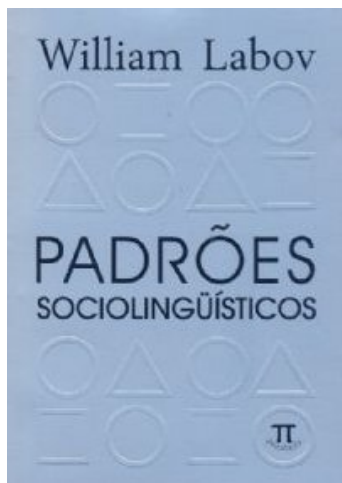
William Labov chegou a produzir um atlas do Inglês Americano, redefinindo os dialetos regionais com base em alterações de som em 1990 e chamando novas fronteiras refletindo essa mudança. Este atlas dá a primeira visão global dos sistemas de pronúncia e vogal dos dialetos nos E.U.A e Canadá. (Fonte: <http://ecx.images-amazon.com>)

OS ESTUDOS PIONEIROS DE WILLIAM LABOV

William Labov é considerado o fundador dos estudos variacionistas da Sociolinguística. Esta linha de pesquisa busca estudar padrões sistemáticos de variação na sociedade, adotando o método de análise quantitativo. Para chegar a este modelo, as constatações de dois estudos foram essenciais: a realização dos ditongos na ilha de Marthas's Vineyard e a realização do /R/ na cidade de Nova Iorque.



Fonte: <http://www.upenn.edu/pennnews/current/2006/011206/labov-index.jpg>

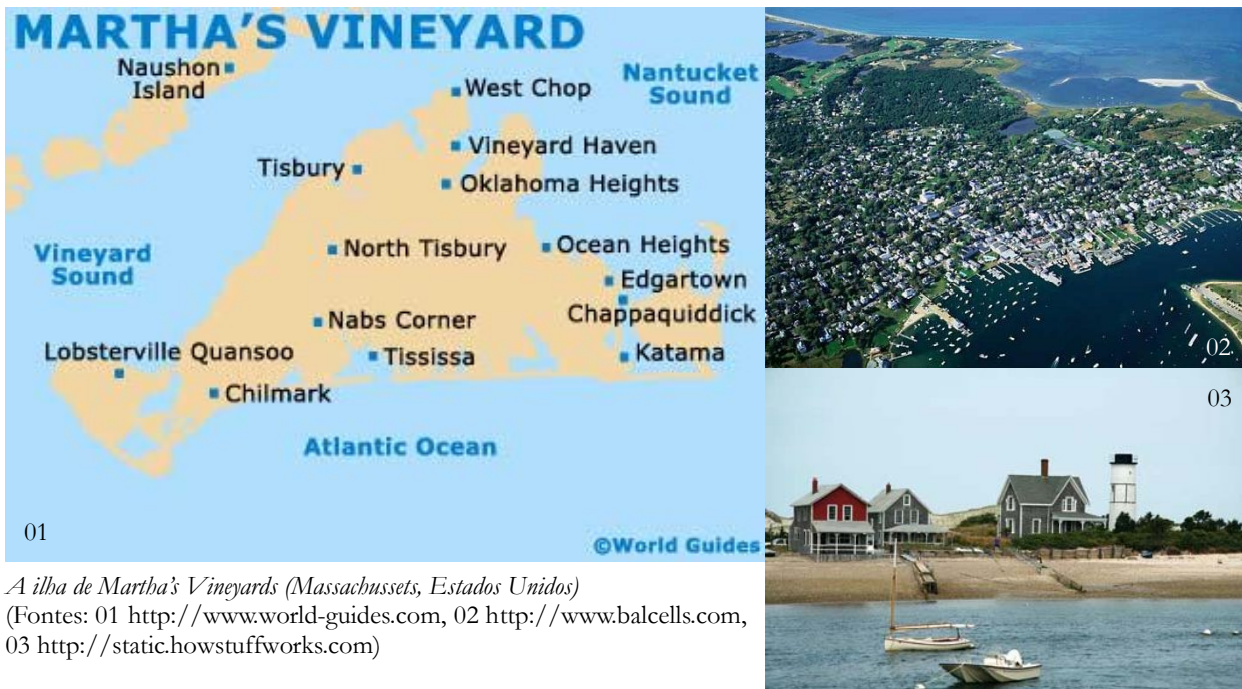


Você pode ler estes estudos na íntegra nos capítulos 1 e 2, respectivamente, do livro Padrões Sociolinguísticos, de William Labov (2008), cuja tradução para o português foi feita por Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Oliveira.

A REALIZAÇÃO DOS DITONGOS EM MARTHAS'S VINEYARD

Martha's Vineyard é uma ilha pertencente ao Estado do Massachussets, na costa Atlântica dos Estados Unidos. Na época das observações de Labov, a ilha contava com cerca de 5.500 habitantes, dividida entre três grandes grupos étnicos: indianos, portugueses e ingleses. A parte oeste da ilha é onde se concentravam os moradores permanentes, e foi a área escolhida pelos veranistas, que compraram quase toda área da costa nordeste, conhecida como Ilha Baixa. A porção ocidental da ilha, Ilha Alta, onde residia a maioria dos nativos, tem características estritamente rurais, com pequenos vilarejos, lagoas salgadas e pântanos despovoados. É nesta região que fica

Chilmark, vilarejo que vive de atividades pesqueiras, e que já foi sede de uma indústria de caça de baleias. Dos 2,5% da população ainda envolvidos na indústria de pesca à época da investigação de Labov, a maioria vivia na área de Chilmark. Os pescadores de Chilmark formavam o mais fechado grupo social da ilha, notadamente avesso à invasão dos veranistas. Os pescadores eram caracterizados pelos outros ilhéus como pessoas independentes, hábeis, fisicamente fortes, corajosos, sumarizando as virtudes daquilo que se considerava o “bom e velho Yankee”, em oposição aos veranistas, vistos como representantes da sociedade voltada ao consumo. O lugar é um cenário encantador, que, na época, atraía cerca de 40000 turistas de veraneio na temporada. Apesar do fluxo turístico, a ilha era a cidade mais pobre do Estado de Massachussets. É neste cenário socioeconômico e cultural que William Labov empreendeu sua investigação, que tinha como objeto as diferenças entre a variedade linguística dos nativos ilhéus e a variedade padrão do resto da região onde ficava a ilha.



A ilha de Martha's Vineyards (Massachussets, Estados Unidos)

(Fontes: 01 <http://www.world-guides.com>, 02 <http://www.balcells.com>, 03 <http://static.howstuffworks.com>)

O foco da análise foi a realização dos ditongos /ay/ e /aw/ (como em mouse e mice), que são normalmente pronunciados [aɪ] e [aʊ]: no sudeste da região da Nova Inglaterra, mas em Martha's Vineyard, Labov frequentemente ouvia [ɔɪ] e [ɔʊ] ou [əɪ] e [əʊ], o que aponta para o arredondamento ou centralização dos ditongos.

Assim, para sua investigação, Labov entrevistou 69 pessoas. Para ter certeza de que os informantes usariam palavras que contivessem os ditongos, Labov elaborou um roteiro de entrevista que tornava provável o uso de palavras como “right” ou “life” nas respostas. Outra estratégia utilizada para ter uma base mais uniforme da variação foi a leitura de um texto, contendo palavras com os

ditongos, por alunos de uma escola da ilha e também outras pessoas. Sete das leituras foram gravadas para serem submetidas a uma análise espectrográfica (a fim de analisar os formantes dos ditongos)

A primeira constatação de Labov foi que as pessoas da faixa etária 30-45 anos tendem a centralizar os ditongos mais que a faixa etária mais jovem ou mais velha. Outra constatação foi que os habitantes da Ilha Alta costumam centralizar os ditongos que os habitantes da Ilha Baixa. Os pescadores de Chilmark centralizam /ay/ e /aw/ muito mais que qualquer outro grupo ocupacional. Falantes descendentes de ingleses e de indianos tendem mais a centralizar os ditongos do que descendentes de portugueses. Estes resultados pareciam evidenciar que geração, ocupação e grupo étnico podem ser uma primeira categorização quanto à dimensão social do uso da língua.

Para explicar o fenômeno das diferentes realizações dos ditongos em Martha's Vineyard um novo critério foi adicionado: "atitude quanto à Martha's Vineyard". A hipótese para investigação era que pessoas orientadas positivamente quanto à Martha's Vineyard tenderiam a centralizar mais que as pessoas com orientação negativa sobre a ilha. De fato, há uma ideia separativista quanto à língua entre os Vineyarders: "Vocês que vem para cá, para Martha's Vineyard não entendem os costumes das velhas famílias da ilha... costumes e tradições estritamente marítimos... e aquilo que nos interessa, o resto da América, esta parte do outro lado aqui da água que pertence a vocês e com que nós não temos nada a ver, se esqueceu completamente" (LABOV, 2008, p. 49)

A tabela 1 ilustra a importância do desejo de emigrar ou ficar em Martha's Vineyard, mostrando números absolutos da centralização dos ditongos em relação ao lugar de residência examinado.

Tabela 1: Índices de centralização em função do aspecto migratório em Marha's Vineyard

Ilha Baixa	Ilha Alta
Querem partir	Querem ficar
(ay)(aw)	(ay)(aw)
00-40	90-100
00-00	113-119

Fonte: LABOV, 2008, p. 52

Pessoas da Ilha Alta em média tendem a centralizar os ditongos mais frequentemente que a média dos habitantes de Ilha Baixa. As pessoas da Ilha Alta que definitivamente querem ficar na ilha mostram um significativo aumento na tendência de centralização, enquanto as pessoas de Ilha Baixa que querem emigrar quase não mostram centralização dos ditongos /aw/ e /ay/.

Esta constatação se torna mais óbvia quando os informantes são subdivididos em conjuntos disjuntos quanto à atitude em relação sobre a ilha: positivo, negativo ou neutro. A tabela 2 mostra as ocorrências absolutas de centralização em relação à atitude do informante.

Tabela 2: Centralização e atitude com relação à Martha’s Vineyard

Pessoas		(ay)	(aw)
40	Positiva	63	62
19	Neutra	32	42
6	Negativa	09	08

Fonte: LABOV, 2008, p. 59

Pessoas que mostram uma atitude negativa em relação à Martha’s Vineyard e/ou querem deixar a ilha imitam o acento da variedade da Nova Inglaterra, enquanto as pessoas que querem ficar expressam sua atitude em relação à ilha – talvez inconscientemente – pela tendência média a forte de centralização dos ditongos.

Como resultados do estudo em Martha’s Vineyard, Labov formula algumas regras para a mudança linguística, definindo seu contexto. Elas podem ser sumarizadas pela fórmula (1).

$$f(A) \neq f(A^c) \tag{1}$$

Em (1), $f(A)$ são traços linguísticos usados por um grupo A, que diferem dos traços de todos os outros grupos que não são A, denominado “complemento de A”, notado na fórmula como A^c . Então, a língua do grupo A pode tornar-se uma referência para um grupo B, tal como (2)

$$f|_A(B) = \lambda f(A) \tag{2}$$

onde λ é um fator para expressar que os traços do grupo A são exagerados, ou seja, $f(A) \subset \lambda f(A)$. $f|_A(B)$ significa que os traços de B são influenciados por A. Logo,

$$\|f|_A(B)\| \neq \|f(A)\| \tag{3}$$

em (3), $\| \cdot \|$ significa que a norma dos traços de _____. Então $f|_A(B)$ pode tornar-se uma nova referência para um grupo C, como em (4):

$$\Rightarrow f|_{B|_A}(C) = f|_{B|_A} \tag{4}$$

Por indução esta cadeia pode ser estendida e mostra que a língua muda

em processo contínuo, sem necessidade de convergência em um ponto final. É preciso atentar que a cadeia somente significa que para uma mudança do grupo B é preciso ter alguma referência dos traços do grupo A; a pura existência dos traços do grupo A não é suficiente para desencadear a mudança linguística.

Para investigar mais aprofundadamente o problema das condições sob as quais a mudança linguística toma lugar, Labov empreendeu um estudo sobre a estratificação do /R/ na cidade de Nova York, o qual veremos a seguir.

A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL DO /R/ NAS LOJAS DE DEPARTAMENTO DA CIDADE DE NOVA IORQUE

Há diferenças em analisar a variação linguística na ilha de Martha's Vineyard e na cidade de Nova York. Em número de habitantes, por exemplo, a diferença é de milhares. Para realizar o estudo em Martha's Vineyard, Labov entrevistou 1% da população da ilha; para fazer o mesmo em Nova Iorque, seria preciso contatar perto de 80.000 pessoas.

Para o estudo em Nova Iorque, Labov precisou tentar uma abordagem diferente para conseguir entrevistar um significativo número de pessoas em um curto espaço de tempo. As entrevistas precisavam ser curtas e propícias para que a variável linguística ocorresse com frequência, e que pudesse ser observada em um ambiente homogêneo.

Os falantes nova-iorquinos têm um sotaque muito característico. Estudos preliminares de Labov levaram à determinação da variável linguística analisada: a realização do /r/ (sua ausência ou presença do /r/ consonantal em posição pós-vocálica, como em “car”, que pode ser realizado como [k^h] ou [kaʀ]). Sua hipótese era de que há certo significado social na produção deste som, há uma distinção no ambiente social em que ocorre o apagamento ou o não apagamento do /r/ pós-vocálico. De acordo com a sua teoria, pessoas que têm o mesmo valor de realização do /r/ pertenceriam ao mesmo grupo social. O grupo social mais alto deveria realizar o /r/ na maior parte das ocorrências, enquanto que o grupo mais baixo deveria se comportar ao contrário. Como o /r/ é um som relativamente frequente, não haveria problema na coleta de dados com entrevistas curtas, com diferentes falantes. Para coletá-los, Labov entrou em contato com várias pessoas que não sabiam que estavam sendo estudadas.

Uma vez introduzido como um linguista estudando a língua, o pesquisador manipula as pessoas a usarem uma pronúncia cuidadosa, o que costuma ser conhecido como paradoxo do observador (veremos na aula 6). Em uma entrevista extensa, na qual o entrevistador pode estabelecer uma relação de confiança, o informante pode esquecer sua pronúncia cuidadosa durante um intervalo de tempo, mas isso não acontece em entrevistas curtas, o que se apresenta como um problema na coleta de dados. Por isso,

Labov escolheu um grupo que poderia servir como informante porque não atentaria à sua pronúncia, e que seria fácil de contatar, uma vez que seu trabalho é ser contatado: vendedores de lojas de departamento. Ele fez sua pesquisa em três lojas de departamento de Nova Iorque, fazendo aos funcionários perguntas fáceis em que seria utilizada alguma palavras com /r/ pós-vocálico na resposta.

Para testar suas hipóteses, ele supôs que as pessoas que trabalham em uma loja mais cara, destinada às pessoas de classe alta, apresentariam o mesmo comportamento de realização de /r/ que seus consumidores, considerando que para fazer com que os consumidores se sintam à vontade, os vendedores se adaptariam à mesma variedade linguística.



Saks

Fontes: 01 <http://pushgroup.com>, 02 <http://pursuitist.com>



Macy's

Fonte: <http://upload.wikimedia.org>

Macy's

Fontes: <http://www.lancastermall.com>

St. Klein

Fonte: <http://66.230.220.70>

Há várias lojas de departamento na cidade de Nova Iorque. Lojas diferentes têm consumidores diferentes. Para sua investigação, Labov escolheu três lojas de departamento que são as maiores redes dos Estados Unidos: Saks (Fifth Av.), uma loja de alto prestígio com consumidores da classe média-alta; Macy's, uma loja “meio termo”; e S. Klein, a de menos prestígio. Os preços nas lojas variam de acordo com o seu prestígio (por exemplo, na época, um casaco feminino custava US\$ 90,00 na Saks, US\$ 79,25 na Macy's e US\$ 23,00 na S. Klein). Todas as lojas têm vários departamentos, em vários andares. Para tornar seus dados comparáveis, Labov perguntava por um departamento no quarto andar (fourth floor). O informante, um empregado da loja, deveria responder algo como “Fourth Floor”. O entrevistador poderia repetir a pergunta agindo como se não tivesse entendido a resposta: “Excuse-me?” e, em geral, o empregado responderia com uma pronúncia mais cuidadosa “Fourth floor”. Após ouvir a realização do /r/ do seu informante, Labov saía na direção indicada, até sumir de sua vista, anotar sexo, idade

estimada e transcrição dos dados, e inquirir outro funcionário.

Como Labov esperava, há um componente social na realização do /r/ na cidade de nova Iorque. Os empregados da Saks mostraram o mais alto grau de realização do /r/, enquanto os empregados da S. Klein mostraram o mais baixo, frequentemente o /r/ era substituído por [ə] ou vocalizado. Os empregados da Macy's ficaram no meio. O padrão se deu tanto na pronúncia casual quanto cuidadosa.

Uma distribuição interessante ocorreu na Macy's: enquanto o total da realização do /r/ na pronúncia casual era 44, na pronúncia cuidadosa era 61, um terço a mais. Na Saks houve somente uma realização a mais na pronúncia cuidadosa do que na informal, totalizando 64 ocorrências, três a mais do que a Macy's. Os empregados da S. Klein mostraram três vezes mais realização do /r/ na pronúncia cuidadosa do que na casual, mas totalizando apenas 18 ocorrências. Por que há um grande aumento na realização do /r/ na Macy's? Uma explicação é que os empregados da Macy's estão atentos ao alto prestígio da realização do /r/, mas em situações informais eles esquecem do /r/, enquanto que na pronúncia cuidadosa eles usam um registro diferente, que consiste na escolha da variante de prestígio.

Como conclusão do estudo da estratificação social da realização do /r/ em posição pós-vocálica na cidade de Nova Iorque, uma pronúncia diferente não expressa somente atitude quanto à classe social, mas também permite que grupos sociais possam ser diferenciados. Os trabalhadores da Sak's, apesar de não fazerem parte da classe média alta em termos de inserção, podem ser considerados mais parte da classe alta ou média alta do que os funcionários da S. Klein, que provavelmente se sentem mais confortáveis se considerados parte da classe baixa.

COMUNIDADE DE FALA, VARIÁVEL E VARIANTES

É a partir destes estudos de William Labov na década de 1960 que se consolida um ramo da linguística conhecido como Sociolinguística Variacionista, o qual estuda padrões sistemáticos de variação na sociedade. Adota o método de análise quantitativo com o objetivo de descobrir como e por que os indivíduos “falam diferente”. A Sociolinguística Variacionista parte do princípio de que a variação linguística é analisada em relação a fatores externos: classe socioeconômica, faixa etária, gênero, grupo étnico, lugar de origem, grupo geracional, escolarização, redes de relações sociais, e também quanto a fatores internos, inerentes ao sistema. Ou seja, a variação não ocorre de forma caótica e assistemática, mas sim corresponde à coexistência de diferentes normas linguísticas (você lembra do conceito de norma linguística apresentado na aula 1?) que são estabelecidas em diferentes nichos sociais.

Uma primeira noção importante dentro da Sociolinguística Variacionista é a noção de comunidades de fala. Vamos lembrar: o objeto da Sociolinguística Variacionista é a língua, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Por isso, o ponto de partida da análise deve ser a comunidade de fala. Uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meios de redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras, constituindo uma norma linguística, como vimos na primeira aula desta disciplina. Por exemplo, podemos selecionar e descrever comunidades de fala como a cidade de Aracaju, dos estudantes do curso de Letras da UFS, dos rappers, dos internautas, etc. É importante destacar que os indivíduos que compõem a comunidade de fala não falam igual, mas compartilham os mesmos juízos e crenças de valor em relação às normas linguísticas vigentes na comunidade, pois, como vimos na aula 1, toda comunidade se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de falar.

Como vimos na aula 3, às diferentes maneiras de falar, a Sociolinguística reserva o nome de variedades linguísticas. E o conjunto de variedades linguísticas utilizado por uma comunidade é chamado repertório verbal. Qualquer língua, falada por qualquer comunidade, exibe sempre variação, logo, a língua é representada por um conjunto de variedades. Por exemplo, concretamente o que chamamos de Língua Portuguesa engloba os diferentes modos de falar utilizado pelo conjunto de seus falantes do Brasil, em Portugal, em Angola, etc. E a Sociolinguística encara a diversidade linguística não como um problema, mas como uma qualidade constitutiva do fenômeno linguístico, que influencia o processo de ensino-aprendizagem de língua materna, como veremos na aula 8.

Voltando à questão da variação: cada indivíduo tem um comportamento linguístico particular – há inovações –, mas não é um indivíduo que estabelece/muda as regras da língua e sim o grupo em interação social. A mudança só ocorre se a nova forma for adotada pela comunidade de fala, pois o indivíduo é um ser estratificado. Daí decorre a noção de heterogeneidade sistemática. Um sistema linguístico ideal, como o previsto pelos estruturalistas, seria regido apenas por regras categóricas, ou seja, regras que não têm exceções, não tem outra possibilidade de ocorrência. Uma regra categórica do português é que o artigo deve sempre preceder o nome, como em “o menino”, e nunca o contrário (ninguém diz “menino o”). O sistema linguístico real, porém, é regido por regras variáveis inerentes a ele (além das categóricas) e estas regras variáveis podem ser mais ou menos aplicadas, dependendo do ambiente linguístico e/ou social, o que define a natureza do sistema como probabilística e pressupõe o emprego de técnicas quantitativas para a observação das regularidades que o regem.



Uriel Weireich, William Labov e Marvin Herzog são os autores de um texto clássico, que é considerado uma das bases da Sociolinguística: “Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística”. Publicado em 1968, foi traduzido para o português por Marcos Bagno, em 2006. É uma leitura bastante densa, que faz um retrospecto das propostas para explicar a mudança linguística, desde o movimento neogramático até o pós-guerra. Na edição brasileira, Carlos Alberto Faraco faz a “Apresentação de um clássico”, em que discorre sobre a história do texto e propõe um roteiro de leitura. Aqui teremos uma sumarização breve e livre do texto, focando alguns pontos basilares da Sociolinguística. Certamente, esta amostra irá despertar seu interesse pela leitura da obra integral.

Segundo Weireinch, Labov e Herzog ([1968]2006), ao estudarmos um fenômeno de mudança linguística, nos depararemos com cinco problemas que precisam ser averiguados:

1. Problema das restrições: quais são os condicionamentos e as restrições linguísticas e extralinguísticas gerais à mudança que determinam as alterações possíveis e sua trajetória?
2. Problema da transição: como uma mudança acontece? Quais são seus caminhos e etapas? O sistema linguístico de um indivíduo muda ao longo de sua vida? Como as mudanças são difundidas na comunidade de fala? Como elas se movem de uma comunidade a outra? Como uma mudança é transmitida de uma geração a outra?
3. Problema do encaixamento: como as mudanças se encaixam no sistema das relações linguísticas e extralinguísticas das variantes? Que outras mudanças estão associadas com uma certa alteração de um modo que não possa ser atribuído à coincidência? Podemos postular duas dimensões do encaixamento: o encaixamento da variável na estrutura linguística e as possíveis relações em cadeia; e o encaixamento da variável na estrutura social, em que se identificam os grupos sociais aos quais as formas se vinculam.
4. Problema da avaliação: como os membros de uma comunidade de fala avaliam uma mudança particular? Avaliações negativas podem afetar o curso da mudança? Ela pode ser detida ou revertida como consequência do estigma social? O nível de consciência dos membros da comunidade de fala é uma característica essencial da mudança linguística e deve ser considerado na análise.
5. Problema da implementação: por que uma dada mudança linguística ocorreu em certa época e lugar? O problema da implementação está ligado às causas da mudança e aos demais problemas: em que parte da estrutura social e linguística a mudança se originou, como se espalhou para outros grupos, que grupos mostraram maior resistência a ela?

O ponto de partida para a reflexão é tentar explicar por que as línguas mudam. Afinal, se uma língua tem de ser estruturada de modo a funcionar eficientemente como as pessoas continuam a falar enquanto a língua muda, ou seja, enquanto passa por períodos de menor sistematicidade? Se pressões forcem uma língua a mudar, e se a comunicação é menos eficiente nesse ínterim, por que tais ineficiências não são observadas na prática?

Weireinch, Labov e Herzog ([1968]2006) buscam em Herman Paul, representante da corrente dos neogramáticos, a postulação o idioleto como o mais legítimo objeto de estudo linguístico. Ou seja, na língua do indivíduo. O estruturalismo estabelece a homogeneidade, que é encontrada no idioleto, como pré-requisito básico para a análise linguística. Weireinch, Labov e Herzog propõem o rompimento da relação dicotômica estrutura = homogeneidade, introduzindo a noção de heterogeneidade sistemática; argumentam que as mudanças linguísticas não ocorrem em idioletos, mas nas gramáticas da comunidade mais ampla. Cada indivíduo tem um comportamento linguístico particular – há inovações –, mas não é um indivíduo que estabelece/muda as regras da língua e sim o grupo em interação social. A mudança só ocorre se a nova forma for adotada pela comunidade de fala.

Assim, o ponto de partida de uma mudança é sempre um ambiente mais favorecedor, e aos poucos, se propaga aos ambientes menos favorecedores. Este percurso é gradual que se manifesta nas alterações de frequências de aplicação da regra em cada contexto linguístico e social. Logo, segundo Labov (1994, p. 25), mudança é questão de frequência. Veremos, em seguida, como lidar com as frequências (muitos escolheram o curso de Letras porque não gostavam de matemática... Sociolinguística trabalha com gráficos e tabelas, percentuais e probabilidades!)

Outro conceito muito importante na Sociolinguística é o de variável linguística (ou regra variável). Segundo Weireich, Labov e Herzog, uma variável linguística é um “elemento variável dentro do sistema controlado por uma regra singular” ([1968] 2006, p.167).

Podemos dizer que a variável linguística é um constructo teórico básico da sociolinguística variacionista. É o objeto ou o foco da pesquisa. A variável linguística costuma ser relacionada como variável dependente: “Uma variável é concebida como dependente no sentido que o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores de natureza social ou estrutural” (MOLLICA; BRAGA, 2003, p.11). São exemplos de variável linguística a alternância entre nós e a gente; concordância verbal; realização do /s/, entre outros, no português. As variáveis independentes são as variáveis (ou grupos de fatores) que influenciam a ocorrência da variável dependente (ou regra variável). O conjunto de variável dependente e variáveis independentes forma o que Tarallo (1985) chama de “envelope da variação” e veremos com mais detalhes na aula 5.

As regras variáveis tendem a se tornar categóricas, generalizando-se. Mas há casos de variação estável, ou seja, períodos em que as variantes coocorram, sem

que uma sobreponha à outra.

Uma variável linguística (regra variável) comporta duas ou mais variantes. As variantes correspondem aos modos alternativos semanticamente equivalentes de dizer “a mesma coisa” (valor referencial ou representacional) em um **mesmo contexto**. Ou seja, uma regra variável possui duas ou mais variantes (caso não tenha, não temos uma regra variável, mas sim uma regra categórica). As variantes são as formas linguísticas alternantes que configuram um fenômeno variável. As variantes podem permanecer estáveis nos sistemas ou podem mudar quando uma das variantes desaparecer.

Vamos ver alguns exemplos do português para deixar os conceitos mais claros. Para nos referirmos à 1ª pessoa do plural, em português, dispomos de duas formas pronominais: uma forma dita “canônica”, prescrita e registrada nas gramáticas normativas da língua portuguesa, que é o pronome pessoal nós, e outra forma, inovadora, que aparece em algumas gramáticas normativas da língua portuguesa como observação restrita à fala coloquial, que é formada pela forma a gente. Assim, podemos dizer que a referência à 1ª pessoa do plural no português é uma regra variável, porque dispomos de duas variantes: as formas nós e a gente. Embora haja muitos estudos relativos a essa variável no português, podemos perceber intuitivamente algumas tendências de usos das duas formas: por exemplo, os jovens e as crianças tendem a utilizar muito mais a forma a gente do que a forma nós. Ou ainda, em situações mais formais, por exemplo, em uma audiência judicial, a forma nós predomina. Já em uma conversa entre amigos no bar, a forma a gente predomina. A faixa etária e o nível de formalidade são fatores de caráter externo, são fatores sociais que determinam/condicionam o uso de uma forma ou de outra. Temos, ainda, nesta regra variável, fatores internos ao sistema. Por exemplo, a forma verbal (desinência número pessoal) e o paralelismo. Se um falante diz “Saímos cedo”, a desinência número-pessoal do verbo fará com que sua frase seguinte também mantenha essa desinência, e se ele utilizar um pronome para preencher a posição de sujeito, terá uma alta possibilidade de usar a forma nós: “mas ainda assim nós chegamos atrasados”. Esta é uma motivação estrutural, para respeitar o paralelismo. Além disso, as formas a gente chegamos e nós chegou são altamente estigmatizada, sendo alvo de preconceito linguístico.

Outro exemplo de regra variável do português seria a expressão formal da concordância de número. A regra canônica da concordância de número no português diz que todos os elementos nominais de um sintagma plural devem receber marca explícita de concordância de número, como em “as pesquisas linguísticas” e os professores ensinam português”. Na fala, porém, notamos que apenas o 1º elemento de um sintagma nominal recebe a marca, sendo suprimida nos demais, como em as pesquisaØ linguísticaØ, os professores ensinaØ português. A regra variável, neste caso, refere-se à expressão da marca de concordância de número. As variantes são a presença vs. a ausência da marca formal de concordância de número nos elementos nominais do sintagma.

Marta Scherre e Antony Naro têm desenvolvido muitas pesquisas sobre esta variável do português. Os capítulos 2 e 4 do livro “Origens do português brasileiro” (2007) tratam com muita clareza da questão da concordância no português. Recomendamos a leitura.

Os estudos pioneiros de Labov serviram de base para constituir o protocolo da investigação da sociolinguística. Para definir uma variável linguística é necessário: (i) definir o número exato de variantes; (ii) estabelecer toda a multiplicidade de contextos em que ela aparece; (iii) elaborar um índice quantitativo que permita medir os valores das variáveis. O item (i) foi visto nesta aula. Na aula 5, veremos o item (ii) e o item (iii) será retomado na aula 7.

CONCLUSÃO

Ao estudarmos a língua em uso numa comunidade de fala, nos defrontamos com a realidade de variação. Os falantes têm características distintas (sexo, idade, profissão, classe social, etc.) e estas diferenças, identificadas como fatores sociais ou externos, também atuam na forma de cada um se expressar. Porém, como vimos, a variação observada nos falares da comunidade nem sempre está ligada apenas aos fatores externos. Fatores internos, inerentes ao sistema linguístico, também pressionam e possibilitam a ocorrência da variação.

RESUMO

O nosso propósito nesta aula foi apresentar os pressupostos teórico-metodológicos da corrente conhecida como Sociolinguística Variacionista, dando ênfase aos estudos pioneiros de William Labov (considerado o fundador dos estudos variacionistas da Sociolinguística), além de expormos alguns conceitos básicos, como: comunidade de fala, variáveis e variantes. Vimos que esta linha de pesquisa busca estudar padrões sistemáticos de variação na sociedade, adotando o método quantitativo. Também vimos que, para que se chegasse a este modelo, as constatações de dois estudos de William Labov foram essenciais: a realização dos ditongos na ilha de Marthas’s Vineyard e a realização do /R/ pós-vocálico na cidade de Nova York. Em se tratando de conceitos básicos da Sociolinguística Variacionista, uma primeira noção básica é de comunidade de fala: cada indivíduo tem um comportamento linguístico particular, mas vale ressaltar que não é um indivíduo que muda as regras da língua e sim um grupo em interação social – comunidade de fala. Vimos que variação é o processo em que duas ou mais formas ocupam o mesmo contexto com o mesmo valor de verdade/desempenham o mesmo significado na língua e que variantes são as formas



envolvidas num processo de variação, como, por exemplo, tu/você; leiti/leite. Sumarizando, em toda comunidade de fala são frequentes as formas linguísticas em variação, pois as formas mudam gradual e continuamente, podendo assumir múltiplos lugares, o que faz crescer as possibilidades de termos várias formas competindo pelos mesmos lugares. Então, podemos dizer que a Sociolinguística Variacionista tem como perspectiva estudar diferentes formas concorrendo para o desempenho de determinada função no sistema linguístico.



ATIVIDADES

1. Tente, com as suas palavras, delimitar uma comunidade de fala da qual você faz parte.
2. Oswald de Andrade é um dos representantes do Modernismo no Brasil. Uma das características deste período é a valorização do nacional. Explore o conceito de variável e variantes a partir dos poemas Pronominais e Vício na fala.

Vício na fala

Para dizerem milho dizem mio

Para melhor dizem mió

Para pior pió

Para telha dizem teia

Para telhado dizem teiado

E vão fazendo telhados.

Pronominais

Dê-me um cigarro

Diz a gramática

Do professor e do aluno

E do mulato sabido

Mas o bom negro e o bom branco

Da Nação Brasileira

Dizem todos os dias

Deixa disso camarada

Me dá um cigarro.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Como indivíduos de uma sociedade que somos, estamos necessariamente vinculados a uma – ou mais de uma – comunidade de fala. Você pode, por exemplo, definir a comunidade de fala dos estudantes do seu curso no seu polo: são estudantes que cumpriram com a escolarização básica e que aspiram à escolarização superior. Dadas as peculiaridades da Educação a Distância, todos possivelmente são da região circunvizinha ao polo. Logo, certamente partilham valores culturais, sociais e religiosos. Como são do curso de Letras, devem também sofrer a sina do acadêmico de Letras: parece que, ao passar no vestibular para este curso, a pessoa também acopla um dicionário e uma gramática, e passa a ser fonte de consulta... Por conta disso, o estudante busca um padrão de “correção e pureza da língua”... Discutimos estes traços constitutivos da comunidade de fala dos graduandos em Letras no capítulo Ensino de gramática na graduação em Letras (FREITAG; SILVA, 2009), no livro *Língua e literatura: propostas de ensino*, organizado por Carlos Magno Santos Gomes.

Com relação a variáveis e variantes nos poemas de Oswald de Andrade, podemos identificar, em *Vícios de fala*, dois fenômenos variáveis no português: a vocalização da lateral palatal (ou iotismo) e a queda do *-r* final. “Milho” e “mio” – /milo/ correspondem foneticamente às variantes [‘milu] ~ [‘miyu], assim como “pior” e pió” – /pioR/, correspondem às diferentes realizações do arquifonema R, inclusive a queda na posição final.

Já em *Pronominal*, Oswald ilustra a regra variável da colocação pronominal no português. Os pronomes do caso oblíquo átonos, no português, podem ocorrer em três posições: antes do verbo (próclise), no meio do verbo (mesóclise) e depois do verbo (ênclise). Em princípio, cada tipo de colocação se dá em função das motivações do ambiente linguístico em que ocorre. Entretanto, existe uma forte motivação sociocultural que impera na escolha de uma ou outra colocação: o reconhecimento de que o português não é uma língua única e que o português falado no Brasil é diferente do português falado em Portugal. Assim, no Brasil, o uso proclítico é predominante, diferentemente de Portugal – e das gramáticas normativas, inspiradas em autores portugueses –, onde impera a ênclise. Oswald retrata, ainda, em *Pronominal*, aspectos sociais relacionados a quem usa cada um dos tipos de colocação pronominal: note-se que a ênclise é relacionada à escolarização (o professor, o aluno, o mulato sabido e, principalmente, a gramática). A próclise, por sua vez, é associada por Oswald à “Nação Brasileira”, ao uso no dia a dia (ao contrário da prescrição gramatical).



PRÓXIMA AULA

Agora que já estamos familiarizados com a Sociolinguística Variacionista, vamos adentrar nos domínios da Variação linguística no português brasileiro, tema da nossa próxima aula.



AUTOAVALIAÇÃO

Após estudar esta aula, sou capaz de definir os conceitos de comunidade de fala, variável e variantes. sou, também, ser capaz de identificar fenômenos variáveis do português? Devo fazer as atividades sugeridas, pois elas foram pensadas exatamente para que eu reflita sobre o assunto abordado na aula. Se após ler a aula eu ainda sentir dificuldades: procure a ajuda da tutoria. Discutir com os colegas. Não guardar para mim as suas dúvidas!

REFERÊNCIAS

- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.
- LABOV, William. **Principles of linguistic change – internal factors**. Oxford: Blackwell, 1994.
- MOLLICA, Maria Cecília, BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. Rio de Janeiro: Contexto, 2003.
- NARO, Antony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.
- TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria de mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

META

Apresentar os pressupostos teórico-metodológicos da corrente conhecida como Sociolinguística Variacionista, com ênfase nos estudos pioneiros de William Labov.

OBJETIVOS

Apresentar alguns fenômenos variáveis no português brasileiro

PRÉ-REQUISITOS

Ter acompanhado as aulas anteriores



(Fonte: <http://revistadeletras.files.wordpress.com>)

INTRODUÇÃO

Agora que conhecemos o objeto da Sociolinguística e a orientação teórico-metodológica da Sociolinguística Variacionista, vamos atentar para o cenário brasileiro, refletindo, inicialmente, sobre como observar a variação em uma comunidade de fala tão ampla e diversificada como é a brasileira. Conheceremos alguns projetos de cunho sociolinguístico no Brasil que descrevem a variação em comunidades de fala menores. E, depois, atentaremos para alguns resultados destes projetos, descrevendo variação no âmbito fonético-fonológico e morfossintático, com os pronomes.

PEUL
Programa de Estudos sobre o Uso da Língua

Principal

História

Pesquisadores

Banco de Dados

Eventos

Contatos

Links

Programa de Estudos sobre o Uso da Língua

O grupo PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua) reúne pesquisadores que se dedicam ao estudo da variação e mudança linguística na variedade de português falada e escrita no Rio de Janeiro. Adotando uma orientação essencialmente baseada na Sociolinguística Variacionista, os pesquisadores que integram o Peul vêm se dedicando, ao longo de mais de vinte anos, à análise da língua em uso e à sua inter-relação com aspectos sociais, estruturais e funcionais.

A sede do PEUL está localizada na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), de onde faz parte a maioria dos professores e bolsistas do projeto. O grupo inclui ainda pesquisadores da UFF (Universidade Federal Fluminense) e da Universidade Federal do Espírito Santo.

Neste site, disponibilizamos os diversos corpora constituídos por esses pesquisadores, a fim de facilitar o acesso de estudantes e pesquisadores interessados a dados sociolinguisticamente controlados.

Notícias

espaço SIGMA.UFRJ JIC

A Jic está se aproximando! Não Perca!
Leia mais >

Plataforma Lattes

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

mantenha seu Currículo Lattes Atualizado!
Leia mais >

Site da PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, acessado em 10/02/2010.

(Fonte: <http://www.letras.ufrj.br/peul/>)

A COMUNIDADE DE FALA BRASILEIRA

Você se lembra do conceito de comunidade de fala adotado pela Sociolinguística Variacionista, que vimos na aula anterior? É um conjunto formado por falantes que antes de compartilharem traços linguísticos semelhantes, compartilham atitudes e valores, normas sociais. Assim, no cenário socioeconômico e cultural brasileiro, fica difícil pensar em uma “comunidade de fala brasileira”, envolvendo toda a dimensão nacional. Pense-se por exemplo, nos valores compartilhados entre uma comunidade rural do interior de Sergipe e uma comunidade urbana, em São Paulo, capital; não só os traços linguísticos são distintos, mas os valores compartilhados em cada comunidade também o são. Além disso, os estudos variacionistas precisam verificar a dinâmica da variação e mudança, ou seja, como um processo se comporta dentro da comunidade. Para isso, é preciso que os falantes que compõem a unidade de análise “comunidade de fala” tenham interação entre si em uma taxa significativa. Isto se torna claramente impossível se definirmos uma comunidade de fala única composta por 192 milhões de falantes!

Ainda assim, precisamos analisar a variação na comunidade de fala brasileira... Mas como? Para viabilizar metodologicamente a análise, os estudos sociolinguísticos no Brasil têm sido realizados em projetos que delimitam comunidades de fala menores. Estes projetos tentam, na medida do possível, seguir a mesma metodologia no que diz respeito à coleta de dados (usando o recurso da entrevista sociolinguística, que veremos na aula 6) e à forma de estratificação social. Isto faz com que os estudos realizados possam posteriormente ser cotejados, a fim de promover estudos contrastivos entre as variedades do português. A comparação entre resultados obtidos para fenômenos variáveis é um método analítico que permite grandes avanços teóricos para a pesquisa linguística, uma vez que transcender os limites de uma única variedade linguística possibilita o estabelecimento, refinamento e fortalecimento de generalizações e princípios de variação e mudança universais.

Vamos, nas seções a seguir, conhecer alguns dos principais projetos que adotam a metodologia da Sociolinguística Variacionista para a descrição do português falado no Brasil.

PROJETOS E BANCOS DE DADOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O projeto PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua), conhecido originalmente como Projeto Censo da Variação Linguística do Estado do Rio de Janeiro, visa o estudo do português falado no Rio de Janeiro. Foi o projeto pioneiro a adotar a metodologia da Sociolinguística Variacionista no Brasil.

O banco de dados do PEUL é composto por dois corpora: a amostra Censo 80, coletada na década de 1980, e a amostra Censo 00, coletada na década de 2000, ambos com 48 horas de gravação de falantes adultos, divididos por três faixas etárias (15-25 anos, 26-49 anos e mais de 50 anos) e uma amostra de crianças na faixa de 7 a 14 anos. O PEUL, além de controlar as variáveis sociolinguísticas clássicas – sexo, idade e escolaridade –, controla variáveis sociais não convencionais, tais como a relação dos informantes com produtos culturais (como mídia televisiva e escrita, cinema, teatro e outros), a sua posse de bens materiais disponíveis no mundo moderno (apartamentos, carros, telefones, viagens, etc.) e as suas expectativas em relação ao futuro. Esse procedimento é uma tentativa de mapear variação linguística na sociedade brasileira, na qual apenas a categorização por classe social segundo parâmetros como renda, local de moradia, escolarização e profissão não é claramente delimitada. Conjugadas às variáveis sociolinguísticas convencionais, essas variáveis mais refinadas permitem detectar tendências divergentes no interior da mesma comunidade de fala. (PAIVA, SCHERRE, 1999, p. 219)

Conheça o PEUL no site <<http://www.letas.ufrj.br/peul/index.html>>. No link “banco de dados”, você poderá acessar as amostras gravadas e transcritas, e perceber como fala o carioca.

Muitos trabalhos foram realizados com a Amostra Censo; como bem dizem Conceição Paiva e Marta Scherre, “foi possível contatar que, a depender da conjugação de fatores linguísticos e extralinguísticos, *os carioca*, em dias de sol, *curte ir na praia e, depois, adora toma umas cervejinha, assistino o jogo de futebol.*” (PAIVA; SCHERRE, 2005, p. 205). O PEUL serviu de modelo a outros projetos de descrição do português brasileiro, como o VARSUL e o VALPB.

O projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana da Região Sul do Brasil) tem por objetivos o armazenamento e a disponibilização de amostras de fala de habitantes característicos de áreas urbanas representativas de cada um dos três estados da região sul do Brasil. A amostra foi coletada na década de 1990 e compreende as cidades de Porto Alegre, Flores da Cunha (colonização italiana), Panambi (colonização alemã) e São Borja (região de fronteira), no Rio Grande do Sul; Florianópolis, Lages (colonização sulista), Blumenau (colonização alemã) e Chapecó (colonização italiana), em Santa Catarina; e Curitiba, Irati (colonização eslava), Londrina (cidade mais importante da região norte do estado) e Pato Branco (cidade mais importante da região sudoeste do estado), no Paraná. Cada cidade é representada por um conjunto de 24 entrevistas, correspondentes a 12 perfis sociais (sexo masculino e feminino, três níveis de escolarização e duas faixas etárias) de duas entrevistas. Florianópolis é a única cidade do banco de dados que tem uma faixa etária a mais, totalizando 36 entrevistas correspondentes a 18

perfis sociais. Os entrevistados estão estratificados em três níveis de escolarização: de 4 a 5 anos; 8 a 9 anos; e 10 a 11 anos. Quanto às faixas etárias, as entrevistas subdividem-se em: faixa A (25 a 49 anos, preferencialmente 25 a 45 anos); faixa B (mais de 50 anos, preferencialmente 55 a 75 anos); e somente em Florianópolis, jovens (15 a 24 anos, preferencialmente 15 a 20 anos). (KNIES; COSTA, 1996)

Você pode ver mais detalhes do projeto VARSUL, inclusive acessar as produções decorrentes da descrição do banco de dados, no site <<http://www.pucrs.br/fale/pos/varsul/index.php>>

O projeto VALPB (Variação Linguística no Estado da Paraíba) iniciou-se na década de 1990 e propõe-se a descrever e analisar a fala de João Pessoa, na Paraíba. É composto por entrevistas sociolinguísticas de 60 indivíduos, estratificados em sexo, faixa etária e escolaridade. A estratificação segue o modelo do projeto VARSUL, com a diferença de incluir uma faixa a mais de escolarização, a dos analfabetos (HORA; PEDROSA, 2001).

Em Sergipe, o Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade – GELINS vem constituindo um corpus nos moldes da Sociolinguística Variacionista: com duas amostras Fala&Escrita e Entrevistas Sociolinguísticas, a fim de subsidiar as pesquisas variacionistas.

Criado em 2007, o Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade (GELINS) busca instituir e consolidar a prática de pesquisa linguística no Agreste Central Sergipano, região onde está instalado o Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho da Universidade Federal de Sergipe. As ações do grupo estão voltadas para: (i) a investigação dos fenômenos da linguagem; (ii) a formação de recursos humanos; e (iii) a constituição de banco de dados linguísticos. As linhas de pesquisa vinculadas ao grupo são: (i) Análise do Discurso; (ii) Estudos da Oralidade: Fala, Escrita e Ensino de Língua Materna; (iii) Pragmática dos Atos de Fala; e (iv) Variação e Mudança/Gramaticalização. Resultados das investigações desenvolvidas têm sido apresentados em eventos científicos da área e publicados em periódicos e coletâneas.

Conheça a equipe e a produção em:

<<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0070801PW6IRY8>>



Assim, com cada projeto constituindo seu banco de dados em uma dada comunidade de fala, o mapeamento das variedades do português no Brasil vai se efetivando. É um trabalho de formiguinha, em que todos contribuem. A padronização dos procedimentos metodológicos permite posteriormente a realização de estudos contrastivos entre as variedades, para, então, possibilitar a descrição da regra variável do português brasileiro.

ALGUNS TRAÇOS VARIÁVEIS

Como dissemos antes, descrever a totalidade dos fenômenos variáveis da comunidade de fala brasileira é uma empreitada árdua, ainda incipiente (lembramos que a Sociolinguística é uma ciência recente, ainda está em seus primeiros passos). Ainda assim, temos alguns resultados, que podem contribuir para uma visão panorâmica da variabilidade do português falado no Brasil. Vejamos.

VARIAÇÃO FONÉTICO-FONOLÓGICA

Como vimos na aula 3, a variação fonético-fonológica é a mais saliente, mais perceptível, e por isso, a mais marcada. Você se lembra, das aulas de Fonologia da Língua Portuguesa, das alofonias? As alofonias podem ser classificadas como posicionais (ocorrem em ambiente fônico específico) ou livres (ocorrem em qualquer ambiente). A “liberdade” da alofonia só se dá em termos fônicos, pois socialmente a alofonia não é livre: sabemos, por exemplo, que uma realização retroflexa do /R/ ocorre em determinada região do país (interior de São Paulo). Em suma, diferentes estudos sobre a variação fonético-fonológica no português do Brasil já foram realizados, e não vamos nos adentrar na descrição pormenorizada de cada um deles. Para uma visão panorâmica, recomendamos a leitura da obra organizada por Leda Bisol e Claudia Brescancini, *Fonologia e variação: recortes do português brasileiro*, dedicada ao tratamento da variação nos sistemas vocálico e consonantal, e na sílaba: síncope da postônica não-final de proparoxítonas; vogais médias postônicas; harmonização vocálica; redução dos ditongos nasais átonos; epêntese; degeminação e elisão; realização do R de final de sílaba; transformação do /l/ de lateral alveolar para velar e semivogal posterior /w/.

Recomendamos ainda a leitura de:

- A neutralização das átonas (BISOL, 2003)
- A representação lexical das fricativas palato-alveolares: uma proposta (BRESCANCINI, 2003)
- Epêntese vocálica no português do sul do Brasil: variáveis extralinguísticas (COLLISCHONN, 2003)

VARIAÇÃO NO QUADRO DOS PRONOMES

Vamos, agora, entrar em um campo altamente fértil para os estudos de variação linguística no nível morfosintático do português brasileiro: os pronomes. Se você consultar uma gramática normativa, encontrará o seguinte quadro de pronomes pessoais:

Quadro 2: Paradigma dos pronomes pessoais do português

1ª pessoa singular	Eu
2ª pessoa singular	Tu
3ª pessoa singular	Ele/Ela
1ª pessoa plural	Nós
2ª pessoa plural	Vocês
3ª pessoa plural	Eles/Elas

Em algumas gramáticas, você encontrará uma nota explicando que, em situações coloquiais, a forma a gente é utilizada como pronome de 1ª pessoa do plural. As gramáticas normativas, como vimos na primeira aula, se espelham em um estado de língua cristalizado, e nem sempre acompanham o dinamismo das línguas. No caso dos pronomes pessoais, em qualquer parte do Brasil, encontramos uma grande produtividade da forma a gente em relação à forma nós para se referir a 1ª pessoa do plural. Omena (1996, p. 313), ao analisar a fala do Rio de Janeiro, com dados do PEUL, encontrou a seguinte distribuição dos usos de a gente, em função das faixas etárias dos informantes.

Tabela 3: Variação na referência à 1ª pessoa do plural na fala do PEUL em função da faixa etária

Ocorrências de a gente/total		Percentual
7 a 14 anos	576/628	91%
15 a 25 anos	751/842	89%
26 a 49 anos	744/987	75%
51 a 71 anos	568/843	67%

Fonte: OMENA, 1996, p. 313

A tabela deve ser lida da seguinte maneira: na faixa etária de 7 a 14 anos, foram encontradas 628 ocorrências de referência à 1ª pessoa do plural; destas, 576 eram da forma a gente (e, portanto, 52 eram da forma nós: $52 + 576 = 628$), o que corresponde a 91% dos casos. É muita frequência para ser ignorada pelas gramáticas...

Na aula 7, veremos com mais detalhes como são calculados os valores da sociolinguística variacionista

E quem usa a forma *vós* hoje? Provavelmente só na igreja, em sermões e em trechos bíblicos, os líderes religiosos fazem isso... Ainda assim, lá está ela, no quadro dos pronomes pessoais, como a forma de referir a 2ª pessoa do plural... Pior ainda é que muitos professores insistem em ensinar esta forma na escola!

A variação nas formas de referência à 1ª pessoa do plural e também à 2ª pessoa do singular e do plural é decorrente de uma série de mudanças encaixadas que ocorreram desde o português arcaico. Menon (1995, p.93-97) resume algumas das mudanças ocorridas no sistema pronominal do português, especificamente no que se refere à 2ª pessoa.

A primeira grande mudança se deu na representação da 2ª pessoa, ainda no português medieval. O pronome *vós* era a forma utilizada tanto quando havia mais de um (a segunda pessoa do plural efetivamente) ou um único interlocutor. Neste caso, *vós* era uma forma de tratamento respeitoso. O pronome *tu* era utilizado em situações de igualdade entre interlocutores, ou de superior a inferior. Novas formas mais respeitosas para tratar o rei foram introduzidas: Vossa Mercê, Vossa Senhoria, Vossa Alteza, Vossa Excelência, Vossa Majestade. Destas, a mais antiga é Vossa Mercê. Modificações na sociedade portuguesa fizeram com que as formas respeitosas passassem a ser utilizadas como formas de tratamento entre iguais e não íntimos, perdendo seu valor honorífico e por fim sendo utilizadas por qualquer um, nobre ou não.

Paralelamente às mudanças no uso se deram mudanças de ordem fonética: a forma original, Vossa Mercê, deu origem ao pronome *ocê*, uma forma pronominal de se dirigir ao interlocutor, primeiramente de tratamento não íntimo, depois de tratamento íntimo. As formas ocê/ocês passaram a concorrer com tu/vós. A forma *ocês* suplantou a forma *vós* e as formas tu e você, em algumas regiões do Brasil, como em Florianópolis, coocorrem e concorrem.

Ainda conforme aponta Menon (1995), as formas ocê/ocês têm origem em uma locução nominal, constituídas por um pronome possessivo + substantivo, requerendo o verbo na terceira pessoa, que se gramaticalizou em pronome de 2ª pessoa (o interlocutor).

Outra alteração no sistema pronominal do português se deu com a entrada de a gente como forma de 1ª pessoa do plural. A locução a gente (artigo + nome) inicialmente entra como uma estratégia de indeterminação do sujeito e posteriormente se gramaticaliza como pronome de 1ª pessoa do plural, concorrendo com a forma *nós*, em todas as regiões do Brasil. Note-se que a gente, originalmente uma locução, também requer o verbo na terceira pessoa. A forma a gente também é utilizada para referir à 1ª pessoa do singular, como estratégia de polidez e de modéstia. Assim, o quadro dos pronomes pessoais de caso reto (pronomes-sujeito) inicialmente proposto se altera:

Quadro 3: Paradigma dos pronomes pessoais com a entrada de você/vocês e a gente.

1a pessoa singular	eu/a gente
2a pessoa singular	tu/você
3a pessoa singular	ele/ela
1a pessoa plural	nós/a gente
2a pessoa plural	vós/vocês
3a pessoa plural	eles/elas

A leitura do texto de Lopes e Duarte (2003) é muito esclarecedora, pois mostra a entrada de você no português.

CONCLUSÃO

Vimos, nesta aula, que o cenário sociolinguístico brasileiro é complexo: para estudar a variação em uma comunidade de fala tão ampla e diversificada como o é a brasileira, faz-se necessário que se mapeiem universos menores, subdividindo a comunidade de fala brasileira em comunidades de fala menores. É assim que surgem os projetos de descrição do português, como o PEUL, o VARSUL, o VALPB e o GELINS, aqui em Sergipe.

RESUMO

Nesta aula, refletimos sobre o estudo da variação no português brasileiro, a partir da discussão sobre a metodologia dos projetos de investigação e analisando alguns resultados. Atentamos para o cenário brasileiro, refletindo, inicialmente, sobre como observar a variação em uma comunidade de fala tão ampla e diversificada como é a brasileira. Retomamos o conceito de comunidade de fala, para então entendermos a variação no português do Brasil. Vimos que é quase impossível fazer uma análise da variação do português no Brasil, pois temos cerca de 192 milhões de falantes, sendo assim é necessário que se delimite comunidades de fala menores. Também vimos alguns projetos e bancos de dados do português brasileiro, como: PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua); o projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana da Região Sul do Brasil); e o projeto VALPB (Variação Linguística no Estado da Paraíba). Em Sergipe, o GELINS (Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade) vem constituindo um corpus nos moldes da Sociolinguística Variacionista, com duas amostras: Fala&Escrita e Entrevistas Sociolinguísticas, a fim de subsidiar as pesquisas variacionistas. Foram elencados alguns resultados, que podem contribuir para uma visão panorâmica da variabilidade falado no Brasil, como: i)



variação fonético-fonológica (ex: realização retroflexa do /R/ - interior de São Paulo); e ii) variação no quadro dos pronomes (ex: nós/a gente). Em suma, pudemos perceber que o cenário sociolinguístico brasileiro é complexo; portanto, para estudarmos a variação em uma comunidade tão ampla como a nossa é necessário mapear universos menores, e é assim que surgem os projetos de descrição do português, como os vistos nesta aula.



ATIVIDADES

1. Faça as leituras sobre variação fonológica indicadas na seção 3.1. Como você percebe a realização destes fenômenos na fala de sua comunidade?
2. Qual a forma mais produtiva de referência à 2ª pessoa na fala de sua comunidade: tu ou você? Existem contextos específicos de uso de uma forma ou de outra?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Ainda que o Estado de Sergipe seja pequeno, e que as comunidades de fala sejam relativamente próximas, podemos encontrar diversidade linguística! Por exemplo, no caso de uso de tu e você, você perceberá que existe diversidade no uso. Ainda não há investigações empíricas formalizadas; fica o convite à pesquisa.

PRÓXIMA AULA



Dando continuidade à disciplina, vamos, na próxima aula, Pesquisa variacionista: princípios de investigação conhecer os procedimentos empíricos para o estudo da variação linguística.

AUTOAVALIAÇÃO



Após esta aula, sou capaz de entender as dificuldades de analisar a variação linguística na comunidade de fala brasileira, e, ao mesmo tempo, reconhecer que posso colaborar para o estudo da variação na minha comunidade de fala?

REFERÊNCIAS

- BISOL, Leda. A neutralização das átonas. **Revista Letras**, Curitiba, n. 61, especial, p. 273-283, 2003.
- BISOL, Leda; BRESCANCINI, Cláudia. **Fonologia e variação**: recortes do português brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- BRESCANCINI, Cláudia Regina. **A representação lexical das fricativas palato-alveolares**: uma proposta. **Revista Letras**, Curitiba, n. 61, especial, p. 299-310, 2003.
- COLLISCHONN, Gisela. **Epêntese vocálica no português do sul do Brasil**: variáveis extralinguísticas. **Revista Letras**, Curitiba, n. 61, especial, p. 285-297, 2003.
- COSTA, Iara Benquerer; KNIES, Clarice Bohn. **Manual do usuário Banco de Dados Linguísticos**. VARSUL, 1995.
- HORA, Dermeval; PEDROSA, Juliene Lopes Ribeiro. **Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba**. João Pessoa: Ideia, 2001. Vol. 1-5
- LOPES, Célia Regina dos Santos; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. De Vossa Mercê a você: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo; MOTA Maria Antónia. (Org.). **Análise contrastiva de variedades do português**: primeiros estudos. I ed. Rio de Janeiro, 2003, v. I, p. 61-76.
- MENON, Odete Pereira. O sistema pronominal do português do Brasil. **Revista Letras**, n. 44, p. 91-106, 1995.
- OMENA, Nelize Pires de. As influências sociais na variação entre nós e a gente na função de sujeito. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira (orgs.). **Padrões Sociolinguísticos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 311-323.
- PAIVA, Maria da Conceição de. SCHERRE, Maria Marta Pereira. Retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL. **Delta**, v. 15 n. especial, p. 201-232, 1999.

A PESQUISA VARIACIONISTA: PRINCÍPIOS DE INVESTIGAÇÃO

META

Apresentar os princípios teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista envolvidos na análise da regra variável.

OBJETIVOS

Operacionalizar a análise de uma regra variável, com a postulação de variáveis linguísticas e sociais que podem influenciar fenômenos de variação, definindo o “envelope da variação”.

PRÉ-REQUISITOS

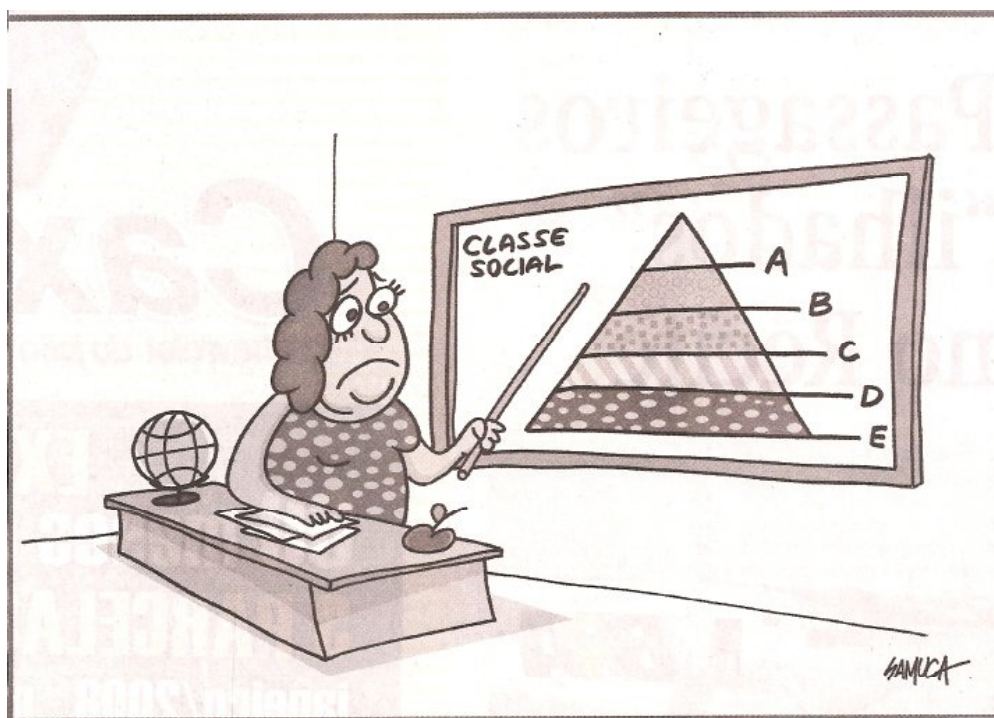
Ter realizado as atividades da aula anterior.



A relação entre sexo e gênero produz diferenças na fala, facilmente perceptíveis. Sendo o gênero uma construção social, a língua também se molda às dicotomias.
(Fontes: <http://1.bp.blogspot.com>)

INTRODUÇÃO

Agora que já vimos os pressupostos teóricos que norteiam a Sociolinguística Variacionista, e que vimos, a título de ilustração, alguns fenômenos empíricos de variação linguística no português falado no Brasil, vamos, nesta aula, conhecer os procedimentos para que a variação linguística seja analisada à luz dos princípios científicos. Nosso juízo de falante é apenas uma evidência intuitiva, que pode ser contestada se não houver um protocolo para o seu aferimento. Assim, nesta aula, conheceremos o protocolo da pesquisa Sociolinguística Variacionista, ou seja, aprenderemos a montar o que Tarallo (1985) chama de “envelope da variação”: o conjunto de variáveis dependentes e independentes que influenciam um dado fenômeno linguístico variável. Ao final desta aula, você deve estar instrumentado para iniciar a sua investigação sociolinguística!



(Fontes: <http://politicaagora.files.wordpress.com>)

O RECORTE DE REGRAS VARIÁVEIS

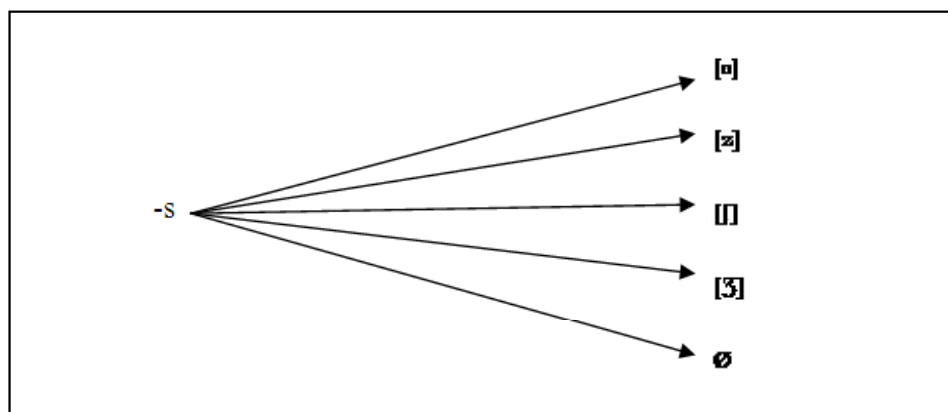
A língua, como sistema heterogêneo que é, a fim de cumprir com suas funções, é formada por um conjunto de regras (note que estamos nos referindo às regras que constituem a gramática do falante, não são regras da gramática normativa), que podem ser divididas em duas classes: as regras categóricas e as regras variáveis. Regras categóricas são aquelas que não admitem exceções, são obrigatórias. Por exemplo, uma regra categórica do português refere-se à ordem de constituintes do sintagma nominal: o determinante sempre antecede o nome. Assim, em português, sempre teremos O menino e nunca *Menino o (usamos o asterisco [*] para indicar que uma construção é agramatical, ou seja, não é licenciada pelas regras da gramática da língua). Esta é uma regra categórica da língua. Há muitas outras. Vejamos mais uma: em português, a regra da concordância de gênero em sintagma nominal obriga que todos os elementos recebam o morfema de gênero (-a ou Ø): AqueleØ meninoØ e Aquela menina. Salvo um falante estrangeiro, que ainda está aprendendo português, você não encontrará ninguém que fale *Aquele menina. Nem mesmo crianças em fase de aquisição infringem essa regra. Em suma, as regras categóricas são sinônimo de obrigatórias. Junto às regras categóricas há as regras variáveis, que são o objeto de estudo da Sociolinguística Variacionista. Vamos começar a desvendar as regras variáveis!

Quando formamos orações, ordenamos sujeito e verbo. A ordem canônica do português é a ordem sujeito-verbo, como em O menino correu. Mas, em alguns contextos, mais especificamente em construções monoargumentais, podemos inverter a ordem, realizando construções verbo-sujeito: Correu o menino. Você já deve ter ouvido construções deste tipo, elas são bastante recorrentes. Podemos dizer que se trata de uma regra variável. Ordenação de constituintes em orações monoargumentais: sujeito-verbo e verbo-sujeito.

Diferentemente da regra categórica, a regra variável apresenta mais de uma possibilidade de realização. Mas será que as possibilidades de realização ocorrem aleatoriamente? A sociolinguística variacionista defende que não, a ocorrência de uma ou de outra forma é, determinada (condicionada, motivada) por fatores contextuais, internos (inerentes à estrutura linguística) ou externos (inerentes à comunidade linguística). Vejamos outra regra variável do português, a regra de concordância de número em sintagmas nominais. A regra canônica, aquela que está assentada na gramática normativa, diz que todos os elementos do sintagma nominal devem receber a marca de plural, no caso o morfema -s. Assim, temos Os meninos bonitos. Mas nem sempre é assim que ouvimos esta construção, não é mesmo? As formas Os meninos bonitoØ e Os meninoØ bonitoØ são recorrentes e certamente você já as ouviu e/ou já as realizou. Estamos, pois, diante de uma regra

variável. A realização fônica do morfema de plural também não é unívoca. Podemos ter, para o morfema –s, a realização desvozeada [s], a realização desvozeada [s], a realização vozeada [z], a realização palatal desvozeada [ʃ], a realização palatal vozeada [ʒ] e, ainda, a não realização.

Quadro 4: Realizações fonéticas do morfema –s no português brasileiro



As diferentes formas de realização do morfema –s fazem parte de mais uma regra variável do português e, assim como na regra variável da concordância de número, a escolha de uma ou de outra forma (são cinco!) não é aleatória, depende das motivações internas e externas. O primeiro passo para o estudo da variação linguística é o recorte de uma dada regra variável do sistema: vimos, nesta seção, algumas regras variáveis. Agora, vamos ver algumas motivações sociais para a variação.

MOTIVAÇÕES SOCIAIS

Vejamos, a seguir, as possibilidades de controle de algumas variáveis sociolinguísticas – a classe social, a idade, a escolarização e o sexo – bem como as hipóteses norteadoras de suas motivações.

CLASSE SOCIAL

A função essencial das variáveis sociais é marcar a relação de pertencimento a um grupo. A classe social é o fator sociolinguístico mais forte e recorrente nos estudos europeus e americanos. A divisão em classes sociais costuma equiparar classes e profissões, e, conseqüentemente, correlacionar níveis de poder aquisitivo com níveis de estudo. Chambers (2003, p. 43) propõe o seguinte quadro:

Quadro 5: Estratificação social

Classe média	Alta	Proprietários, diretores, pessoas que herdaram riqueza
	Média	Profissionais, gerentes executivos
	Baixa	Semiprofissionais, gerentes de níveis mais baixos
Classe trabalhadora	Alta	Comerciários, trabalhadores manuais qualificados
	Média	Trabalhadores manuais semiqualeificados
	Baixa	Trabalhadores não qualificados e temporários

Fonte: CHAMBERS, 2003, p. 43

No contexto social brasileiro, a classificação de Chambers (2003) não se aplica, pois há incongruências na correlação entre o poder aquisitivo e o estudo. Há casos de profissionais (com curso superior) que têm poder aquisitivo inferior ao de trabalhadores manuais semiqualeificados e não classificados (a classe do magistério, por exemplo), e trabalhadores autônomos que não possuem grau de instrução (como ambulantes e empresários). Os institutos de pesquisa no Brasil atualmente adotam o Critério Brasil (Critério de Classificação Econômica Brasil), que estima o poder de compra dos indivíduos e famílias urbanas, classificando-os por classes econômicas (classes de consumo) ao invés do pouco esclarecedor critério de classes sociais (Anexo A). O Critério Brasil tem um sistema de pontos no qual a posse de bens e o nível de escolaridade do chefe da família são ranqueados e o total de pontos enquadra o indivíduo em uma classe de consumo. Porém, o critério continua mantendo incongruências. Se um analfabeto possuir carro, aspirador de pó e empregada mensalista, vai ter a mesma classe social de um indivíduo com ensino superior completo, mas que não tem posse destes bens.

Os bancos de dados sociolinguísticos ainda não consideram a classe de consumo dos seus informantes.

IDADE

Intuitivamente, percebemos a influência da idade nos processos de variação e mudança linguística: uso de uma expressão “fora de moda”, gírias desatualizadas, enfim, percebemos que o tempo passou e ainda guardamos traços daquela época em nosso repertório linguístico.

Como aponta Naro (2003, p. 43-50), a hipótese clássica para a relação

entre idade e a mudança linguística parte do pressuposto de que o processo de aquisição da língua se encerra pelo início da puberdade, e, a partir de então, a língua do indivíduo fica essencialmente estável. Isso significa que o atual estado da língua de um falante adulto reflete o estado da língua adquirida quando o falante tinha aproximadamente 15 anos de idade. Assim, um indivíduo com 60 anos hoje representa a língua de 45 anos atrás, uma gravação de entrevista sociolinguística feita em 1990 com um informante de 70 anos representa o estado da língua adquirida em 1935.

Esse tipo de mudança – como é visto a seguir – é a que Labov (1994) denomina de mudança geracional, em que o comportamento do indivíduo é estável contrastando com a instabilidade da comunidade com o passar do tempo. Em termos empíricos, o padrão de distribuição das ocorrências em função das faixas etárias é linear, ou quase linear, tanto descendente, apontando para a implementação da variante, quanto paralela, indicando variação estável.

Ainda conforme Naro (2003), outra hipótese prevê que o sistema linguístico do indivíduo muda ao longo do tempo, por conta da atuação de forças externas, principalmente os efeitos do mercado de trabalho. Em termos empíricos, a distribuição dos dados apresenta padrão curvilinear, ou seja, os grupos extremos (jovens e velhos) apresentam um comportamento semelhante, contrastando com o grupo de meia-idade. A explicação para este comportamento é que há um aumento do uso da variante padrão no momento do ciclo da vida em que diminuem as pressões sociais do círculo imediato de amigos do adolescente e aumentam as pressões do mercado profissional. Depois da aposentadoria, as pressões do mercado deixam de agir e o indivíduo pode relaxar linguisticamente.

Para operacionalizar essas hipóteses acerca da relação entre língua e faixa etária, Labov (1994) propõe uma metodologia que se resume à observação de dois estados de língua e a garantia de que haja continuidade entre eles. Significa que, em um dado momento, coletem-se dados do fenômeno de uma amostra x . E, passado um período y , repete-se a coleta de dados, na mesma amostra x . A observação de um estado de uma língua é feita através de estudo quantitativo de uma amostra randômica e representativa de todos os segmentos de uma comunidade de fala. Estudos desse tipo, chamados estudos em tempo real, se subdividem em estudo de tendência e estudo de painel. O estudo de tendência (trend study) é mais simples: requer uma amostra randômica da mesma comunidade de fala em um período y , posterior ao da primeira coleta. Já o estudo de painel (panel study) é mais complexo, pois requer o recontato com os mesmos indivíduos informantes da primeira coleta, com a aplicação do mesmo instrumento. É possível estabelecer algumas correlações entre estudos de tempo real e de tempo aparente no que se refere à estabilidade/instabilidade da mudança e a relação entre comunidade e indivíduo, como pode ser observado no quadro 6.

Veremos na aula 6 as questões relacionadas à coleta de dados

Quadro 6: correlações entre tempo real e tempo aparente

	Indivíduo	Comunidade
(1) Estabilidade	Estável	Estável
(2) Gradação etária	Instável	Estável
(3) Mudança geracional	Estável	Instável
(4) Mudança comunitária	Instável	Instável

Fonte: LABOV, 1994, p. 83

Se o comportamento linguístico dos indivíduos é estável durante toda a sua vida e o comportamento linguístico da comunidade também, não há variação a analisar, refletindo o padrão (1). Já se os indivíduos mudam seu comportamento linguístico durante o decorrer da sua vida e a comunidade não mostra a mesma mudança, o padrão é caracterizado como gradação etária, em (2). Os padrões (3) e (4) não são transparentes, requerem um controle mais refinado para serem identificados. O padrão (3) reflete mudança geracional, no qual alguns membros da comunidade – normalmente os mais jovens – desencadeiam a mudança. E o padrão (4) reflete mudança comunitária, no qual toda a comunidade desencadeia a mudança.

Outra estratégia para identificar, descrever e analisar um dado fenômeno de variação ou de mudança linguística em um período de tempo reduzido proposta por Labov (1994) é a de mudança em tempo aparente. Essa saída metodológica pressupõe que a idade cronológica dos indivíduos represente uma “passagem no tempo” e se apoia na hipótese clássica de que a língua de um indivíduo se constitui até cerca de seus quinze anos de idade.

A análise em tempo aparente considera a distribuição das ocorrências do fenômeno em estudo em função das faixas etárias para caracterizar uma situação de estabilidade, mudança incipiente, mudança em progresso ou mudança completa. Eckert (1997) vê problemas nos estudos que consideram somente o tempo aparente. A estratificação etária pode refletir mudança em uma comunidade de fala em relação ao tempo (mudança histórica) e também a mudança na fala de um indivíduo em relação ao tempo de sua vida (gradação etária). Segundo a autora, o problema da análise da mudança em tempo aparente é que considerar o tempo refletido na idade cronológica dos indivíduos pode levar a equívocos entre mudança em tempo aparente de fato e gradação etária. Isso porque, de acordo com Eckert (1997), o comportamento linguístico de todos os indivíduos muda no decorrer de sua vida. E as mudanças linguísticas individuais não são exclusivamente decorrentes de mudanças linguísticas históricas. São mudanças decorrentes da história do indivíduo. Nascemos, crescemos, nos tornamos adultos,

envelhecemos. A cada etapa do ciclo vital, mudanças de ordem biológica e social ocorrem e refletem-se também na língua do indivíduo, o que Eckert denomina de curso da vida linguística. A aquisição da língua, a entrada na escola, a aplicação da rede de relações sociais, a entrada e a saída do mercado de trabalho são fatores que se refletem diretamente nas faixas etárias. Para Eckert, a faixa etária é apenas um rótulo que agrupa vários fatores de ordem social e biológica do indivíduo. É preciso então definir quantas e quais as faixas etárias que podem ser controladas e que fornecem pistas significativas para a compreensão real do fenômeno de variação e de mudança linguística. Labov (1994) propõe duas faixas extremas: a dos mais velhos e a dos mais jovens. Chambers (2003) propõe três: crianças, adolescentes e adultos. Eckert (1997), por sua vez, propõe que as faixas etárias representam o curso da vida linguística: infância, adolescência, vida adulta e velhice.

Em Idade: uma variável sociolinguística complexa (FREITAG, 2005), você encontrará uma explanação mais detalhada acerca da atuação da faixa etária na mudança linguística.

ESCOLARIZAÇÃO

O controle da variável escolarização é bastante recorrente na Sociolinguística brasileira. Na ausência de critérios seguros para estratificar informantes em classes sociais, a alternativa encontrada foi a estratificação por níveis de escolarização. De acordo com Bortoni-Ricardo (2004, p. 48), “os anos de escolarização de um indivíduo e a qualidade das escolas que frequentou também têm influência em seu repertório sociolinguístico. Observe que esses fatores estão intimamente ligados ao estatuto socioeconômico, na sociedade brasileira.” Sobre os efeitos da escolaridade nas investigações do PEUL, no Rio de Janeiro, Scherre e Paiva (1999, p. 217-218) resumem:

“Dadas as características da sociedade brasileira, na qual um imenso contingente da população é excluído do direito à escolarização formal, a variável escolaridade suplanta as demais, moldando, em grande parte, a heterogeneidade linguística que se pode constatar no uso do português carioca. A escolarização continuada, refinando a consciência linguística e insistindo na necessidade de padronização, favorece o emprego de determinadas variantes linguísticas, em especial das que estão sujeitas a uma avaliação social positiva. [...] Em síntese, a ocorrência das variantes linguísticas prestigiadas socialmente está correlacionada de forma saliente à variável escolaridade. É preciso salientar no entanto que, de um ponto de vista estatístico, a variável escolaridade atua igualmente sobre fenômenos menos marcados socialmente, como a monotongação de [ey], uso de artigo diante de possessivo ou uso de seu/dele, que não são alvos explícitos de um ensino regular. Este fato leva a crer que a escola, além de fazer uma pressão direta sobre o uso linguístico, atua

também de forma indireta, ao iniciar e inserir o falante em uma modalidade mais rígida e mais homogênea como a escrita. É possível também que a influência da variável escolaridade reflita, na verdade, a ação da variável classe social. Se assim for, as consequências são ainda mais perversas: não se modificam variantes linguísticas, mas, sim, se excluem os indivíduos que não possuem determinadas variantes linguísticas.”

Votre (2003, p. 51-54) enumera quatro aspectos da escolarização que podem ser verificados na dinâmica social em que a escola interage e que podem estar associados à variação e mudança linguística: i) formas de prestígio e formas relativamente neutras; ii) fenômeno socialmente estigmatizado e fenômeno imune à estigmatização; iii) fenômenos objeto do ensino escolar e fenômenos que escapam à atenção normativa; iv) fenômeno discursivo (ou no mais alto nível gramatical) ou fenômeno da gramática (níveis gramaticais intermediários entre o fonológico e o discursivo).

Em Problemas teórico-metodológicos para o estudo da variação linguística nos níveis gramaticais mais altos (FREITAG, 2009), você encontrará detalhes pormenorizados sobre a delimitação dos níveis gramaticais para além da fonologia.

Controlar a escolaridade dos indivíduos pode nos dar pistas do prestígio ou do estigma do fenômeno, na medida em que permitem refletir sobre os aspectos que estão envolvidos na escolarização e como estes aspectos interagem com o ensino e a valoração social das formas do fenômeno variável sob análise.

SEXO/GÊNERO

Facilmente percebemos diferenças entre homens e mulheres em relação à fala. Do ponto de vista acústico, homens têm a voz mais grossa do que as mulheres, dadas as características anatômicas de cada um. Mas as diferenças entre homens e mulheres vão além da biologia. Assumimos a perspectiva de Eckert e McConnel-Ginet (2003), para quem sexo tem uma dimensão biológica, enquanto gênero tem uma dimensão social. O gênero não é algo com que nascemos, nem é algo que temos, mas algo que fazemos ou como atuamos. Por exemplo, não existe uma razão biológica para a mulher caminhar com certo rebolado e os homens de peito estufado, ou para que as mulheres pintem as unhas de vermelho e os homens não. Os indivíduos aprendem a ter gênero. E a dicotomia masculino/feminino começa antes mesmo de nascer: é menino ou menina? Dessa importante questão decorre a escolha da cor do enxoval do bebê e seu nome, seus brinquedos.

Sendo o gênero uma construção social, a língua também se molda às

dicotomias. Desde cedo, os pais falam de modo diferente aos filhos: às meninas, com doçura e diminutivos: bonitinha, fofinha, delicada; aos meninos, com ênfase e exaltação: forte, esperto, rápido. Na vida adulta, os estudos sociolinguísticos apontam que homens e mulheres têm diferenças (mais ou menos sutis) em seu falar. Em função de seu papel social de exemplo na educação dos filhos, as mulheres tendem a preferir o uso de variantes linguísticas mais prestigiadas socialmente, bem como são mais sensíveis ao prestígio social das formas linguísticas. Já quando as variantes são desprestigiadas, as mulheres assumem uma atitude conservadora; homens tendem a liderar a mudança, nesse caso.



Fonte: CUNHA; FREITAG, 2008, p. 168.



Fonte: CUNHA; FREITAG, 2008, p. 167.

É claro que as explicações para as diferenças linguísticas entre homens e mulheres devem ser relativizadas, pois os padrões refletem, mais do que diferenças biológicas, diferenças no processo de socialização, na dinâmica de mobilidade social (redes sociais) e nos papéis que cada comunidade atribui a homens e mulheres.

Leia o capítulo do livro “Homem que não trabalha é preguiçoso, mulher que não trabalha é vagabunda” – linguagem e gênero na comunidade itabaianense (CUNHA; FREITAG, 2008)

MOTIVAÇÕES LINGUÍSTICAS

Conceber a língua como um sistema dotado de heterogeneidade sistemática, um sistema em uso, sujeito à mudança, implica em reconhecer que o próprio sistema pode se desestabilizar e se estabilizar. A estrutura da língua pode favorecer ou desfavorecer uma dada variante de um fenômeno. Os fatores linguísticos que podem influenciar um fenômeno de variação são elencados a partir da análise intuitiva do fenômeno e da pesquisa bibliográfica; cada caso é um caso, não há receita genérica.

Vamos voltar ao caso da marca de concordância de número em sintagmas nominais no português. Os estudos de Naro e Scherre (2007) mostram

resultados em que fica evidente a atuação dos fatores linguísticos na variação entre presença e ausência de marca formal de concordância. Se observarmos dados cotidianos acerca deste fenômeno, ou mesmo aqueles do início desta aula, veremos que a queda da marca se dá com mais frequência em nomes do que em determinantes: vemos **Os** meninoØ, **Os** meninoØ bonitoØ, mas não **O**Ø menino**s**, **O**Ø menino**s**. Podemos então pensar que controlar a categoria gramatical do elemento que recebe a marca pode ser importante para a análise da variação na concordância de número; temos então uma motivação linguística para a variação. Poderíamos então pensar que há casos em que os sintagmas não são iniciados por determinantes como Meninos alegres. Nesse caso, podemos ter Meninos**s** alegreØ, mas não *MeninoØ alegres. Neste caso, a posição ocupada no sintagma pela palavra que leva a marca é relevante e pode influenciar se a marca de concordância explícita ocorre ou não.

Outro fator que atua significativamente na concordância de número é a saliência fônica. É mais recorrente encontrarmos realizações como **Os** meninoØ do que como **Os** ovoØ. Observe em seu cotidiano: deixar escapar um s em meninos é mais sutil (ou menos saliente) do que deixar escapar um s em ovos, porque em ovos temos uma dupla marcação do plural, com a marca explícita e a alternância vocálica. Dizemos que contextos como os de meninos são menos salientes do que contextos como ovos. O princípio da saliência fônica prevê que quanto mais perceptíveis são as diferenças sonoras, maior a tendência de se perceber essa variação e, portanto, de se policiar, caso a variante seja estigmatizada. Assim, outro fator a ser controlado na variação da concordância é a saliência fônica.

Para outros fenômenos, outro conjunto de fatores linguísticos deve ser elencado. Daí a importância da análise preliminar para o levantamento de hipóteses e a pesquisa bibliográfica

Os fatores linguísticos que atuam em fenômenos de variação e mudança linguística, junto com os fatores sociais, compõem o “envelope da variação”, o conjunto das motivações de uma regra variável, o qual veremos a seguir.

O ENVELOPE DA VARIAÇÃO

Na regra categórica, chova ou faça sol, sempre haverá uma e apenas uma realização, como vimos no caso da ordem e da concordância de gênero no sintagma nominal, na seção 1 desta aula. Nas regras variáveis, assumimos que a escolha das realizações não se dá de forma aleatória; deve haver fatores que condicionam, motivam a escolha de uma ou de outra forma. Mas que fatores seriam esses? A partir da observação intuitiva ou da revisão da literatura pertinente, podemos propor hipóteses sobre potenciais fatores que motivam a ocorrência de uma forma ou de outra. Assim, construímos um modelo da variação, o “envelope da variação”, no dizer de Tarallo (1985).

No caso da expressão da marca concordância de número nos sintagmas nominais, como vimos nas seções anteriores, podemos elencar os fatores sociais sexo, idade e escolaridade e os fatores linguísticos categoria gramatical, ordem no sintagma e saliência fônica. Este seria o “envelope da variação” para o fenômeno da variação na expressão da marca de concordância de número nos sintagmas nominais do português falado no Brasil. Para outros fenômenos, outros fatores devem ser elencados.

Seguindo estes princípios metodológicos, você já pode começar a realizar suas investigações acerca do fenômeno de variação nas diferentes variedades linguísticas, nas diferentes comunidades de fala.

CONCLUSÃO

Nesta aula, aprendemos a diferenciar as regras categóricas das regras variáveis e vimos como constituir o “envelope da variação”: o conjunto de fatores sociais e linguísticos que influem na realização de regras variáveis. Agora que já temos noção dos princípios de investigação da Sociolinguística Variacionista, passaremos, na próxima aula, para a parte de constituição de amostra de análise e coleta de dados.

RESUMO

Observamos, nesta aula, os procedimentos para que a variação linguística seja analisada à luz dos princípios científicos. Também conhecemos o protocolo da pesquisa Sociolinguística Variacionista, para que aprendêssemos a montar o que Tarallo (1985) chama de “envelope da variação”. Vimos que um dado fenômeno linguístico variável é influenciado por variáveis dependentes (grupo de itens que estabelecemos como regra variável) e independentes (grupos de fatores condicionadores – linguísticos e extralinguísticos –, pelos quais se buscam explicações para as escolhas dos falantes). Vimos que a língua, enquanto sistema heterogêneo, é formada por regras, estas divididas em duas classes: regras categóricas (são obrigatórias) e regras variáveis (apresentam mais de uma possibilidade de realização). Em uma investigação sociolinguística perceberemos que o fenômeno a ser analisado pode ser condicionado por fatores linguísticos e sociais (variáveis independentes), pois a língua é dotada de heterogeneidade sistemática: um sistema em uso, sujeito à mudança, está sujeito a se desestabilizar e se estabilizar, ou a períodos de mais ou menos estabilidade. Vale ressaltar que os fatores linguísticos que podem influenciar um fenômeno de variação são elencados a partir da análise intuitiva do fenômeno e da pesquisa bibliográfica, assim cada caso é um caso, não há receita genérica.



ATIVIDADES



1. Chico Bento é um personagem de Maurício de Souza que traz à tona o falante brasileiro do universo rural. Veja as tirinhas abaixo.

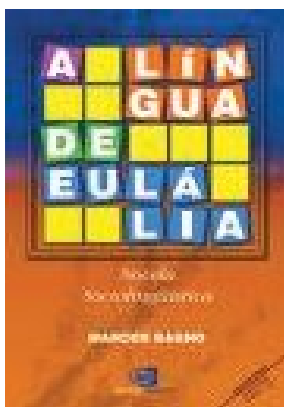


Faça um levantamento das variantes que ocorrem nos quadrinhos acima, distribuindo-as em grupos conforme os diferentes níveis linguísticos (fonológico, morfosintático, sintático). E, tendo em vista a modalidade oral da língua, faça hipóteses sociais relacionadas ao uso das variantes.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Na primeira tirinha, temos o diálogo entre dois personagens: Chico Bento e Rosinha. Precisamos ter em mente que, apesar de ser um registro escrito, as tirinhas tentam representar como os personagens falam. Analisando a fala de Rosinha, encontramos, no registro escrito, algumas marcas fonológicas da oralidade, como o alçamento da vogal média alta anterior à vogal alta em posição não tônica, por exemplo, “i”, “isperando”. Este fenômeno é categórico no português brasileiro, com exceção de algumas variedades do interior da região sul. Rosinha também faz uso de “ocê” (~ “você” ~ “cê”) como forma pronominal

de referência à 2ª pessoa, e também opera uma redução fonética na forma de negação “num” (~ “não”). As ocorrências destacadas na fala de Rosinha estão presentes em quase todas as variedades do português falado no Brasil, não chegam a ser marcas linguísticas característica do falar interiorano. Já Chico Bento faz uso de um traço fonológico variável do português brasileiro, que é altamente estigmatizado: o rotacismo (“craro” ~ “claro”). Na fala de Chico, nesta mesma tirinha, também podemos constatar a não ocorrência da marca explícita de concordância de número (“dezoito hora”; “doze hora”), um traço variável no sistema linguístico do português brasileiro. Na segunda tirinha, ao falar com a professora, Chico Bento também faz uso do alçamento da vogal média alta anterior em posição não tônica, como Rosinha o fez na primeira tirinha. Chico faz uso do rotacismo em “arguma”. Já a professora, no mesmo contexto em que Chico, na primeira tirinha, fez uso da lateral (“claro”). Vamos agora analisar os fenômenos variáveis encontrados e seu valor social. A professora representa a escola, logo, sua fala tende a se adequar àquilo que denominamos norma culta, na primeira aula. A menina Rosinha reflete a tendência das mulheres, de liderarem a mudança, quando esta não é estigmatizada, como foi o caso do alçamento vocálico. Já Chico, menino da roça, ainda sem escolarização (ou em processo incipiente), faz uso dos traços linguísticos estigmatizados, como o rotacismo e a não realização da marca de concordância de número.



A língua de Eulália: uma novela sociolinguística. Neste romance, Marcos Bagno explica, em linguagem clara, que falar diferente não é falar errado e o que pode parecer erro no português não padrão tem uma explicação lógica, científica (linguística, histórica, sociológica, psicológica). Não é um livro acadêmico, teórico: é uma história, uma novela, como o próprio autor define.

PRÓXIMA AULA

O próximo passo na nossa investigação é obter os dados de análise; por isso, na próxima aula, veremos a Coleta de dados: o método da entrevista sociolinguística.





AUTOAVALIAÇÃO

Após estudar esta aula, sou capaz de discernir regras variáveis de regras categóricas, e identificar as motivações sociais e linguísticas que podem influenciar uma regra variável. Estes conhecimentos são essenciais para o prosseguimento no estudo desta disciplina. Não deixe as dúvidas para depois!

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2008.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- CHAMBERS, J. K. **Sociolinguistics**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 2003.
- CUNHA, Andréa Machado da; FREITAG, Raquel Meister Ko. Homem que não trabalha é preguiçoso; mulher que não trabalha é vagabunda: linguagem e gênero na comunidade itabaianense. In: Leilane Ramos da Silva; FREITAG, Raquel Meister Ko. (Org.). **Linguagem e representação discursiva**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2008, p. 155-170.
- ECKERT, Penelope. Ages as a sociolinguistic variable. In: Florian Coulmas (ed.). **The handbook of sociolinguistics**. Oxford: Blackwell, 1997, p. 151-167.
- ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. Language and gender. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- FREITAG, Raquel Meister Ko. Idade: uma variável sociolinguística complexa. *Línguas & Letras*, v. 6, p. 105-121, 2005.
- FREITAG, Raquel Meister Ko. Problemas teórico-metodológicos para o estudo da variação linguística nos níveis gramaticais mais altos. **Matraga**, v. 16, p. 115-132, 2009.
- LABOV, William. **Principles of linguistic change – internal factors**. Oxford: Blackwell, 1994.
- NARO, Antony Julius. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. Rio de Janeiro: Contexto, 2003, p. 43-50.
- NARO, Antony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.
- TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985.
- VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. Rio de Janeiro: Contexto, 2003, p. 51-58.

COLETA DE DADOS: O MÉTODO DA ENTREVISTA SOCIOLINGÜÍSTICA

META

Apresentar as etapas de constituição de uma amostra de língua para a análise Sociolinguística Variacionista.

OBJETIVOS

Constituir uma amostra de língua de acordo com a metodologia laboviana, seguindo o protocolo da entrevista sociolinguística.

PRÉ-REQUISITOS

Rever as aulas anteriores e definir algum fenômeno variável.



(Fontes: <http://images.quebarato.com.br>)

INTRODUÇÃO

Como vimos nas nossas aulas, a Sociolinguística Variacionista se caracteriza por sua metodologia, a qual delinea a emergência de regras variáveis com base na observação empírica da fala. Vimos já o recorte das regras variáveis e a definição do envelope da variação. Nesta aula, veremos as estratégias metodológicas para a obtenção dos dados.



A entrevista deve ser em um local calmo, com o menor nível de ruído, preferencialmente na casa do entrevistado ou em outro local em que ele se sinta à vontade.

(Fontes: <http://www.bgsu.edu>)

O OBJETO DE ANÁLISE: O VERNÁCULO

Agora que já conhecemos os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística, chegou a hora de vermos como estes são aplicados, ou seja, como identificamos fenômenos de variação e mudança. É fácil observar a variação “de ouvido”, mas para que a nossa intuição acerca de um fenômeno tenha valor científico, é necessário cercarmos-nos de protocolos que permitam a validação do experimento pela comunidade acadêmica.

Depois de definido o fenômeno variável a ser analisado, devemos começar a pensar na coleta de dados que comporão a amostra linguística. O interesse da sociolinguística é analisar o vernáculo de uma comunidade de fala, ou seja, “o estilo em que o mínimo de atenção é dado ao monitoramento da fala” (LABOV, 2008, p. 208). O vernáculo de uma comunidade de fala é a língua com que se conversa com os amigos ou se conta uma piada, ou seja, o uso linguístico espontâneo, ou com o menor monitoramento possível. É no vernáculo que um fenômeno variável emerge.

DELIMITAÇÃO/ESTRATIFICAÇÃO DA AMOSTRA: O CONTROLE DE FATORES SOCIAIS

Para o estudo de fenômenos de variação e mudança linguística, faz-se necessário, depois do recorte da regra variável (como vimos na aula anterior), realizar uma coleta de dados para subsidiar a análise. Lembremos que a Sociolinguística define as regras a partir da frequência de uso de cada variante. Ou seja, não podemos pegar um ou outro dado, escolhido “a dedo”, para fundamentarmos a nossa descrição de regra. A abordagem sociolinguística parte da pesquisa empírica, com dados reais, produzidos por falantes reais, pertencentes a uma dada comunidade de fala. Assim, a amostra de dados para uma pesquisa sociolinguística deve ser representativa de um determinado grupo, de uma dada comunidade de fala.

Para Labov (2001, p. 38), uma amostra verdadeiramente representativa de uma comunidade de fala precisa tomar como base uma coleta aleatória em que cada um dos muitos falantes que a constituem tenha a mesma chance de ser selecionado. Afinal, trata-se de uma investigação científica, que deve seguir uma metodologia rigorosa e que seja possível ser executada novamente, por outros pesquisadores, em outros contextos.

Apesar de ser aleatória, a seleção de indivíduos que são potenciais falantes fornecedores de dados para a investigação costuma ter algumas restrições. Normalmente, escolhem-se indivíduos que sejam falantes nativos da língua, que tenham morado na cidade onde nasceram por pelo menos 2/3 de sua vida, preferencialmente filhos de pais nascidos e criados na mesma cidade, que não tenham morado fora da cidade no período de aquisição da língua – notadamente, infância e adolescência – e, ainda, que não causem

estranheza aos demais falantes da comunidade. As restrições reduzem bastante o número de potenciais fornecedores de dados, mas, ao mesmo tempo, dão uma mínima garantia de que aqueles indivíduos selecionados são genuínos representantes da comunidade de fala a ser analisada.

Após esta primeira triagem, os indivíduos são agrupados em **células sociais**. Como vimos na aula 5, os fenômenos de variação linguística estão sujeitos à influência de fatores internos (linguísticos) e externos (sociais). Os indivíduos apresentam índices de enquadramento social: pertencem a dado sexo, têm certa faixa etária, passaram (ou não) por escolarização, entre outros, e a amostra irá, de alguma forma, representar estes índices. As células sociais são os subconjuntos formados pela tabulação destes índices. Se montarmos uma amostra estratificada quanto a sexo, idade e escolaridade dos indivíduos, por exemplo, temos que considerar que há dois sexos (masculino e feminino) e podemos estipular 3 faixas etárias (adolescentes, de 14 a 18 anos, adultos de 19 a 59 anos e idosos, com mais de 60 anos) e duas faixas de escolarização (analfabetos e alfabetizados). Assim, teríamos $2 \times 3 \times 2 = 12$ células sociais.

Tabela 4: Estratificação social de uma amostra

	Analfabetos		Alfabetizados	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Adolescentes	X	X	X	X
Adultos	X	X	X	X
Jovens	X	X	X	X

Os entrevistados podem ser estratificados em função de sua escolarização: analfabetos vs. escolarizados; ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Não existe uma estratificação padrão: a definição da estratificação quanto à escolaridade dos indivíduos é normalmente definida em função do perfil da comunidade. Em comunidades rurais, por exemplo, a estratificação em analfabetos e escolarizados pode ser mais produtiva do que a estratificação em níveis de escolaridade do fundamental ao superior. Cada caso deve ser analisado individualmente. Convém ressaltar, como vimos na aula 5, que a escolaridade é sempre um fator social significativo nos fenômenos de variação e mudança linguística, e que deve ser previsto na definição da amostra.

Depois de definirmos a estratificação social da amostra, devemos estabelecer quantos indivíduos serão alocados em cada uma das células sociais. Ou seja, quantos indivíduos comporão a amostra, respeitando a estratificação. Como a Sociolinguística Variacionista trabalha com a metodologia quantitativa, baseada em frequências, a amostra deve ser dimensionada de acordo com algum critério estatístico, pois como estamos trabalhando com uma amostra, não precisamos coletar dados de “todos” os falantes daquela

comunidade de fala. Normalmente, seleciona-se 1% do total de indivíduos que compõem a comunidade de fala. Segundo Braga e Mollica (2003), uma situação ideal seria ter 5 indivíduos em cada célula social – no nosso caso acima, necessitaríamos de 60 indivíduos. Mas nem sempre é possível coletar dados de tantos informantes, por indisponibilidade ou por escassez de tempo e recursos. O número mínimo de informantes por célula – adotado pelos bancos de dados sociolinguísticos brasileiros, como o PEUL, VARSUL, VALPB – é de 2 informantes por célula. Sempre é bom lembrar que o tamanho da amostra é definido em função do fenômeno analisado e da comunidade de fala escolhida para a investigação.

Depois de definirmos o perfil social que a amostra terá, precisamos escolher o modo como coletaremos os dados a serem analisados. Diferentes técnicas podem ser empregadas, de acordo com o fenômeno analisado. Vejamos três estratégias utilizadas por Labov.

Na análise do /r/ em Nova Iorque, Labov realizava coletas rápidas dentro das lojas de departamento, com pergunta pré-definida que exigia resposta pré-definida: “que andar é este?” “quarto andar”, como vimos na aula 3. Deste modo, poderiam ser coletados dados de um grande número de indivíduos. Em um estudo na cidade da Filadélfia, que na década de 1980 contava com uma população 1.688.210 (LABOV, 2000, p. 42), a técnica utilizada foi a abordagem telefônica, em que os pesquisadores entrevistavam brevemente os assinantes do serviço (na década de 1980, mesmo nos Estados Unidos, possuir linha telefônica era um índice social). Já em seu estudo sobre a centralização dos ditongos em Martha’s Vineyard, que também vimos na aula 3, Labov valeu-se de entrevistas semidirigidas em que os indivíduos eram convidados a discorrer sobre assuntos que fariam com eles utilizassem palavras com o fenômeno analisado.

O custo de constituição de um banco de dados sociolinguísticos é alto e demanda tempo; por isso, cada vez mais tem-se constituído bancos de dados sociolinguísticos que sirvam ao estudo de diferentes fenômenos variáveis, tais como o VARSUL, VALPB, PEUL, etc. Estes bancos de dados fazem uso de um método chamado de “entrevista sociolinguística”, o qual veremos na seção a seguir.

AS ENTREVISTAS SOCIOLINGUÍSTICAS

As narrativas orais são o ambiente ideal para o estudo quantitativo da variação no plano discursivo, já que são unidades naturalmente delimitadas do discurso, com uma estrutura interna regular, o que propicia uma análise controlada e sistematizada dos aspectos formais e funcionais da variação (SCHIFFRIN, 1994). As entrevistas sociolinguísticas são estratégias eficientes de coleta de dados, uma vez que são estruturadas por um protocolo que visa diminuir/evitar o que Labov (2008) chama de paradoxo do observador.

Como vimos no início desta aula, o interesse da Sociolinguística é analisar o vernáculo de uma comunidade de fala, e as entrevistas sociolinguísticas são a melhor estratégia para obtê-lo, de modo a servir ao maior número de fenômenos variáveis.

Para realizar a entrevista, é necessária a presença de um elemento estranho à comunidade, o pesquisador, em uma situação dialógica também estranha (a presença de um microfone e um gravador), gerando o paradoxo do observador: o pesquisador precisa estar presente para coletar uma quantidade de amostra do vernáculo adequada e dirigida aos seus estudos, mas como fazer com que o falante fale espontaneamente o seu vernáculo diante de um pesquisador que o está tomando como material de análise?

Estratégias para tentar minimizar os efeitos do paradoxo do observador costumam ser aplicadas, como o treinamento de um membro da comunidade para a coleta dos dados e a elaboração de um roteiro de entrevista dirigida para determinados temas com os quais o falante se envolva e esqueça-se de que está sendo gravado, como situações de risco de morte, fatos da infância, etc., além de questões dissertativas sobre assunto específico (economia, esporte, política, religião) e questões procedurais (receitas, “como chegar em...?”). Ao falar sobre experiências com as quais se envolveu afetivamente, o falante envolve-se com o tema discorrido e se esquece de monitorar a fala. É esse o contexto de análise que interessa à Sociolinguística laboviana: o contexto em que o falante fala o seu vernáculo. As entrevistas sociolinguísticas seguem um roteiro previamente estabelecido, que foi montado com vistas a obter o vernáculo dos entrevistados. Falar sobre fatos da infância, sobre situações familiares complexas, sobre como era a vida na cidade, sobre uma situação de risco de morte, são alguns dos pontos abordados nas entrevistas.

O roteiro das entrevistas sociolinguísticas – organizado de modo a minimizar os efeitos do paradoxo do observador – funciona como um gatilho e direciona à produção de tipos/sequências textuais pelo falante, resultando um todo – a entrevista sociolinguística – heterogêneo.

PROTOCOLO DA ENTREVISTA: GRAVAÇÃO E TRANSCRIÇÃO

Depois de definirmos a estratificação social da amostra e de verificarmos as orientações para a obtenção do vernáculo, passemos, então, à abordagem dos informantes e à gravação da entrevista sociolinguística.

Considerando todas as estratégias para evitar o paradoxo do observador, como vimos na seção anterior, não podemos abordar um potencial informante dizendo que estamos fazendo uma pesquisa sociolinguística e queremos analisar a sua fala... O informante avaliará o entrevistador, e certamente monitorará sua fala, afinal, trata-se de um universitário, que espera

que “eu fale certo”. Assim, normalmente, ao abordarmos o informante, dizemos que estamos fazendo uma pesquisa sobre como era a vida no bairro, ou outro assunto que seja mais neutro do ponto de vista sociolinguístico. Com a concordância do informante, fazemos a checagem social: perguntamos a idade, a escolaridade, onde nasceu, onde morou, a fim de observarmos se atende aos requisitos da estratificação. Depois, marcamos a entrevista sociolinguística propriamente.

Atualmente, a tecnologia permite que os gravadores de voz sejam praticamente imperceptíveis, muito diferente dos gravadores da década de 1960... Deve-se escolher um gravador bom, selecionar o formato de gravação menos compactado possível. Hoje, alguns celulares possuem gravador de voz com excelente qualidade, com a vantagem de não causar estranheza ao entrevistado.



Gravador de arame da década de 1960

Fonte: <http://www.militaria.blogger.com.br>

O gravador deve ser posicionado entre o entrevistador e o entrevistado. A entrevista deve ser realizada em um local calmo, com o menor nível de ruído (evite ventilador, ar condicionado, cachorro latindo, criança), preferencialmente na casa do entrevistado ou em outro local em que ele se sinta à vontade. Inicialmente, deve-se perguntar as mesmas coisas que foram perguntadas na abordagem inicial, a fim de certificarmos-nos da estratificação do informante e também para ir “quebrando o gelo”.

Perguntas sobre fatos com os quais o falante tem envolvimento afetivo – como um caso de risco de morte, acidente, doença, infância, relacionamento – são as que mais propiciam a fala menos monitorada, espontânea. A entrevista deve ser conduzida em torno destes temas, acrescidos de outros que levem à produção de outros tipos textuais diferentes da narrativa, como perguntas procedurais – pedir uma receita culinária de família, que faça sucesso – ou perguntas que levem à produção de textos opinativos/argumentativos/explanativos, como sobre política, administração de determinado gestor, aumento de salário mínimo, etc.

Na entrevista sociolinguística, quem fala é o entrevistado, e não o entrevistador! O entrevistador deve lançar a pergunta gatilho e

minimizar suas participações. Devemos sempre lembrar que a entrevista sociolinguística não é um diálogo, quem detém o turno é o entrevistado, e não o entrevistador. Cabe ao entrevistador manter a interação, fazendo encaminhamentos que levem o entrevistado a falar ainda mais.

Normalmente, uma entrevista sociolinguística dura entre 45 a 60 minutos (esta é a duração padrão adotada pelos bancos de dados sociolinguísticos brasileiros). Mas a duração é determinada pela dinâmica do entrevistado, que nem sempre está disposto a falar.

Ao final da entrevista, após o agradecimento pela colaboração, o entrevistador deve solicitar ao entrevistado que assine o termo de consentimento livre e esclarecido. Em todas as pesquisas que envolvem seres humanos, o comitê de ética orienta que se tenha o consentimento formal dos participantes. No nosso caso, não temos experimentos que afetem a vida dos indivíduos colaboradores com a pesquisa, mas fazemos uso de sua fala para descrever as variedades do português.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, nome do entrevistado, nacionalidade, idade, estado civil, profissão, endereço, RG, estou sendo convidado a participar de um estudo denominado título da pesquisa, cujos objetivos e justificativas são: descrever as variedades linguísticas faladas em nome do lugar.

A minha participação no referido estudo será no sentido de ser entrevistado. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são: nomes dos pesquisadores e instituições a que estão vinculados em relação à pesquisa e com eles poderei manter contato pelos telefones telefones dos pesquisadores.

Tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Lugar, data.

Assinatura

DEPOIS DA ENTREVISTA

Realizada a entrevista, atribuímos ao indivíduo um código que indique sua estratificação social e passamos para a parte de redução e apresentação dos dados. Podemos transcrever a entrevista integralmente ou ouvi-la e transcrever apenas os contextos em que o fenômeno analisado ocorre.

Vejam, a seguir, um excerto de uma entrevista sociolinguística já transcrito. O indivíduo selecionado é um rapaz, com 18 anos, alfabetizado, residente na área urbana do município de Itabaiana. A entrevista pertence à amostra Entrevistas Sociolinguísticas, do Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade.

É o acidente assim em dois mil e um ... eu tinha -- eu tava trabalhando de moto boy... entregava lanche... tinha um ano de... de serviço só... teve uma noite aí que já era umas onze e meia mais ou menos da noite... eu -- era-- ia ter um evento aqui na cidade... aí não teve... aí foi o maior furdunso... aquela corre-corre ... e tal... o que acontece? um rapaz... um cliente nosso... assim... já de muito tempo... chegou lá e pediu pra entregar um lanche... e a lanchonete como tava-- vendi-- era um ponto de venda de... de... de ingresso... tava o maior alvoroço ... aquele corre-corre... polícia... gente querendo dinheiro de volta ...e tal... o que acontece? quando eu fui levar esse lanche era:: em torno de umas onze e meia por aí... entreguei o lanche... ao invés de+eu voltar pra lanchonete... eu fiz o percurso ... pra ariar a cabeça...tal... gostava de passear um pouquinho... é quando foi na::... na rua:: Eraldo Barbosa... esquina com::... com a Quintino Bocaiúva... aconteceu o acidente... foi:: eu vinha mais ou menos a uns oitenta por hora... e:: de-- na esquina um cruzamento... quando eu dei por mim já vinha um farol em minha direção aca /acabou que+eu num tive nem reação... só fiz:: ficar parado na moto virar o rosto e senti a pancada... nesse acidente... esse acidente:: dá/a partir desse momento eu num... apaguei... eu apaguei... num lembro de... de muita coisa... após o acidente mais

E: e você tava sozinho... era?

F: tava sozinho na moto... e:: o outro rapaz tava embriagado... o do outro da colisão... no momento eu apaguei pra mim... pra minha memória... só que relatos de pessoas que tavam no meu lado lá... no momento que eu tava sangrando... diz que eu fiquei muito atordoado... tentei levantar a moto... isso todo ensanguentado é:: tentei bater na pedicula e num aguentei... aí cá... foi na hora que chegou o rapaz pra mim socorrer... acabou levando pro hospital daqui de Itabaiana... chegando lá o médico... os médicos plantonista que tava lá no momento... começaram a fazer os primeiros socorros... e tal... dá ponto... e essas coisa assim... só que devido a gravidade do acontecido... o:: o outro cidadão... ele só pegou um

cortezinho leve no rosto... na face...de... de... três pontos quatro ponto... mais tava tudo bem... já o meu como abriu o crânio... aqui a cabeça... eu fiquei em coma... deu traumatismo craniano... e o médico daqui não:... vamo se dizê que não foi que ele não tava preparado ou... mais eu não sei se a gravidade era tão grande que ele não quis me é:: mexer muito com essa coisa e mandou... encaminhou pra Aracaju... só que no momento do acontecido do acidente não tinha ambulância no hospital... e:: graças a Deus por sorte num sei... ia chegado o carro do... do... da funerária... até a funerária de um:: de um rapaz conhecido aqui de Itabaiana... pra pegar um senhor que tinha falecido e ele... não:: não hesitou em me ajudar não... ele chegou ligou pro outro rapaz da funerária pediu pra ir pegar o senhor... que ele ia:: socorrer... me socorrer no caso... chegou foi eu... minha mãe...no caso... eu não vô minti... não bem lúcido... tava meio atordado... a cabeça doeno...tal... a pancada foi muito forte... eu tava desacordado... só que o que acontece? foi eu... minha mãe... a namorada do rapaz e ele... todos no carro da funerária... o incrível que pareça que foi:: até... até irônico dizer o a funerária acho que ele foi ou gorano pra gente morrer daqui pra lá... ou ele tava de bom coração e ajudou agente... isso foi numa quarta – feira... em caminho pra Aracaju... fiquei lá e:: e... como eu disse em coma... na quarta de noite... na quinta... quando foi na sexta-feira eu... eu recebi alta na parte da tarde... vim pra casa... só que aí:: na... na hora que+u recebi alta eu vim pra casa eu tava sim desmaiado praticamente que+u tava dormino... acho que dopado... num lembro de muita coisa na viagem... quando foi até/no final da tarde acordei... num... num... um conversero em casa...tal... quando eu levantei da cama um::: nem lembrava do acontecido... tava::: tava meio perdido... aí olhei no sofá muita gente... um::-- familiares... amigos... vizinhos... ex-namorada... tudo... muita gente... num::: num... na sala conversero... levantei num intendi aquilo... a cabeça tava apertano alguma coisa... quando eu passei a mão na cabeça... tirei a atadura... olhei pro espelho... vi aquele... um corte enorme na minha cabeça... aí não aguentei... e:: sim... num sei... até fraqueza dirmaiei... aí voltei pra cama de novo... quando eu voltei a si novamente... tava todo mundo do meu lado... do meu redor... dano água açucarada... dano algo pre+eu cheirar... e:: isso pela parte física... quando chegou a partir daí foi mais ou menos um mês dois meses... tomano uns remédio muito forte...e que praticamente todo mundo que ia me visitar achava que+u ia ficar louco... que todo mundo que ia me visitar... eu num:: eu não falava...eu num falava coisa com coisa... eu não falava coisa com coisa... perguntava sobre o acidente... eu:::vinha fleche assim na cabeça... mais não:: o acidente descrito... só:: aonde era perto do Murilo... teve até:: uma vizinha minha que perguntou como foi o acidente eu:: acabei dizendo que era dento dum colégio... tinha uma carreta dento do colégio... tava meio perdido... dinortiado... num tinha muito noção do

que tava comigo... uns remédio muito forte... aí passei uns dois meses pareceno um loco... minha mãe chorano... é:: pensando que eu ia ficar... ia ficar loco...tal... mais:: depois desses dois meses eu:: até:: falei com minha mãe que eu só ficava assim devido ao:: remédio que+u tava tomano... aí ela decidiu... agente decidiu não tomá mais os remédio... aí foi melhorano aos poucos... mais isso aí é:: dô de cabeça muito forte... constante o dia todo aquela dô de cabeça muito forte... num:: num parava... atrapalhou... me atrapalhou nos estudos que eu perdi quase... um ano... me atrapalhou no trabalho muito... e aí ficou meio... meio... meio assim... vamo se dizê o dono ficou meio receoso... eu tinha apenas um ano de trabalho... mais:: em questões até:: vamo se dizê... psicológicas... eu acho que hoje... como tem... isso já tem muito tempo acontecido... tô melhor... tal... certas vezes eu ainda dá um:: dá uns impulsos meio esquisitos né? na cabeça uma dô de cabeça forte... você até dá um branco... mais eu tô melhor...tem mui/ já uns sete anos mais ou menos isso... já tô:: me recuperano mais... mais:: que no início foi difícil... que no início eu via as coisas num intendia ia pro colégio...mermo que nada... chegava na sala ficava..é mermo que ouvi e não entender... nada do que a pessoa tava falando... acabei passando de ano alguns anos mais outros reprovano... mais foi muito difícil.

Depois de coletadas todas as entrevistas para comporem a amostra, passamos para a parte de coleta e redução de dados, para posteriormente analisarmos o fenômeno e chegarmos a alguma generalização sobre sua ocorrência na variedade linguística falada naquela comunidade.

CONCLUSÃO

Para a obtenção de dados para a análise sociolinguística, devemos nos certificar se estes compõem uma amostra representativa da comunidade de fala investigada e se são válidos para refletir o fenômeno linguístico escolhido. Além disso, devemos garantir que os procedimentos adotados para obtê-los sejam confiáveis e reproduzíveis, asseverando o valor científico da investigação. Devemos, ainda, atentar para o paradoxo do observador, adotando uma postura investigativa que minimize a parcialidade dos dados. O protocolo da entrevista sociolinguística apresentado nesta aula responde adequadamente a estas restrições.



RESUMO

Depois de termos conhecido os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, vimos como estes são aplicados. Vimos que o interesse da Sociolinguística é analisar o vernáculo de uma comunidade de fala, ou seja, “a língua tal como usada na vida diária por membros da ordem social” (LABOV, 2008, p. 13), a língua com que se conversa com os amigos ou se conta uma piada, ou seja, o uso linguístico espontâneo, com o menor monitoramento possível. Para tanto, vimos que alguns passos devem ser seguidos no modelo de análise sociolinguística, ou seja, a sistematização de dados se processa primordialmente em: 1) um levantamento exaustivo de dados de língua falada, para fins de análise, dados estes que refletem mais fielmente o vernáculo da comunidade; 2) descrição detalhada da variável, acompanhada de um perfil completo das variantes que constituem; 3) análise dos possíveis fatores condicionadores que podem estar favorecendo o emprego de cada uma das variantes; 4) encaixamento da variável no sistema linguístico e social da comunidade; 5) projeção histórica da variável no sistema sociolinguístico da comunidade (TARALLO, 1985, p. 10-11). Esses indícios de mudança linguística são buscados pela Sociolinguística Variacionista em estudos que envolvem dados do tempo real ou de tempo aparente. Cabe aqui mencionar que o protocolo apresentado nesta aula responde adequadamente a qualquer projeto de pesquisa dentro deste campo do saber.



ATIVIDADES

1. Vamos coletar dados? Identifique um potencial informante, preferencialmente da sua comunidade, faça a certificação de que este tem o perfil pré-estabelecido. Prepare previamente um roteiro, com sugestão de temas e realize a entrevista. Depois de realizada, faça a sua transcrição. Compartilhe com os colegas. Assim, todos poderemos conhecer o falar das diferentes comunidades de fala de onde advêm nossos alunos da EaD.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Você verá que esta atividade será muito prazerosa. Muitos pesquisadores, ao realizarem esta etapa da investigação – a coleta –, acabam se envolvendo com a narrativa de tal forma que se esquecem de que estão sendo gravados! Procure abordar na entrevista temas como a infância, história da comunidade, relações familiares, festas, doença (esse tema é muito produtivo!), caso de risco de morte, receitas culinárias, enfim, pesquise temas que rendam conversa. E não se esqueça de que quem deve falar é o entrevistado!

A transcrição é uma atividade que, no início, parece complexa e trabalhosa, mas que, com a prática, acaba sendo um aprendizado gramatical. Faça-a, pois, na próxima aula, iremos para a abordagem prática!

PRÓXIMA AULA

Depois de obtidos os dados, o que fazemos? Na próxima aula, A análise das regras variáveis, veremos os procedimentos para “calcular a variação”.



AUTOAVALIAÇÃO

Ao final desta aula, sou sentir capacitado para realizar uma entrevista sociolinguística? Conhecer pessoas, conhecer histórias e, além de tudo, contribuir para a pesquisa sociolinguística brasileira?



REFERÊNCIAS

- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.
- LABOV, William. **Principles of linguistic change – social factors**. Oxford: Blackwell, 2001.
- MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. Rio de Janeiro: Contexto, 2003.
- SCHIFFRIN, Deborah. **Approaches to discourse**. Oxford: Blackwell, 1994.

A ANÁLISE DAS REGRAS VARIÁVEIS

META

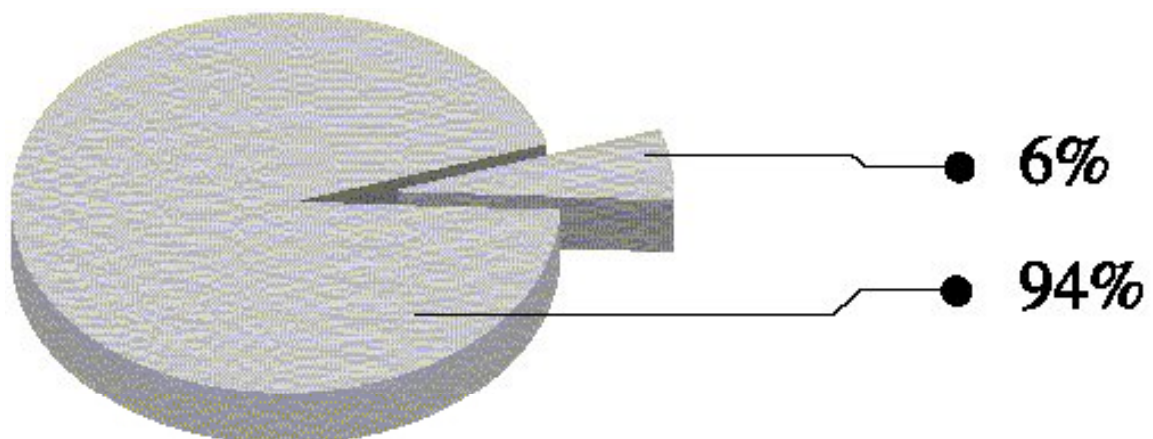
Apresentar tutorial de investigação quantitativa

OBJETIVOS

Compreender e realizar investigações sociolinguísticas utilizando modelos quantitativos e análise estatística, a partir do estudo do rotacismo na fala de Ribeirópolis/SE

PRÉ-REQUISITOS

Ter gravado e transcrito uma entrevista sociolinguística.



(Fontes: <http://www.scielo.org.ve>)

INTRODUÇÃO

Nesta aula, vamos ver um tutorial para a pesquisa Sociolinguística Variacionista, ou, como Tarallo (1985) bem define, Sociolinguística Quantitativa, pois os resultados das investigações neste campo são baseados em frequências. Você já deve ter observado, nas leituras sugeridas, que frequentemente nos deparamos com tabelas e gráficos, com dados de frequências e percentuais. Veremos como são obtidos estes números, de modo que você, ao final desta aula, entenderá melhor o que significam as frequências e os percentuais e o que eles indicam quando se trata de um fenômeno de variação e mudança.

The screenshot shows the GoldVarb X software interface. The main window displays a table with the following data:

Group		1	0	Total	%

1 (2)					
a	N	16	4	20	33
	%	80	20		
n	N	4	16	20	33
	%	20	80		
d	N	10	10	20	33
	%	50	50		
Total	N	30	30	60	
	%	50	50		

Summary statistics shown above the table:

- Number of cells: 6
- Application value(s): 10
- Total no. of factors: 5

The style menu on the right includes options: Plain, Bold, *Italic*, Underline, Outline, Shadow, Condense, and Extend. Below these are font size options: 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 18, 20.

Imagem da tela do programa GoldVarb X, utilizado na análise dos dados sociolinguísticos.
(Fontes: <http://albuquerque.bioinformatics.uottawa.ca>)

COLETA E CODIFICAÇÃO DE DADOS

Depois de termos escolhido o fenômeno variável que iremos estudar, de termos feitos pesquisas intuitivas e bibliográficas a fim de que se depreendam fatores linguísticos e sociais que podem influenciá-lo, e de constituir a amostra que irá subsidiar a análise, você precisará partir para a parte prática do trabalho que envolve a matemática. Afinal, a Sociolinguística trabalha com frequências de uso, que delineiam padrões de variação e mudança na comunidade.

Então, mãos à obra!

Vamos ilustrar com um exemplo: o rotacismo em Ribeirópolis (SANTANA et alii, 2008). Você sabe o que é rotacismo? Você deve ter ouvido falar deste fenômeno na disciplina de Fonologia da língua portuguesa. Mas se não ouviu falar do fenômeno, certamente já ouviu o fenômeno em si: quando alguém diz “pranta” ou “fror”, em suma, nos contextos em que ocorre a troca do /l/ por /r/. A passagem /l/ > /r/ (planta > pranta) recebe o nome técnico de rotacismo. A neutralização do /r/ e /l/ no padrão silábico CCV (C significa “consoante” e V significa “vogal”) pode ser um indicador de variedades rurais e urbanas, um indicador regional e pode, ainda, ser um problema fono-articulatório. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 83-84).

As consoantes /l/ e /r/ são, do ponto de vista articulatorio, muito próximas e podem, por isso, intercambiar-se ou fundir-se na história das línguas. Na literatura linguística, são designadas como consoantes líquidas, o que revela o parentesco com as vogais. Apesar da semelhança do ponto de vista articulatorio e fonotático, as consoantes /l/ e /r/ constituem fonemas distintos no português, uma vez que podem contrastar em ambiente idêntico e, aplicando-se o princípio da comutação em pares mínimos, observa-se que a troca de /l/ por /r/ implica em mudança de significado. Apesar disto, no ambiente CVV apontado acima, ambas as consoantes podem funcionar como o mesmo valor de verdade, no mesmo contexto, configurando, assim, uma regra variável.

Vamos investigar, portanto, a neutralização do fonema /l/ por /r/ na comunidade de Ribeirópolis/SE. A coleta de dados foi feita em turmas da 4ª série (atual 5º ano) de escolas do município, na zona rural e urbana.

Segundo Marcos Bagno (2007), para os falantes urbanos escolarizados, pronúncias como broco, ingrês, chicrete, pranta, etc. são “feias”, “erradas”. Essa avaliação se prende essencialmente ao fato de essas pronúncias caracterizarem falantes socialmente desprestigiados (analfabetos, pobres, moradores de zona rural, etc). (BAGNO, 2007, p. 73-74). Assim, dado que o fenômeno é estigmatizado, a hipótese que norteia a análise é que haja maior produtividade da variante estigmatizada nas escolas da zona rural.

Para fins de ilustração, vamos controlar, além da variável dependente,

uma variável linguística e uma variável social. A variável linguística escolhida foi o item lexical utilizado como tema na coleta; a variável social foi a escola onde foi realizada a coleta.

Vamos, agora, estabelecer códigos para cada um dos fatores das variáveis. Estes códigos nos auxiliarão na análise quantitativa.

Variável dependente:

R – rotacismo

L – variante-padrão

Variáveis independentes:

Variável social – escolas: G, J, A, C

A escola G, Escola Municipal José Gonçalves dos Santos, localizada na zona rural do município, foi construída no ano de 1970, possui quatro professores e 43 alunos, divididos em cinco turmas da pré-escola a quarta série do Ensino Fundamental. A escola J (Colégio Municipal Josué Passos) pertence à zona urbana, no centro da cidade. É uma das escolas mais antigas da cidade com 34 anos, composta também de discentes da zona rural e de outras cidades vizinhas. A escola A corresponde à Escola Municipal Maria Alaíde Meneses, localizada no subúrbio da cidade, numa comunidade bastante carente economicamente. E a escola C, Centro de Educação Básica Auxiliadora Paes Mendonça, é uma escola pública mantida por uma empresa privada, situada na zona rural de Ribeirópolis, possui nove professores e 235 alunos.

Variável linguística – item lexical:

P – Placa

B – Bloco

T – Planta

S – Blusa

F – Flor

G – Globo

Eis nosso “envelope da variação”. Cada dado coletado na amostra será cotejado a cada um destes fatores, a fim de que possamos, depois, tabulá-los e chegar às generalizações estatísticas. Vamos analisar um exemplo:

A palavra [bluzə] (“blusa”), dita por um aluno da escola Escola Municipal José Gonçalves dos Santos:

LGS

Onde: L = realização padrão /l/, G = Escola Municipal José Gonçalves dos Santos e S = item lexical “blusa”

Ou então a palavra [brɔku] (“bloco”) dita por um aluno da Escola Municipal Maria Alaíde Meneses:

RAB

Onde: R = realização não padrão /r/, A = Escola Municipal Maria Alaíde Meneses e B = item lexical “bloco”.

Devemos repetir este mesmo procedimento, com todos os dados. Esta será a entrada para o pacote estatístico GoldVarb X (2001) ou Varbrul (1988), um pacote estatístico específico para a análise da variação linguística, que opera com a noção de regras variáveis. Não vamos entrar em detalhes sobre o funcionamento deste software: tutoriais podem ser encontrados em Guy e Zilles (2007) ou em <http://courses.essex.ac.uk/lg/lg654/GoldVarb2001forPCmanual.htm> (em inglês). O importante nesta aula é entender como se dá o procedimento.

CÁLCULOS ESTATÍSTICOS

Após a codificação, os dados são submetidos à análise quantitativa, que retorna a distribuição de cada fator de cada variável em termos de frequências e percentuais.

Para o rotacismo, foram encontradas 893 ocorrências de contextos CCV em que poderia haver neutralização de /l/ e /r/. Destas 893 ocorrências, 832 foram da forma padrão /l/ e 61 da forma não padrão /r/. Dizemos, então, que o percentual de aplicação da regra foi de 93% (das 893 ocorrências, 832 são de aplicação da regra, o que totaliza 93%).

O que significa ter 93% de aplicação? Podemos dizer que é a aplicação uma regra produtiva, pois o resultado está muito próximo de 100%, do total. Ou seja, embora tenhamos a impressão de que o rotacismo é recorrente, quando analisamos empírica e cientificamente, constatamos que esta variante corresponde a apenas 7% das ocorrências.

Vamos, agora, observar os resultados referentes ao item lexical onde pode ocorrer a neutralização de /l/ e /r/.

Tabela 5: Distribuição das ocorrências de rotacismo na fala de Ribeirópolis em função do item lexical

Item lexical	Aplicação/total	Percentual	Peso Relativo
Placa	145/160	91%	0,28
Bloco	106/120	88%	0,22
Planta	127/128	99%	0,83
Blusa	127/147	86%	0,20
Flor	175/176	99%	0,88
Globo	152/162	94%	0,39
Total	832/893	93%	—

Fonte: SANTANA et alii, 2008, p. 151

Vejam os resultados. A última linha da tabela recupera o valor de referência para a amostra como um todo, ou seja, 93% de aplicação da regra. Das 162 ocorrências do item lexical “globo”, 152 foram com a variante /l/ (e, portanto, 10 com a variante /r/), totalizando 94% de aplicação da regra, percentual muito próximo do de “placa”, com 91%. Já os itens lexicais “blusa” e “bloco” são os itens onde o percentual de aplicação da regra é menor (e, conseqüentemente, é onde o percentual da variante estigmatizada /r/ é mais recorrente). Já em “planta” e em “flor”, a aplicação da regra é quase categórica (a aplicação categórica é 100%).

Você deve ter notado a terceira coluna de valores, chamada de peso relativo (ou probabilidade). O modelo estatístico adotado pela Sociolinguística Variacionista trabalha com a regressão logística com o cálculo de desvio da média ponderada. A regressão logística é um modelo utilizado para investigar, dentro de um conjunto de possíveis variáveis independentes contínuas ou discretas, quais estão associadas à ocorrência da variável dependente discreta. Nas análises sociolinguísticas, o desvio da média ponderada é chamado de **peso relativo**. Bem, para quem escolheu Letras porque não gostava de matemática, as coisas vão ficando um pouco complicadas, mas nem tanto.

Em *Modelos quantitativos e tratamento estatístico*, (NARO, 2003) você encontrará uma descrição detalhada do modelo quantitativo adotado pela Sociolinguística Variacionista

Quando lançamos uma moeda para o alto, a chance de sair cara ou coroa é a mesma: ou sai cara ou sai coroa (não sei de nenhum caso em que a moeda parou de pé...). Em termos de probabilidade, temos duas possibilidades em um lance: 1 dividido por 2 = 0,50 ou 50% (50% + 50% = 100%). Se lançarmos duas vezes a moeda, as chances continuam sendo de 50%, se lançarmos 20 vezes, as chances ainda continuam sendo as mesmas. Ou seja, lançar uma moeda pode dar cara ou coroa, por acaso.

Você já ouviu dizer que o pão sempre cai com a margarina para baixo? Cientistas dizem que é porque, como há mais peso num lado do pão, o da margarina, este é atraído para baixo por causa da gravidade. Se jogarmos uma vez um pão para o alto, a chance de o lado da margarina ficar para baixo é levemente maior do que o contrário. E se jogarmos 20 vezes para o alto, talvez em 2/3 das vezes o pão caia com a margarina para baixo. A probabilidade não é a mesma da moeda, perto do acaso: existe um fator atrator. O cálculo do desvio da média ponderada, na análise estatística da Sociolinguística Variacionista, tenta equilibrar os percentuais, indicando a probabilidade de ocorrência ou não do fenômeno. O ponto de equilíbrio – ou ação do acaso – é o 0,50. Perto deste valor, o fator analisado não exerce

nenhuma influência na variação, é obra de outro fator ou do acaso. Quanto mais perto do 1, maior a probabilidade de ocorrência do fenômeno, e quanto mais perto de 0, menor probabilidade de ocorrência do fenômeno.

Voltando à análise do rotacismo, os pesos relativos de 0,88 e 0,83, respectivamente para “flor” e “planta”, dizem que a probabilidade de aplicação da regra (realização da variante /l/) é muito alta, pois estes valores estão se aproximando de 1. Já para “blusa” e “bloco”, a probabilidade de aplicação da regra tende a ser reduzida, já que os pesos relativos, 0,20 e 0,22, respectivamente, estão tendendo para o 0. Ou seja, estes itens lexicais favorecem a ocorrência do rotacismo.

Vamos ver agora os resultados das escolas:

Tabela 6: Distribuição das ocorrências de rotacismo na fala de Ribeirópolis em função da escola

Escolas	Aplicação/Total	Percentual	Peso Relativo
G	69/72	96%	0,64
A	86/99	87%	0,32
J	352/371	95%	0,59
C	325/351	93%	0,42
Total	832/893	93%	—

Fonte: SANTANA et alii, 2008, p. 152

Os resultados quanto à escola apontam para duas direções: as escolas que tendem a aplicar a regra – Escola Municipal José Gonçalves dos Santos (G) e Colégio Municipal Josué Passos (J), cujos pesos relativos são superiores a 0,50, indicando a tendência de uso da variante /l/; e as escolas Escola Municipal Maria Aláide Meneses (A) e Centro de Educação Básica Auxiliadora Paes Mendonça (C), cujos pesos relativos abaixo de 0,50 indicam a probabilidade de não aplicação da regra, ou seja, favorecimento do uso da variante /r/.

Agora que já vimos o que significam os números que aparecem nas análises sociolinguísticas, vamos passar para a interpretação dos resultados. O que os números indicam?

INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

No início da seção 1, dissemos que a hipótese norteadora da investigação do rotacismo em Ribeirópolis era de que haveria maior produtividade da variante estigmatizada nas escolas da zona rural. O que os números nos dizem?

Com os dados apresentados na tabela 6 e o perfil das escolas, é possível perceber que a hipótese não foi de todo corroborada, a exemplo da

escola Escola Municipal José Gonçalves dos Santos que, apesar de seu perfil potencialmente favorecer o uso da variante estigmatizada, os dados mostram a tendência ao uso da variante padrão. Ou seja, mesmo os alunos tendo contato com a variante não padrão em sua casa, a atuação do professor na escola pode barrar a variante estigmatizada. Já no caso da escola Escola Municipal Maria Alaíde Meneses, ao contrário da escola Escola Municipal José Gonçalves dos Santos, a hipótese foi confirmada, pois os pesos relativos indicam o desfavorecimento da aplicação da regra (ou seja, o favorecimento da forma não padrão /r/). Em suma, a escola parece ter uma influência significativa na ocorrência do fenômeno, na medida em que barra a forma não-padrão.

Quanto ao item lexical, a produtividade quase categórica da variante padrão deu-se em “flor” e “planta”, possivelmente porque são as palavras mais trabalhadas nas séries iniciais. Com o contato com a norma, o aluno adéqua sua variedade ao imposto como padrão na escola.

A metodologia quantitativa da Sociolinguística Variacionista constitui uma ferramenta segura para o estudo de qualquer fenômeno variável, nos diversos níveis de análise e em diferentes comunidades. A metodologia quantitativa reduz os dados e possibilita a comparação, permitindo as generalizações.

CONCLUSÃO

Após esta aula, percentuais, frequências e pesos relativos não devem ser mais nenhum bicho de sete cabeças para você. Vimos como estes números são obtidos e de que modo eles contribuem para a investigação. Seguindo os passos desta aula, você não só está apto a realizar as suas próprias análises quantitativas, dos fenômenos que você desejar investigar, como também está instrumentalizado para compreender o raciocínio metodológico evocado nas análises sociolinguísticas.



RESUMO

Nesta aula, vimos como são obtidos os números que sempre encontramos em textos da Sociolinguística, ou seja, como obtemos as frequências e percentuais e o que estes números indicam em um fenômeno de variação e mudança. Para tanto, analisamos um estudo feito na cidade de Ribeirópolis/SE sobre o fenômeno do rotacismo (passagem do /l/ > /r/) em tal cidade (SANTANA, et alii, 2008). Vimos que, após a codificação, os dados são submetidos à análise quantitativa, que retorna a distribuição de cada fator de cada variável em termos de frequências e percentuais. Depois da codificação dos dados, passamos para a interpretação das frequências e percentuais. As interpretações dos dados são feitas pelo pesquisador, pois as análises estatísticas são apenas ferramentas para a manipulação dos dados. Com esta aula, você instrumentalizado para fazer sua própria investigação sociolinguística e compreender outras investigações sociolinguísticas já realizadas.

ATIVIDADES

1. Analise as tabelas abaixo. Foram considerados os contextos de variação /t/ ~ /t̥/ e /d/ ~ /d̥/ antecedidos de semivogal (em palavras como muito, doido, prefeito, peito) (MOTA, 2008).



Tabela 1: Palatalização de /t/ e /d/ em contextos antecedidos de semivogal em Aracaju quanto à faixa de escolarização

Capital	Escolaridade	Aplicação/total	Percentual	Peso relativo
Aracaju	Fundamental	80/168	48%	0,81
	Universitário	4/148	3%	0,12

Tabela 2: Palatalização de /t/ e /d/ em contextos antecedidos de semivogal em Aracaju quanto ao sexo/gênero dos informantes

Capital	Gênero	Aplicação/total	Percentual	Peso relativo
Aracaju	Masculino	40/136	29%	0,61
	Feminino	44/180	24%	0,54

Descreva os resultados obtidos. Os dados quantitativos, correlacionados às hipóteses sociais (volte à aula 5 e veja as hipóteses sociais clássicas) apontam para o prestígio ou para o estigma do fenômeno?

2. Leia o texto Sobre a concordância de número no português falado do Brasil (SCHERRE; NARO, 1998) seguindo o roteiro de leitura abaixo, a fim de consolidar os conceitos aprendidos até então, e articulá-los aos dados quantitativos.

- i) Qual é a regra de concordância de número prescrita pela gramática normativa? E qual é a regra da concordância de número apresentada por Scherre e Naro (1998)?
- ii) Quais são os objetivos da investigação de Scherre e Naro (1998)?
- iii) Quais são as variáveis linguísticas analisadas? Quais as suas variantes?
- iv) Qual a amostra utilizada pelos autores para a análise? Apresente a estratificação social da amostra.
- v) Qual o total de dados analisados? Como ele se distribui pelas variáveis?
- vi) Qual o caráter empírico da pesquisa: qualitativo ou quantitativo? Justifique.
- vii) O que é saliência fônica?
- viii) O que os resultados estatísticos apontam sobre a relação entre concordância de número e saliência fônica? Justifique com dados numéricos.
- ix) Qual a relação que pode ser estabelecida entre a saliência fônica e a escolaridade dos indivíduos no que se refere à concordância de número, segundo o estudo de Scherre e Naro (1998)?
- x) Como se dá a relação entre concordância e saliência fônica dentro do sintagma nominal? Justifique com dados numéricos.
- xi) Explique o que é a variável posição.
- xii) O que os resultados estatísticos apontam sobre a relação estabelecida entre a posição e a concordância de número? Justifique com dados numéricos.
- xiii) Qual a influência do fator sexo no fenômeno de concordância de número?
- xiv) Qual a influência do fator escolaridade no fenômeno de concordância de número?
- xv) Qual a influência do fator faixa etária no fenômeno de concordância de número?
- xvi) Qual o perfil do falante que mais tende à aplicação da regra (variante explícita) da concordância de número?
- xvii) Como se dá o fenômeno de concordância de número na escrita?
- xviii) A que conclusões chegam Scherre e Naro (1998) sobre o fenômeno da concordância de número no português?

COMENTÁRIOS SOBRE AS ATIVIDADES

Quem acompanhou as aulas com atenção e realizou todas as atividades, não terá nenhuma dificuldade em ler o texto de Marta Scherre e Anthony Naro sobre a concordância de número do português do Brasil. Como este texto foi feito para um congresso no exterior, é muito didático em termos de explicação de regras do funcionamento da língua. Você verá as evidências quantitativas que respaldam a argumentação dos autores. E entenderá, com muita clareza, o funcionamento da regra de concordância no português falado no Brasil.

Quanto à variação de /t/ ~ /t̃ [1]/ e /d/ ~ /d̃ [3]/ antecidos de semivogal, você deve observar a tendência de restrição do grupo de falantes com maior escolaridade e das mulheres, o que indica um fenômeno estigmatizado.

PRÓXIMA AULA

Depois de conhecermos o campo da Sociolinguística Variacionista, veremos, na próxima aula, como esta pode ajudar no dia a dia da sala de aula, em A importância do tratamento da variação no ensino de Língua Portuguesa.



AUTOAVALIAÇÃO

Após esta aula, sou capaz de empreender uma análise variacionista e interpretar os dados quantitativos obtidos em termos de direcionais de variação e mudança?



REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Nada na Língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana Maria Stahl. **Sociolinguística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola, 2007.

MOTA, Jacyra. **Como fala o nordestino**: a variação fônica no Atlas Linguístico do Brasil. In: **Anais do I Simpósio Mundial de estudos de Língua Portuguesa**. 2008. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/eventos/simelp/new/pdf/slp22/03.pdf>>

NARO, Anthony, Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In:

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza. **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. Rio de Janeiro: Contexto, 2003, p.15-26.

SANTANA, Alcilânia Rezende; DANTAS, Juciane Jesus; SANTANA, Maria José Barreto; GUEDES, Maria Lima; FREITAG, Raquel Meister Ko. O tratamento do rotacismo nas séries iniciais da rede municipal de ensino de Ribeirópolis. In: SILVA, Leilane Ramos da; FREITAG, Raquel Meister Ko. (Org.). **Linguagem e representação discursiva**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2008, p. 147-154.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In RUFFINO, Giovanni (org.) **Dialettologia, geolinguística, sociolinguística (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza)**. Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1998, p.509-523.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985.

A IMPORTÂNCIA DO TRATAMENTO DA VARIAÇÃO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

META

Apresentar as contribuições teórico-metodológicas da Sociolinguística para o ensino de língua portuguesa como língua materna

OBJETIVOS

Aplicar a noção de heterogeneidade sistemática ao ensino de língua materna, fazendo uso das gramáticas internalizada, descritiva e normativa e considerando a noção de erro na fala e na escrita, com vistas à bidialetalidade funcional

PRÉ-REQUISITOS

Revisão das aulas anteriores, focando a aplicação dos conceitos estudados à realidade da sala de aula



A escola precisa reconhecer as variedades linguísticas!
(Fontes: <http://www.correiodonoeste.com.br>)

INTRODUÇÃO

Desde que a Sociolinguística veio mostrar que a língua é heterogênea, e que comporta formas linguísticas semanticamente equivalentes, isto é, regras variáveis sujeitas a mudanças, os estudiosos, preocupados com o ensino de línguas, vêm defendendo a aplicabilidade dos postulados dessa teoria ao ensino.

Esta unidade aborda, pois, A importância do tratamento da variação no ensino de língua portuguesa e tem como objetivo promover a reflexão sobre as contribuições de ordem teórico-práticas advindas da Sociolinguística que tenham repercussões na formação dos professores de língua materna. No caso do português do Brasil, muitos dos pesquisadores brasileiros vêm mostrando nos seus trabalhos que o professor de língua materna não pode deixar de levar em conta a compreensão da língua enquanto entidade concreta, heterogênea, como tem postulado a sociolinguística.

Não se pode ensinar o português do Brasil para um falante nativo ignorando aquilo que ele já sabe – a sua língua materna –, nem ignorando a diversidade de usos que a cerca. Assim, nesta aula, vamos ver como as noções de erro e de diversidade podem contribuir para minimizar os efeitos do fracasso escolar.



Ao chegar à escola, a criança traz consigo uma bagagem gramatical que não pode ser ignorada.
(Fontes: <http://blog.cancaonova.com>)

DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E O FRACASSO ESCOLAR

Na visão da Sociolinguística, o fracasso escolar está diretamente relacionado com a concepção de língua assumida pela escola. As ideologias que tentam explicar o fracasso da escola (SOARES, 2002) sempre estão associadas a uma concepção de língua(gem) e à busca de um culpado pelo problema. Vejamos.

A ideologia do dom concebe a escola como capaz de oferecer “igualdade de oportunidades”; o bom aproveitamento delas depende de cada aluno. Assim, não é a escola a responsável pelo fracasso escolar do aluno; a causa estaria na ausência, neste, de condições básicas para a aprendizagem. Por detrás dessa concepção está a ideia de homogeneidade na estrutura linguística.

Já a ideologia da deficiência cultural apregoa que as desigualdades sociais é que seriam as responsáveis pelas diferenças de rendimento dos alunos; o aluno seria portador de déficits socioculturais, seguindo os pressupostos da teoria da deficiência linguística do sociólogo inglês Basil Bernstein. Os alunos das classes dominadas apresentariam desvantagens – déficits – resultantes de problemas de deficiência cultural. Como consequência, a criança proveniente desse meio apresentaria deficiências afetivas, cognitivas e linguísticas que seriam responsáveis por sua incapacidade de aprender e por seu fracasso escolar. Assim, seria função da escola compensar as deficiências do aluno, resultantes de sua carência e privação cultural. A ideologia da deficiência cultural deu origem aos programas educacionais para as crianças das camadas populares, a fim de compensar as falhas de sua socialização no contexto familiar (pré-escola). Também por detrás dessa concepção está a ideia de homogeneidade na estrutura linguística.

As ideologias do dom e da deficiência cultural assumem uma concepção de língua homogênea e colocam a responsabilidade do problema do fracasso escolar no aluno. Quebrando a ideia de homogeneidade linguística, surgem a ideologia das diferenças culturais e a teoria do capital linguístico, que ao mudar a visão de linguagem, também mudam o foco da responsabilidade do problema do fracasso escolar.

A ideologia das diferenças culturais preconiza que a escola é a responsável pelo fracasso escolar, pois trata de forma discriminatória a diversidade cultural, transformando diferenças em deficiências. Por detrás dessa concepção está a ideia de heterogeneidade na estrutura linguística.

A heterogeneidade linguística apoia-se na ideia de que todas as línguas são adequadas às necessidades e características da cultura a que servem e igualmente válidas como instrumentos de comunicação social. É, portanto, inconcebível afirmar que uma língua ou variedade linguística é superior ou inferior a outra. Há diferenças geográficas e sociais que provocam diferen-

ciação linguística, originando os falares ou dialetos regionais. A diferenciação social também leva a variedades sociais ou socioletos que ocorrem em grupos caracterizados pela idade, sexo, grupo étnico, grupo social e níveis de fala ou registros, determinados pelo uso que o falante faz da língua em diferentes circunstâncias ou contextos. As variedades linguísticas têm o mesmo valor como sistemas estruturados e coerentes, mas, da perspectiva social, uma é mais aceita que as demais: a variedade culta ou de prestígio.

A teoria do capital linguístico apoia-se nos pressupostos do sociólogo Pierre Bourdieu, para o qual, em determinados mercados linguísticos, algumas pessoas falam (ou escrevem) e são respeitadas, acreditadas, apreciadas e obedecidas, pois sua variedade linguística é apreciada e considerada legítima. Já outras pessoas podem falar, mas seu discurso não obterá o mesmo crédito, o mesmo valor, pois sua variedade linguística não é reconhecida como legítima. A escola, muitas vezes, reforça esta tese, ao contrário do que se esperaria, de que a escola funcionasse como instrumento de superação da marginalidade social.

Assim, o reconhecimento da língua como entidade plural e heterogênea é a chave para entender o fracasso escolar. Todas as variedades linguísticas são sistemas igualmente lógicos, complexos, estruturados, porém quanto menos prestígio têm os seus falantes na escala social, menos valor tem sua variedade linguística. O papel da escola é proporcionar o contato entre as variedades: falantes de variedades não prestigiadas devem aprender a variedade de prestígio, para usá-la nas situações em que ela é requerida. A isto chamamos de bidialetalismo funcional. Em suma: a escola precisa reconhecer a variedade linguística que os seus estudantes trazem e proporcionar a estes o contato com a variedade dita de “prestígio”, e não tentar substituir uma pela outra, prática que ainda se vê na instituição escolar atualmente.

A comparação entre linguagem e roupa ajuda a compreender a ideia de bidialetalismo funcional:

Não é a tarefa de fazer com que os educandos abandonem o uso de sua gramática ‘errada’ para substituírem pela gramática ‘certa’, e sim a de auxiliá-los a adquirirem, como se fora uma segunda língua (...). A noção essencial aí é a de adequação: existem usos adequados a um dado ato de comunicação verbal, e usos que são socialmente estigmatizados quando usados fora do contexto apropriado. A comparação com as regras de uso da vestimenta é esclarecedora: assim como difere o tipo de roupa a ser usada segundo o tipo de ocasião social, também diferem segundo a ocasião social as características da linguagem apropriada. Ficam assim estigmatizados os falantes inadimplentes às regras tácitas do jogo, tal como as pessoas que não cumprem as convenções sociais do bem-vestir. (LEMLE, 1987, p. 62.)

CONCEPÇÕES DE GRAMÁTICA E ENSINO DE LÍNGUA MATERNA

Vimos, na seção anterior, que o fracasso escolar está fortemente relacionado com uma visão homogênea de língua que a escola adota. Já vimos, na aula 1, concepções de linguagem, língua e gramática. Agora, vamos ver como estas concepções podem ser aplicadas ao ensino de língua portuguesa.

Primeiramente, devemos refletir sobre como a escola trata a língua portuguesa em seu currículo. No Brasil, a maioria dos estudantes (não devemos esquecer dos falantes de línguas indígenas e de Libras) fala português! E parece que a escola ignora algo que é óbvio, mas que, de tão óbvio, é esquecido: quando chega à escola, o aluno já sabe – e muito bem – falar a sua língua materna. Os conteúdos curriculares muitas vezes parecem ignorar esta “obviedade”, e partem do princípio de que o ensino de gramática é o ensino de língua, como se a língua fosse somente gramática. Ao contrário do que propomos – bidialetalismo funcional –, a escola impõe uma variedade, sobrepujando aquela que os alunos trazem de casa.

Mas, afinal, o que é mesmo gramática? É um “conjunto de regras” (POSSENTI, 1996). Esta parece uma definição bastante simplória, mas podemos fazer um conjunto maior ou menor, mais amplo ou mais restrito, aberto ou fechado, rígido ou maleável.

A gramática normativa/tradicional vê a língua como sistema homogêneo. Fundamenta-se nos estudos gramaticais gregos e no modelo latino e é classicamente definida como “arte de falar e escrever corretamente”. A gramática normativa/tradicional é um conjunto de regras que impõem um modelo ideal de língua que deve ser seguido. Esta é a definição que se adota nas gramáticas pedagógicas e nos livros didáticos. Neste tipo de gramática, verifica-se a precedência da língua escrita sobre a falada, assim, só a variedade culta escrita deve ser objeto da gramática. Convém ressaltar que o critério de correção adotado não é linguístico, mas social.

A gramática descritiva vê a língua como sistema heterogêneo. Este tipo de gramática visa a descrição das regras de uma determinada variedade da língua que são seguidas, em um determinado momento no tempo, buscando explicitar qual a estrutura realmente utilizada por um grupo de falantes bem definido, a partir de dados coletados, na fala ou escrita, deste grupo. Não impõe normas ou modelos a serem seguidos, pois parte do princípio de que todos os que falam sabem falar, seguem regras. A gramática descritiva não está preocupada em apontar erros, mas pode verificar, por exemplo, que as variantes são utilizadas por pessoas de diferentes grupos sociais, ou pelas mesmas pessoas em situações diferentes (variedades regionais, sociais e situacionais).

A gramática internalizada (ou natural) também parte da concepção de língua como sistema heterogêneo. A gramática internalizada refere-se

ao conhecimento apreendido pelo falante durante a infância, mediante a simples exposição à língua falada. É, pois, um conjunto de regras que o falante domina intuitivamente e faz com que ele seja capaz de produzir naturalmente frases com sentido e reconhecer enunciados como pertencentes à sua língua. É também completa, pois compreende todas as regras de que o falante necessita para comunicar-se em diversas situações, e quanto mais o falante se expõe a diferentes variedades da língua, mais rica torna-se a sua gramática internalizada. As regras que o falante implicitamente domina são variáveis, expressam aspectos do conhecimento linguístico dos falantes.

Será verdade? Então por que precisamos tanto estudar gramática? Há fortes argumentos para a existência de uma gramática internalizada na mente dos falantes. Embora não possamos “abrir a mente de um falante” para verificar se de fato existe esta tal de gramática internalizada, é no limite entre o aceitável e o não aceitável que estão os melhores materiais para ter acesso a supostas propriedades mentais. Por exemplo, uma frase como “A menina caiu” não causa estranhamento a nenhum falante do português; podemos dizer que é uma frase bem formada na língua. Já uma frase como “Caiu menina a” soa estranho, mesmo um falante que nunca tenha passado pela escola e “estudado gramática” percebe que há alguma coisa errada. Esta é uma evidência de que se não precisamos estudar gramática para saber gramática, é porque já possuímos este conhecimento.

Uma versão sobre a aquisição do conhecimento diz que aprendemos por repetição. Ora, crianças em fase de aquisição da língua produzem formas e frases que nunca foram ouvidas antes. Por exemplo, “eu sabo”, “eu cabo”, “eu fazi”; quando as crianças produzem essas formas “erradas” mostram que têm uma gramática implícita – as crianças com as evidências de língua aprendem regras de conjugação verbal e é aplicando essas regras que produzem tais formas.

Assim, ao chegar à escola, a criança não é uma “tabula rasa”: traz consigo uma bagagem gramatical considerável, a qual não pode ser ignorada. Mas, infelizmente, este conhecimento é ignorado pela escola. As aulas de língua portuguesa costumam ser reduzidas a aulas de gramática normativa, que é ensinada como se fosse uma língua estrangeira. Como vimos, a gramática normativa adota um padrão de idealidade pautado na **escrita**. E os problemas só aumentam...

FALA E ESCRITA: O ESTATUTO DO ERRO

Não é o foco desta disciplina promover a discussão entre fala e escrita e suas relações (em outras disciplinas, como Fundamentos Linguísticos da Alfabetização e Fundamentos de Leitura e Escrita, haverá oportunidade para o detalhamento). Entretanto, se o ensino de língua portuguesa é norteado por um ideal de língua escrita, faz-se necessário pontuarmos aspectos rela-

cionados com a diversidade linguística. Ao lidarmos com a relação entre fala e escrita, precisamos ter em mente as condições e uso da linguagem (KATO, 1987). Assim, falamos em aquisição de língua falada (gramática internalizada) e aprendizagem da língua escrita (uma tecnologia).

Fala e escrita devem ser vistas como modalidades contínuas: é equivocado associar a fala à informalidade e a escrita à formalidade, pois podemos observar tanto contextos em que a escrita é informal quanto em que a fala é formal. Por exemplo, um bilhete de recado a um amigo com quem se tem intimidade, ou conversar via MSN, configuram-se como usos mais informais, mais casuais da escrita. É diferente de uma petição de um advogado, ou então uma carta de intenções para emprego, em que a escrita é utilizada em sua variedade mais formal. Do mesmo modo pode-se dizer da fala: um juiz, ao proferir sua sentença, o fará na variedade formal da fala. Já um bate-papo com os amigos, no bar, tomando cerveja, certamente se dará na variedade falada casual, informal.

Por conta desta distinção, as modalidades falada e escrita da língua configuram-se por diferentes condições de produção, apresentando diferenças funcionais facilmente verificáveis:

1. A escrita é menos dependente do contexto situacional. A escrita tem necessidade de trazer o contexto situacional para dentro do texto, por meio de expressões referenciais. Já a fala é essencialmente dêitica: não precisamos contextualizá-la porque ela já está no próprio contexto.
2. A escrita permite um planejamento verbal mais cuidadoso. A fala é como pasta de dente: depois que sai do tubo, colocar de volta é tarefa impossível... A escrita permite revisão, reescrita, reelaboração do texto. Já a fala, em que o planejamento e a realização são simultâneos, não há possibilidade de “apagar” aquilo que foi dito.
3. A escrita está sujeita às convenções prescritivas. Este é o ponto que nos interessa na abordagem sociolinguística: enquanto o “erro” na fala é visto como uma questão de inadequação ao contexto, na escrita, o erro é visto como um “desvio à norma”, pois há um registro do certo e errado consagrado – a gramática normativa. Voltaremos a este ponto na seção a seguir.
4. A escrita é um produto permanente. Diz um provérbio latino “verba volant scripta manent”: as palavras voam, escritos ficam.

A escola elegeu uma variedade da língua – a dita norma padrão – como a variedade a ser ensinada. Porém, quando os alunos chegam à escola, já são capazes de falar com muita competência o português, que é a língua materna da maioria dos brasileiros (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 267-8). Dizemos que a criança tem competência comunicativa e, à medida que cresce, vai ampliando essas habilidades. A tarefa da escola é, então, ajudar os alunos a refletir sobre sua língua materna. Essa reflexão torna mais fácil para eles desenvolver sua competência e ampliar o número e a natureza das tarefas

comunicativas que já são capazes de realizar, primeiramente na língua falada e, depois, também, por meio da língua escrita. A reflexão sobre a língua que usam torna-se especialmente crucial quando os alunos começam a conviver com a modalidade escrita da língua. É neste momento que nos deparamos com problemas ortográficos. Bortoni-Ricardo (2004) segmenta os problemas ortográficos em duas categorias: aqueles que são reflexos de interferências da pronúncia na produção escrita e aqueles que decorrem simplesmente do caráter arbitrário das convenções ortográficas (pela falta de familiaridade do alfabetizando com as convenções da língua escrita).

Os textos a seguir foram retirados da amostra Fala&Escrita do banco de dados do Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade – GELINS.

Texto 1 – aluno do 6º ano

Era feriado do carnaval meu pai foi viaja Eu dice pai eu vou para a picinha viu vai meu filho aí Ele mede 20 reais aí não vou para barají do britto Aí Eu fui tuma banho na Eu fui mais *os menino* Eles pagara tudo Aí voi teí que meus 20 reais Aí Ele dice meu filho foi boa a picinha aí Eu dice foi pai

Texto 2 – aluno do 6º ano

Todas vezes eu saia de casa para ir a escola me batia uma preguiça. Eu ia para a lanHouse saia de casa as seis e meia e chegava meia noite ele perguntava: estudou meu filho Sim mãe estudei quando ela perguntava se tinha deve eu dizia que não tinha eu fiquei *gaseano* durante um mês de aluno ela desconfiou e me transferiu para tarde e ainda em vez em quando eu gaseio nossa que mentira grande eu fiz para a minha mãe.

Não podemos dizer que os autores destes textos não sabem português! Ao comando “conte uma mentira que você contou para alguém”, eles produziram narrativas condizentes com a proposta. Os autores demonstram sua competência comunicativa.

Vejam, primeiramente, problemas ortográficos que são reflexos de interferências da pronúncia. No texto 1, nas palavras viaja e tuma, o autor do texto não escreveu o “r” final. De fato, no português brasileiro, há uma forte tendência para suprimirmos o /r/ final nos infinitivos verbais. Já no texto 2, em “ir”, o “r” apareceu. É uma regra variável do português: quando falamos, ora suprimimos o /r/ final na nossa pronúncia, ora o realizamos. Tendemos a suprimi-lo mais frequentemente nos infinitivos e nas formas verbais do futuro do subjuntivo e em palavras com mais de uma sílaba. No texto 2, vemos que o autor também o suprimiu no substantivo “deve”.

Para ver com mais detalhes o funcionamento variável da regra de apagamento do /r/ final do português, recomendamos a leitura do texto “Apagamento do /R/ final no dialeto carioca: um estudo em tempo aparente e em tempo real”, de Callou, Moraes e Leite (1998)

A regra de supressão nos infinitivos dá origem a uma hipercorreção, ou seja, o falante começa a corrigir contextos que não estão errados, mas que são muito semelhantes àqueles em que a regra ocorre. Veja-se por exemplos, nesta faixa:



Arquivo pessoal da autora

O falante da língua, quando suprime um /r/ no infinitivo verbal na escrita, o faz porque na fala ele já não usa mais esta forma. Assim, ao produzir uma forma de 3ª pessoa do singular, com “vê”, imagina que neste contexto também haveria um /r/ que foi igualmente suprimido, e acrescenta este suposto /r/, incorrendo na hipercorreção (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 85)

O que o professor deve fazer em relação ao /r/ dos infinitivos? Simplesmente marcar de caneta vermelha o erro e devolver para o aluno? Não! O professor deve promover atividades para levar o aluno a tomar consciência de que, na fala, costumamos suprimir o /r/ final, mas, na escrita, temos de escrevê-lo. O professor poderá chamar a atenção, também, para as variadas realizações desse /r/, nas diversas regiões do Brasil. Em algumas regiões, o /r/ é pronunciado como uma fricativa velar [x]. Em outras, é pronunciado como uma vibrante simples ou tepe [r], e em outras regiões, o /r/ final pode ter realização retroflexa [ʁ]. Você deve ter estudado esta alofonia na disciplina Fonologia da Língua Portuguesa: agora, estamos atribuindo valor social a cada uma das formas.

No texto 1, as palavras barraji e pagara refletem outra tendência da fala: a desnasalização dos segmentos átonos no português. No texto 2, gaseano reflete a tendência à assimilação da nasal em contextos homorgânicos, como na sequência /nd/, em que duas consoantes alveolares sonoras co-ocorrem, e a primeira é assimilada: gazeando > gaseano.

Vejamos, agora, os problemas decorrentes do caráter arbitrário das convenções ortográficas. No texto 1, encontramos a palavra dice. A criança escreveu essa palavra com “c”, como em “doce”. Mas a forma convencional de se escrever “disse” é com duplo “s”: “disse”. Convém salientar que “disse” é uma flexão do verbo dizer: no presente do indicativo, ocorre

alomorfia no radical. O professor vai precisar trabalhar com esse aluno as flexões verbais dos verbos irregulares. O professor deve chamar a atenção para as ocorrências corretas e desenvolver mais exercícios para que o aluno aprenda as palavras que ainda não está escrevendo conforme as convenções. Mas deve lembrar-se de exercitar as palavras sempre situando-as em um contexto, em uma frase ou um texto um pouco maior (jamais em forma de ditado de palavras). Afinal, não podemos negar a competência comunicativa do aluno! No texto 2, o aluno escreve as palavras gaseano e gaseio. Ao contrário do que seria esperado, o aluno não utilizou o grafema correspondente à sibilante vozeada “z”, que está presente na forma dicionarizada da palavra: “gazeio”. O aluno, provavelmente, utilizou a analogia com outro contexto, como, por exemplo, “gasolina”, e grafou com “s” uma palavra que, por convenção, é grafada com “z”. Mais uma vez, as atividades contextualizadas para propiciar ao aluno o contato com as convenções ortográficas fazem-se necessárias.

Em suma, todo falante nativo é competente em sua língua materna e nela pode desempenhar variadas tarefas comunicativas. O erro, na fala das pessoas, deve ser considerado tão-somente uma questão de inadequação da forma utilizada às expectativas do ouvinte, decorrentes das imagens que os interlocutores fazem uns dos outros, dos papéis sociais que desempenham e das normas e crenças vigentes na comunidade.

A Sociolinguística analisa a variante empregada, avalia o prestígio a ela associado e mostra em que circunstâncias aquela variante é adequada, considerando-se as normas vigentes. Na fala, o erro é um fato social. Ele não decorre da transgressão de um sistema de regras da estrutura da língua e se explica, simplesmente, pela (in)adequação de certas formas a certos usos. Com o advento da Sociolinguística, substituímos a noção tradicional de erro pela noção de diferenças entre variedades (dialetos) ou entre estilos. Assim, um erro, como fato social, ocorre quando o falante não encaixa uma determinada variante no contexto de fala.

Resumindo, a diferença entre a fala e a escrita está no estatuto do erro. Na fala, “gazeano” e “gazeando” não são erros, mas apenas diferenças entre maneiras possíveis e competitivas de se falar: a primeira forma estigmatizada e a segunda prestigiada. O “gazeano” é a forma usual na sua rede de relações sociais e/ou na região de onde provém e se explica pelas regras fonológicas de assimilação. Já na escrita, o chamado erro tem outra natureza porque representa a transgressão de um código convencionado e prescrito pela ortografia. Aqui também há um forte componente de avaliação social, pois erros ortográficos são avaliados muito negativamente. Mas podemos considerá-lo uma transgressão, porque a ortografia é um código que não prevê variação. A ortografia de cada palavra é fixada ao longo de anos e até séculos no processo de codificação linguística (SCLiar-CABRAL, 2003). Com raras exceções cada palavra tem apenas uma grafia.


CONCLUSÃO

Vimos, nesta aula, com a contribuição da sociolinguística ao ensino de língua materna, que o papel da escola, na verdade, não é o de ensinar uma variedade no lugar de outra, mas o de criar condições para que os alunos aprendam também as variedades que não conhecem, ou com as quais não têm familiaridade.

“Cabe ao professor de língua portuguesa ter presente que as atividades de ensino deveriam oportunizar aos seus alunos o domínio de uma outra forma de falar o dialeto padrão, sem que isso signifique a depreciação da forma de falar predominante em sua família, em seu grupo social, etc. Isso porque é preciso romper o bloqueio de acesso ao poder e a linguagem é um de seus caminhos” (GERALDI, 1996, p 163.)

A escola deve dar prioridade à gramática internalizada que o aluno traz para dentro da sala de aula (seu capital linguístico) e expor o aluno ao maior número possível de experiências linguísticas, priorizando a leitura, a escrita, o debate, a narrativa e todas as outras formas de expressão (permitindo a aquisição da gramática internalizada). A escola deve levar o indivíduo a refletir sobre a língua, a ter consciência de que sabe falar a língua que fala todo dia, mas que precisa saber mais sobre ela e sobre outras formas de expressar-se nessa língua, e que esse saber pode crescer com ele por toda a vida. Esta é uma das formas de começar a transformar a sociedade discriminadora em que vivemos, já que, nela, as variantes linguísticas desempenham papel de profunda e completa significação.

RESUMO



Nesta aula, procuramos promover a reflexão sobre as contribuições de ordem teórico-práticas advindas da Sociolinguística que têm repercussão na formação dos professores de língua materna, principalmente no tocante ao tratamento da variação no ensino de Língua Portuguesa. O professor de língua materna não pode deixar de levar em conta a compreensão da língua enquanto um sistema heterogêneo, como tem postulado a Sociolinguística. Vimos que, para a Sociolinguística, o fracasso escolar está diretamente ligado à concepção de língua assumida pela escola. Conhecemos as ideologias que buscam explicar o fracasso da escola – ideologia do dom, ideologia da deficiência cultural, ideologia das diferenças culturais, teoria do capital linguístico –, que estão associadas a uma concepção de língua e à busca de um culpado pelo problema. Vimos que o reconhecimento da língua como entidade plural e heterogênea é a chave para entender o fracasso escolar. Então, o papel da escola é propiciar ao estudante o contato entre variedades, ou seja, falantes de variedades não prestigiadas devem aprender a variedade de prestígio, para usá-la nas situações em que ela é requerida; a isto, chamamos de bidialetalismo funcional. Vimos que os conteúdos curriculares das escolas parecem esquecer que o aluno, quando chega à escola, já sabe falar a sua língua materna, isto é, possui sua gramática internalizada. A escola impõe a gramática normativa – que concebe a língua como um sistema homogêneo – na tentativa de substituir a gramática que o estudante traz, ignorando que todos que falam sabem falar, seguem regras. Vimos ainda que a fala e a escrita devem ser vistas como modalidades contínuas e que é equivocado associarmos a fala à informalidade e a escrita à formalidade, pois podemos observar tanto contextos em que a escrita é informal (bilhete) quanto em que a fala é formal (um juiz, ao proferir uma sentença) e vice-versa. Em suma, todo falante nativo é competente em sua língua materna e nela pode desempenhar variadas tarefas comunicativas. O erro, na fala, deve ser considerado tão-somente uma questão de inadequação da forma utilizada às expectativas do ouvinte, decorrentes das imagens que os interlocutores fazem uns dos outros, dos papéis sociais que desempenham e das normas e crenças vigentes na comunidade.

ATIVIDADES

- 
1. O texto abaixo foi retirado de Bortoni-Ricardo (2006, p. 269-270)

O Paiz

Meu sonho é ser feliz
é conhecê novos lugares
e conhecê o mundo

Meu sonho é ter muintos mais amigos

Meu sonho era que o mundo foce um paraizo
tudo moderno
mais tudo em paiz
cada um no seu lugá

A autora é uma menina de 9 anos, cursando o 4º ano no Distrito Federal.

De acordo com o que estudamos, faça uma análise do texto, identificando os desvios ortográficos decorrentes da influência da fala na escrita e os erros ortográficos decorrentes do caráter arbitrário das convenções. Proponha uma abordagem pedagógica para auxiliar a estudante a desenvolver a sua língua materna.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Abaixo, a análise feita por Bortoni-Ricardo (2006, p. 270-273)

Vamos começar a analisar o texto pelos problemas que resultam de interferência na fala na escrita.

Em “conhecê”, a autora do texto não escreveu o “r” final. De fato, no português brasileiro, há uma forte tendência para suprimirmos o /r/ final nos infinitivos verbais. Veja que em “ser”, o “r” apareceu. É que essa regra de supressão do /r/ é uma regra variável. Ora suprimimos o /r/ final na nossa pronúncia, ora o realizamos. Tendemos a suprimi-lo mais frequentemente nos infinitivos e nas formas verbais do futuro do subjuntivo e em palavras com mais de uma sílaba. No texto, vemos que a autora também o suprimiu no substantivo “lugá”. Ao verificar esses problemas, o professor deve preparar várias atividades com essa aluna de modo a levá-la a tomar consciência de que, na fala, costumamos suprimir o /r/ final, mas, na escrita, temos de escrevê-lo. Para facilitar a conscientização desse fenômeno (perda do /r/ final), o professor poderá chamar a atenção para as variadas realizações desse /r/, nas diversas regiões do Brasil. Em algumas regiões o /r/ é pronunciado na garganta (/r/ velar), como no Rio de Janeiro e em Brasília, por exemplo. Em outras é pronunciado como uma vibrante na ponta da língua (no Paraná, por exemplo) e em certas regiões, no interior do Brasil, com a língua encolhida (/r/ retroflexo).

Outro problema que resulta da interferência da pronúncia na escrita se vê na palavra “muintos”. Em quase todas as regiões do Brasil, pronunciamos assim essa palavra, e as crianças, quando estão

aprendendo a escrever, a reproduzem como a falam. É preciso mostrar-lhes que falamos “muintos”, mas escrevemos “muitos”. Outra pronúncia regional dessa palavra, encontrada em pontos da Região Nordeste, é /muntcho/.

A maior parte dos problemas que verificamos no texto provém do fato de que a criança que o escreveu ainda tem pouco conhecimento das convenções da língua escrita. Essas convenções são arbitrárias. Como já vimos, os gramáticos de cada língua passam muitos anos, às vezes, até mais de um século, definindo as convenções da ortografia. Para nos familiarizarmos com essas convenções, isto é, com a forma convencionalizada de se escrever cada palavra, precisamos ter muito contato com a língua escrita, lendo e escrevendo muito. Quando temos dúvida, vamos a um dicionário.

No texto, vemos ainda que a aluna ainda não sabe escrever “paiz”. Escreveu essa palavra com “z”, como em “raiz”. Mas a forma convencionalizada de se escrever “país” é com a letra “s” ao final, indicando-se o hiato com um acento agudo na segunda vogal do hiato: “país”. O professor vai precisar trabalhar com essa aluna palavras como “país”, “raiz”. Pode mostrar-lhe também que o nome próprio “Luís”, pode ser escrito assim com “s” e acento no “i”, ou assim: “Luiz”.

Também em “paraizo” e “foce”, vemos que a autora do texto precisa familiarizar-se mais com as convenções. A forma verbal “fosse” deverá ser trabalhada juntamente com outras que apresentam o morfema modo-temporal –sse .

Temos aí um convenção ortográfica prevista pela regularidade morfológica (ver, a propósito, Morais, 1999). Observe-se que ela já escreveu corretamente “feliz” e “natureza”. O professor deve chamar a atenção para essas ocorrências corretas e desenvolver mais exercícios para que a aluna aprenda as palavras que ainda não está escrevendo conforme as convenções. Mas deve lembrar-se de exercitar as palavras sempre situando-as em um contexto, em uma frase ou um texto um pouco maior.

[...]

Se para a Sociolinguística não é produtivo – pelo contrário é altamente nefando – o conceito tradicional de erro, por que alguns linguistas (entre os quais me incluo) transitam com facilidade pela metodologia de erros da língua escrita? Neste texto quero argumentar que as modalidades oral e escrita de uma língua, além das conhecidas distinções que mantêm entre si, distinguem-se ainda pelo estatuto do chamado erro. Vejamos. Na fala, como acabamos de argumentar, não enfatizamos erros, enxergando-os apenas como diferenças entre maneiras possíveis e competitivas de se falar: “se ele vinher” e “se ele vier” são duas maneiras de dizer a mesma coisa, a primeira associada

a estigma na ecologia sociolinguística do português do Brasil e a segunda, prestigiada. Ao empregar a primeira dessas variantes fora de um contexto onde ela é comum, o indivíduo não atende a expectativas e sofre como sanção social a pecha de ter cometido um erro. Que decálogo ele transgrediu ao nasalizar a vogal da palavra? O “vinher” é a forma usual na sua rede de relações sociais e/ou na região de onde provém e se explica pelo próprio paradigma morfológico do verbo vir no qual muitas formas (como “vinha”, “venho”, “vínhamos” etc. contêm o segmento nasal. A transgressão é, como já dissemos, um fato social, pois o estigma se lhe advém pela simples ruptura com uma etiqueta linguística.”

PRÓXIMA AULA

Continuando nossa incursão pedagógica, na próxima aula, Contribuições da Sociolinguística para a educação, veremos os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística que estão presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).



AUTOAVALIAÇÃO

Ao final desta aula, sou capaz de identificar os postulados da Sociolinguística que podem – e devem! – ser aplicados no ensino de língua portuguesa como língua materna? Se, mesmo lendo e relendo a aula, as dúvidas persistem, não devo hesitar em procurar a ajuda da tutoria.



REFERÊNCIAS

- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. O estatuto do erro na língua oral e na língua escrita. In: GORSKI, E. M.; COELHO, I. L. (Orgs.). **Sociolinguística e ensino: contribuições para formação do professor de língua**. Florianópolis: EdUFSC, 2006, p. 267-276.
- CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne; MORAES, João. **Apagamento do R final no dialeto carioca: um estudo em tempo aparente e em tempo real**. DELTA, v. 14, p. 61-72, 1998.
- GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e ensino**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1996.
- KATO, Mary. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1987.

LEMLE, Miriam. **Heterogeneidade dialetal**: um apelo à pesquisa. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro v. 53, n. 4, p. 60-94, abr./set. 1987.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola?** São Paulo: Mercado das Letras, 1996.

SCLIAR-CABRAL, L. **Princípios do sistema alfabético do português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 8ª Ed. São Paulo: Ática, 2002.

CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA PARA A EDUCAÇÃO

META

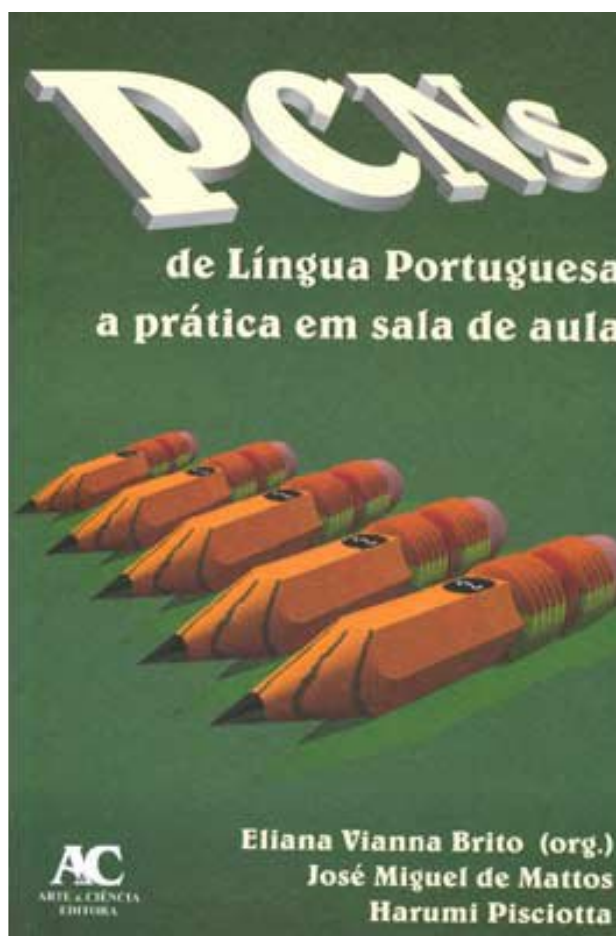
Apresentar os pressupostos sociolinguísticos presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

OBJETIVOS

Identificar os princípios norteadores da Sociolinguística presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs);
incorporar os resultados obtidos nas investigações Sociolinguísticas na prática pedagógica.

PRÉ-REQUISITOS

“Folhear” os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa.



(Fontes: <http://is8.com.br>)

INTRODUÇÃO

As discussões em torno da política linguística, mais precisamente do eixo voltado para o ensino de língua materna, e dos direitos linguísticos, na perspectiva do direito do falante usar e ter respeitada as variedades de sua comunidade de fala, leva-nos a buscar amadurecer a reflexão sobre variação e ensino, focando como a política educacional vem absorvendo o resultado das pesquisas na área. Você certamente já ouviu falar dos Parâmetros Curriculares Nacionais, muito conhecidos por sua sigla: PCNs. Os PCNs são documentos institucionais do Ministério da Educação com orientações, referenciais para a educação, pautados na transversalidade e com o objetivo de contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos, autônomos e participativos. Os PCNs dão diretrizes sobre o que e como ensinar nas diversas áreas do conhecimento. Há muitas críticas aos PCNs, sobre o modo como foram elaborados, sobre a sua potencialidade e difusão, sua intenção, entre outras mais específicas de cada área do saber. Na área de Língua Portuguesa, há uma mistura de teorias que são, por definição, imiscíveis. Por outro lado, há um endeusamento dos PCNs, que, muitas vezes, são colocados equivocadamente como marco nos estudos linguísticos (na verdade, os PCNs são apenas decorrência dos estudos linguísticos). Fale-se bem, fale-se mal, sempre falamos em PCNs.

Nesta aula, vamos conhecer os pressupostos sociolinguísticos que estão presentes nos PCNs de Língua Portuguesa e Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, e que se manifestam nos conceitos de diversidade e de variedade, bem como a noção de competência comunicativa, presentes ao longo destes documentos.

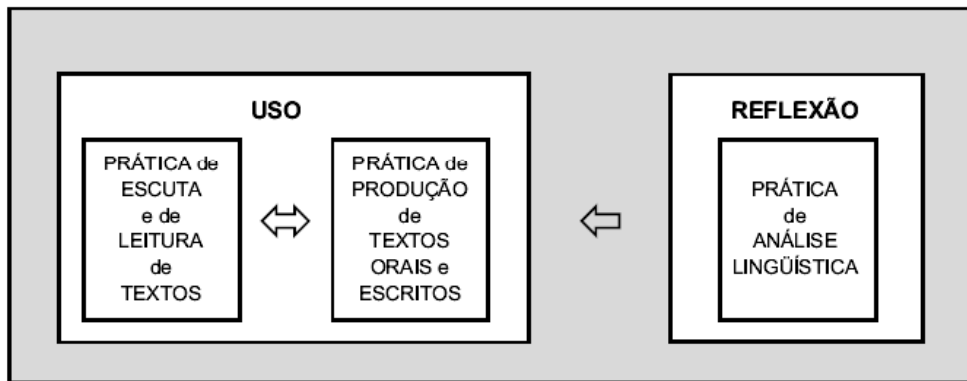


The screenshot shows the official website of the Ministry of Education (MEC) of Brazil. The header includes the logo of the Ministry and the slogan 'UM PAÍS DE TODOS'. The main navigation menu on the left lists various user groups: Professores/Diretores, Estudantes, Pais e familiares, Governo, IES, Mobilização Social, Imprensa, Fornecedores, and Serviços. The main content area is titled 'Secretaria de Educação Básica' and features a search bar and a list of publications. The list includes 'Volume 01 - Introdução aos PCNs', 'Volume 02 - Língua Portuguesa', 'Volume 03 - Matemática', 'Volume 04 - Ciências Naturais', 'Volume 05 - Geografia', and 'Volume 06 - História'. A note indicates that the electronic version of these materials is available for download in PDF format, requiring Adobe Acrobat Reader.

Portal do MEC onde podem ser encontrados os Parâmetros Curriculares Nacionais.
(Fontes: <http://portal.mec.gov.br>)

OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA

Antes de entrar efetivamente nas contribuições da sociolinguística para o ensino de língua materna, vamos (re)lembrar o que preconizam os PCNS. Na disciplina Língua Portuguesa, os conteúdos contemplados dividem-se em: (i) uso da língua oral e escrita, que incorpora práticas de escuta e de leitura e práticas de produção de textos orais e escritos; e (ii) reflexão sobre a língua e a linguagem, que incorpora práticas de análise linguística. O ensino dos conteúdos deve levar em conta a articulação entre (i) e (ii), de forma que sejam vistos como uma totalidade. Essa totalidade de que estamos falando pode ser visualizada no quadro abaixo (BRASIL, 1998b, p. 35):



O quadro mostra que a análise linguística (ou seja, a reflexão sobre a língua nos seus diferentes níveis: fonológico, morfológico, sintático, semântico-pragmático) não está desvinculada das habilidades de escuta/fala/leitura/escrita, pois o uso linguístico – que se dá através de textos e não de palavras ou frases isoladas – fornece material para análise de diferentes fenômenos linguísticos; a análise linguística, por sua vez, realimenta as práticas de uso. Tendo como unidade central o texto, e a partir do eixo USO → REFLEXÃO → USO, é que são pensadas as práticas pedagógicas e os diferentes conteúdos a serem trabalhados nas aulas de língua.

Como documentos norteadores do ensino de língua portuguesa – entendida aqui como a língua materna dos brasileiros, os PCNs definem como objetivo desta disciplina o seguinte:

Espera-se que o aluno amplie o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania (BRASIL, 1998b, p.32).

Como se pode perceber, em termos mais amplos, os PCNs focam o ensino de língua portuguesa como ferramenta para a formação do sujeito-cidadão. Em relação à linguagem, ainda segundo os PCNs, a escola deve ofe-

recer condições para que o aluno desenvolva seus conhecimentos, sabendo:

- a) ler e escrever conforme seus propósitos e demandas sociais;
- b) expressar-se adequadamente em situações de interação oral diferentes daquelas próprias de seu universo imediato;
- c) refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua. (BRASIL, 1998a, p.59)

Ora, como já vimos nas aulas anteriores, tais metas da escola estão alinhadas com os pressupostos da Sociolinguística. As duas primeiras – ler e escrever conforme seus propósitos e demandas sociais, bem como expressar-se adequadamente nas situações de interação oral diferentes daquelas próprias do seu universo particular – referem-se ao conceito de **adequação**, que vimos na aula 5. Tais metas podem ser comparadas com a metáfora de que a língua é como uma roupa, e que devemos escolher a mais adequada a cada situação. Estas metas são subjacentes a uma concepção de língua como sistema heterogêneo, ou melhor, língua dotada de heterogeneidade sistemática, na medida em que lidamos com a ideia de adequação. A terceira meta elencada foca especificamente a questão da diversidade linguística, com ênfase na reflexão, colocada como estratégia de combate ao preconceito, estigma e discriminação, que são, pois, conceitos advindos da Sociolinguística.

Os PCNs para o ensino médio Linguagens, códigos e suas tecnologias (1998c) enfatizam que o ensino da língua materna deve considerar a aquisição e o desenvolvimento de três competências, que devem ser acionadas na resolução de situações-problema: interativa (que envolve atividades de interlocução, sendo importante ter consciência do papel social que cada um desempenha, do lugar de onde se fala, sobre o que se fala, a quem se dirige); textual (que diz respeito à capacidade de entender e produzir textos dos mais variados tipos/gêneros); e gramatical (que envolve conhecimentos sobre a estrutura da língua, o domínio de suas regras de funcionamento nos níveis fonológico, morfológico, sintático, lexical).

Assim, os PCNs preconizam as práticas sociais, ou seja, as situações reais de interação, como condição para que se dê o ensino da língua, já que esta funciona para as pessoas interagirem socialmente; uma concepção de língua heterogênea, historicamente situada, que está sujeita a variações e mudanças; um trabalho pedagógico que contemple, de maneira articulada, usos linguísticos (ouvir-falar, ler-escrever) e reflexão sobre a língua(gem); o uso da língua adequado aos propósitos comunicativos e demandas sociais; e o combate ao preconceito linguístico.

A variação social também carrega marcas identitárias e se manifesta nas diferentes normas: a norma culta é usada pelas pessoas mais diretamente relacionadas com a cultura escrita que é historicamente legitimada (pessoas com alto grau de escolarização), ao passo que as normas ou variedades não

padrão são utilizadas por indivíduos não escolarizados ou pouco escolarizados.

As variedades culta e não padrão usualmente refletem as diferenças sociais dos falantes. A norma culta, vista por muitos como o “falar corretamente”, é considerada uma via de ascensão social. Quem não domina a variedade padrão da língua é marginalizado, ridicularizado, enfim, excluído: em uma entrevista para emprego, na escola, no vestibular. Porém, o domínio e o uso da variedade culta ficam restritos a uma parte muito pequena da população brasileira, que, não por coincidência, é a detentora do poder político e econômico. Vimos, na aula 7, que o fenômeno do rotacismo (a troca do /l/ pelo /r/ nos encontros consonantais, como em chicrete, broco, pranta, ao invés de chiclete, bloco, planta), costumam ser associado a comunidades rurais e são estigmatizadas. Entretanto, trata-se de variantes linguísticas de milhares de brasileiros falantes das variedades não padrão, a “classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite”, para quem a fonética da norma culta é como a de uma língua estrangeira (BAGNO, 2001, p. 42).

Casos deste tipo costumam provocar reações de preconceito linguístico, principalmente naquelas pessoas que se situam nos pontos mais altos na pirâmide social, ou seja, que pertencem a um nível socioeconômico mais alto e que dominam a variedade culta da língua. O preconceito linguístico se manifesta em comentários do tipo: “Fulano fala errado”, “Fulano não sabe falar direito”, “A fala de fulano é feia”... A isso se chama valor social das formas variantes. A fala (ou escrita) é avaliada ou julgada em função do status social dos indivíduos que a utilizam, e não pelas características linguísticas em si.

Como vimos na aula 5, no que diz respeito às variedades linguísticas, é papel da escola ensinar a ‘norma culta’ da língua, que é a variedade de prestígio na sociedade. Entretanto, a variedade linguística que o aluno traz de casa nunca deve ser desconsiderada e tachada de “erro”. O que os professores devem fazer é considerar os diferentes níveis de conhecimento prévio que os alunos apresentam e promover a ampliação desses conhecimentos, criando situações comunicativas diferenciadas para que os alunos estendam gradativamente o conhecimento linguístico já adquirido. Muitas vezes as diferenças entre as variedades dos alunos e a variedade da escola são tão grandes que parece estarmos diante de duas línguas diferentes.

Um ensino de língua baseado na gramática normativa tradicional prega que o desvio à regra está errado e deve ser corrigido. Ou seja, a fala que não segue as regras normativas deve ser substituída por outra. É como se considerássemos o aluno como um “deficiente linguístico”, estigmatizando seu modo de falar. O resultado disso é que os alunos muitas vezes se calam na sala de aula por se sentirem rejeitados e excluídos...

Os PCNs apregoam o contato do aluno com a língua em funcionamento nas mais diferentes situações comunicativas. Tem a ver com o que

há de comum nos usos linguísticos de diferentes grupos sociais. Por isso, em sociedades diversificadas como a nossa, existem várias normas, como por exemplo: a norma linguística dos pescadores de determinada região, a norma linguística das comunidades rurais, a norma linguística dos grupos de jovens urbanos, etc. A norma funciona como um fator de identificação de cada grupo social. Formulam-se, então, regras descritivas a partir do uso (e não o inverso, como acontece com as gramáticas ditas tradicionais). É dessa noção de norma linguística que deriva o conceito de “norma culta”, vista como uma variedade da língua portuguesa e não como a língua propriamente dita.

A escola deve ensinar a norma culta, mas também preservar a identidade linguística e cultural dos alunos. Assim, estará ampliando a competência sociocomunicativa dos alunos, que aprendem a usar uma variedade ou outra de acordo com as situações de interação. No caso de contextos mais formais e públicos, é a variedade padrão que é requerida. No caso de contextos menos formais e familiares, a variedade não-padrão é adequada.

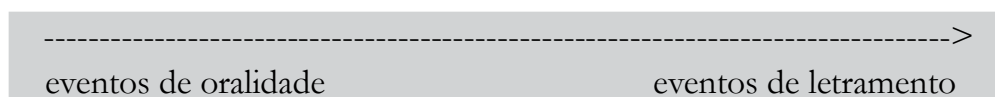
Ainda no que diz respeito à exposição a diferentes situações de uso linguístico, temos que reconhecer a variação estilística, sujeita aos ‘papéis sociais’ que as pessoas desempenham nas interações que se estabelecem em diferentes ‘domínios sociais’: no lar, na escola, na igreja, com os amigos, no trabalho, etc. Os papéis sociais que desempenhamos vão se alterando conforme vão trocando as situações comunicativas (entre pais e filhos, patrão e empregado, professor e aluno, etc). Esses papéis sociais são “um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais [...] e são construídos no próprio processo da interação humana” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 23). Em situações comunicativas que exigem maior formalidade, usamos uma linguagem mais cuidada e elaborada, ou mais monitorada; em situações familiares e informais, usamos uma linguagem coloquial, menos monitorada. Temos assim um registro formal e um registro informal. Na verdade, mais do que dois modos que se opõem, temos graus de formalidade que permeiam as situações cotidianas de interação.

Existem ainda variações que são decorrentes da modalidade oral/escrita da língua, cujos contextos de produção são diferentes quanto ao tipo e tempo de processamento das informações, e quanto ao grau de dependência contextual, como vimos na aula 8. Em função dessas condições, o uso dos recursos gramaticais costuma ser diferenciado: construções mais fragmentadas, com maior uso de coordenação e justaposição de elementos na fala; e construções sintaticamente mais integradas, com maior uso de subordinação, de conectores diversificados, enfim, com maior aproximação à norma culta, na escrita. É na fala que se manifesta mais claramente a propriedade de variação inerente da língua.

Na verdade, não existem fronteiras rígidas, nem entre as variedades padrão

e não-padrão, nem entre as modalidades oral e escrita da língua. Bortoni-Ricardo (2004, p.61) propõe que pensemos na ideia de um contínuo (a autora propõe três: contínuo de urbanização, contínuo de oralidade-letramento e contínuo de monitoração estilística), representado numa linha imaginária que tem, localizada em cada extremidade, uma certa variedade ou modalidade. Estudando as interações em sala de aula, a autora trabalha com as noções de “evento de oralidade” e “evento de letramento”, representados sob a forma de contínuo no quadro 6:

Quadro 7: Contínuo oralidade-letramento (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 62)



No caso da sala de aula, por exemplo, um evento de letramento pode ser permeado de eventos de oralidade. Os eventos de letramento são mediados pela língua escrita (exposição de um conteúdo a partir de um roteiro escrito, fala simultânea à escrita no quadro-de-giz, aula de leitura, ditado, etc). Já os eventos de oralidade são intervenções curtas do professor, brincadeiras motivadoras, ou seja, situações de interação não mediadas pelo texto escrito (ex.: “Abram o livro na página tal”, “Vamu ficar quietos”, etc) (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 26).

Toda a explanação feita sobre os PCNs e o ensino de língua portuguesa culmina com o conceito de competência (sócio) comunicativa. Esse conceito é didaticamente explorado por Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004), no capítulo 6 do livro “Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula”. A autora sumariza a questão do seguinte modo (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 78):

Todo falante nativo de uma língua, por volta de 7, 8 anos, já internalizou as regras do sistema de sua língua, regras que lhe permitem produzir sentenças bem formadas naquela língua, o que não acontece com o falante estrangeiro que produz sentenças agramaticais, isto é, que não estão perfeitamente de acordo com o sistema da língua estrangeira.

Como a língua é um fenômeno social, cujo uso é regido por normas culturais, além de ter domínio das regras internas da língua, os falantes têm de usá-la de forma adequada à situação de fala.

No desempenho dos papéis sociais, os indivíduos transitam por espaços sociolinguísticos em que têm de dominar certos usos especializados da língua.

O falante tem de dispor em seu repertório de recursos comunicativos que lhe permitam desempenhar-se com adequação e segurança nas mais diversas situações.

Grande parte dos recursos comunicativos que compõem o seu repertório é adquirido espontaneamente, no convívio social; mas para o de-

sempenho de certas tarefas especializadas, especialmente as relacionadas às práticas sociais de letramento, o falante necessita desenvolver recursos comunicativos, de forma sistemática, por meio de aprendizagem escolar.

A tarefa educativa da escola, em relação à língua materna, é justamente criar condições para que o educando desenvolva sua competência comunicativa e possa usar, com segurança, os recursos comunicativos que forem necessários para desempenhar-se bem nos contextos sociais em que interage.

Como preconizam os PCNs, ensinar língua portuguesa – língua materna – é instrumentalizar o aluno para o exercício da cidadania. E a Sociolinguística desempenha significativo papel nesta empreitada, na medida que traz os conceitos de diversidade e variedade, os quais permitem que o aluno amplie sua competência sociocomunicativa e torne-se cidadão.

CONCLUSÃO

Toda educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz da linguagem que satisfaça necessidades pessoais – que podem estar relacionadas às ações efetivas do cotidiano, à transmissão e busca de informações, ao exercício da reflexão (BRASIL, 1998b, p. 30).

A proposta dos PCNs – de que o aluno amplie suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania; de que leia, escreva e se expresse oralmente conforme as demandas sociais; de que reflita sobre os fenômenos da linguagem, combatendo preconceitos; de que desenvolva as competências interativa, textual e gramatical – encontra ressonância no discernimento das diferentes concepções de língua, norma e gramática, com ênfase à concepção de língua como atividade social, de língua como sistema heterogêneo historicamente situado (em que as variantes linguísticas são carregadas de significado social), de gramática descritiva funcional, de norma como resultado de regras de comportamento de grupos sociais.

RESUMO

O nosso propósito nesta aula foi o de propiciar a reflexão sobre a contribuição da Sociolinguística para a educação. Para tanto, expusemos os pressupostos sociolinguísticos que orientam os PCNs de Língua Portuguesa e Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, e que se manifestam nos conceitos de diversidade e de variedade, bem como na noção de competência comunicativa, presentes ao longo destes documentos. Vimos que os PCNs preconizam as práticas sociais, ou seja, as situações reais de interação, como condição para que se dê o ensino de língua; uma concepção de língua heterogênea; um trabalho pedagógico que contemple usos linguísticos e reflexão sobre a língua; o uso da língua adequado aos propósitos



comunicativos e demandas sociais; e o combate ao preconceito linguístico. Sendo assim, é visível a relação da Sociolinguística com os propósitos dos PCNs, pois ambos veem como tarefa do educador, no que se refere ao ensino de língua materna, criar condições para que o aluno desenvolva sua competência linguística e possa usar no contexto de interação recursos que lhes sejam necessários. Ao se pensar a questão da educação em língua materna, podemos vê-la como uma atividade, um trabalho entre sujeitos (educador – educando) por meio do qual instrumentaliza o aluno para o exercício da cidadania, como preconizam os PCNs. Assim, a Sociolinguística desempenha significativo papel nesta empreitada, na medida em que traz os conceitos de diversidade e variedade, os quais permitem que o aluno amplie sua competência sociocomunicativa e torne-se cidadão.

ATIVIDADES

1. Esta atividade envolve todos os conceitos trabalhados até então, por isso, é interessante reler as aulas anteriores para rememorar alguns conceitos. Procure a proposta pedagógica de uma escola. Pode ser a escola onde você estudou, ou onde você trabalha, ou a mais perto de sua casa. A proposta pedagógica é um documento público, ao qual todos devem ter acesso.

De posse deste documento, faça uma leitura atenta e tente identificar as influências advindas da Sociolinguística. De que forma os conceitos de diversidade e de variedade, preconizados pelos PCNs, são implementados na proposta pedagógica da escola? Como a proposta pedagógica lida com a noção normativa da língua? Qual a concepção de gramática subjacente à proposta pedagógica?

Se houver oportunidade, converse com os professores de língua portuguesa, com os coordenadores pedagógicos, sobre as potencialidade e dificuldades de se trabalhar com os conceitos sociolinguísticos na sala de aula.

PRÓXIMA AULA

Para finalizar nossa disciplina, veremos, na próxima aula, Política e planificação linguística, como as ações do governo podem interferir nas relações linguísticas de uma nação.





AUTOAVALIAÇÃO

Após esta aula, sou capaz de identificar os princípios sociolinguísticos que estão presentes nos manuais e documentos de referência do ensino de Língua Portuguesa? Faça as atividades. Consigo ler os PCNs, agora com a lente sociolinguística, tentando identificar os conceitos que estudamos nestes documentos que orientam a prática pedagógica no Brasil? Em caso de dúvida, não deixe de procurar ajuda com a tutoria.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico – o que é, como se faz**. 7 ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998b.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998c.

POLÍTICA E PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA

META

Apresentar o campo da política e planificação linguística.

OBJETIVOS

Refletir sobre as ações políticas que envolvem línguas;
analisar as ações de planificação linguística que culminaram na hegemonia do português como língua oficial do Brasil;
identificar as ações de planificação linguística mais recentes no Brasil.

PRÉ-REQUISITOS

Folhear um exemplar da Constituição Brasileira de 1988 em busca da legislação sobre língua no Brasil.

A partir de 1938, no governo Vargas, foram promulgados vários decretos-leis que visavam diminuir a influência estrangeira no Brasil, tais como a obrigação do ensino de português nas escolas e de que as escolas tivessem nomes brasileiros.

(Fontes: <http://upload.wikimedia.org>)



INTRODUÇÃO

Vamos, nesta última aula da disciplina Sociolinguística, adentrar em um campo um pouco relegado da disciplina, mas que é muito importante para que tenhamos uma compreensão ampla da dinâmica das relações entre língua(s) e sociedade. Trata-se da política e da planificação linguística. Certamente, em algum momento da vida, você já se questionou sobre por que falamos “português” e não “brasileiro”. Ora, se quem nasce na França fala francês, quem nasce na Itália fala italiano, por que quem nasce no Brasil não fala brasileiro? Esta e outras questões serão vistas nesta aula, sob a ótica da política e da planificação linguística.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

[CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988](#)

[Emendas Constitucionais](#)

[Emendas Constitucionais de Revisão](#)

[Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#)

[Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º](#)

[ÍNDICE TEMÁTICO](#)

[Texto compilado](#)

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

Site do Planalto que disponibiliza a Constituição Brasileira de 1988, na qual consta a língua portuguesa como língua oficial.
(Fontes: <http://www.planalto.gov.br>)

POLÍTICA E PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA

Moçambique é um país da costa oriental africana com cerca de 19,2 milhões de habitantes. Tem como língua oficial, definida na Constituição, o português. Entretanto, em recenseamento realizado em 1997, o português é língua materna de apenas 6% da população! A Constituição garante que “O Estado valoriza as línguas nacionais e promove o seu desenvolvimento e uso crescente como línguas veiculares e na educação dos cidadãos” (art. 5º). Mas se só 6% da população fala português, como eles se comunicam? Assim em outros países africanos, a população de Moçambique é formada por diferentes clãs e tribos, oriundas basicamente dos bantus. Cada clã ou tribo traz consigo a sua variedade linguística. Em Moçambique, são usadas as línguas cicopi, cinyanja, cinyungwe, cisena, cisenga, cishona, ciyao, echuwabo, ekoti, elomwe, gitonga, maconde, kimwani, macua, memane, suaíli, suazi, xichangana, xironga, xitswa e zulu, entre outras. O português é, pois, a 2ª língua da maioria da população, e seu domínio garante acesso a benefícios socioeconômicos.



Fonte: <http://www.frsp.org>

Certamente a pluralidade de línguas traz alguns transtornos político-administrativos. Você já pensou no custo, por exemplo, em uma campanha de vacinação, de se fazer anúncios veiculados na mídia em mais de 20 línguas? E você já pensou na exclusão gerada pelo fato de, como a língua oficial do país ser o português, todos os documentos oficiais do país serem em português? Quem não domina a língua fica às margens da sociedade, o que pode levar a conflitos, reivindicações pelo direito linguístico.

Agora pensemos no Brasil, um país com dimensões continentais e que tem 10 vezes a população de Moçambique. Quantos brasileiros você conhece que não falam o português? Certamente nenhum, ou um ou dois. Seja quantos forem, não será um percentual expressivo. Será que isto é obra do acaso? Ou da força dos portugueses no momento da colonização? Não! Trata-se de efeito de uma planificação linguística.

Calvet (2007) distingue política linguística – conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social – de planejamento [planificação] linguístico – implementação prática de uma política linguística. A planificação linguística se refere a um projeto linguístico coletivo, pois tem como meta a harmonização linguística. Normalmente, a planificação decorre de um esforço conjunto para o estabelecimento de uma política linguística. A planificação linguística é mais saliente em países com mais de uma língua reconhecida como oficial, como em Moçambique, ou em situações de conflitos étnicos (e por consequência, linguísticos, como os bascos na Espanha). Por isso, a planificação linguística é regulamentada pelas disposições jurídicas que, em matéria de língua, acabam por se constituir em um conjunto de regras legisladoras: leis e decretos.

No cenário brasileiro, não temos conflitos linguísticos tão salientes (casos pontuais, em situações fronteiriças, como o descrito por Dalinghaus e Pereira (2009)), mas podemos elencar uma série de medidas e atitudes que indiciam uma política linguística no Brasil. Vejamos o dispositivo legal que regulamentam língua no Brasil: a Constituição Brasileira de 1988. O

artigo 13 da atual Constituição diz: “A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”. Foi somente em 1988 que o português teve este reconhecimento legal. Antes disso não tínhamos língua? Claro que sim. Ocorre que o português era reconhecido tacitamente como língua oficial do Brasil, sem que um documento oficializasse este fato. Era até então – e continua sendo – em português que os atos oficiais são editados.



Constituição

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

Fonte: <http://ambiental.files.wordpress.com>

Qual a língua oficial dos Estados Unidos? Certamente todos responderão que é o inglês. Mas isto não é celebrado pela constituição americana, que delega esta tarefa a cada Estado federado. Ninguém tem dúvidas de que o inglês é língua oficial dos Estados Unidos, ainda que não haja um documento formal para respaldar esta informação.

Alguns estados americanos oficializaram um segundo idioma oficial: Havaí (havaiano – língua autóctone), Luisiana (francês) e o Novo México (espanhol). Mas o espanhol, em função do contingente de imigrantes, é uma ameaça à hegemonia do inglês na sua dita “terra”. Voltando ao Brasil, a Constituição estabelece que “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas

maternas e processos próprios de aprendizagem” (art. 210, §2º).

Ora, não podemos nos esquecer de que quando os portugueses chegaram ao Brasil se depararam com um cenário linguístico variado.

A Constituição reconhece, ainda, aos autóctones “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (art. 231). Indo além do problema dos povos autóctones, o art. 216 inclui “as formas de expressão” dentre os bens “portadores de referência à identidade, à ação, à memória diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” que formam o “patrimônio cultural brasileiro”.

Assim, apesar de determinar que atos oficiais sejam editados e que o ensino fundamental seja ministrado em língua portuguesa, não há um fechamento do sistema, com a proibição da adoção de outras línguas que expressem a identidade local.

Convém salientar que estes artigos da Constituição de 1988 são emendas, pois a versão original excluía e marginalizava as populações autóctones, não reconhecendo as línguas indígenas. Línguas como tupi, bororo, arawá, kariri, lakú, o famoso e polêmico pirahã, nambikuara, entre outras centenas, seriam excluídas legalmente se não fossem as emendas propostas.

A proteção das línguas tradicionais e a inclusão das formas de expressão no conceito de “patrimônio cultural brasileiro” resultam em uma abertura que viabiliza uma possível adoção pela União, por legislação infraconstitucional, de outras línguas concomitantemente, bem como fundamenta essa adoção por Estados e Municípios, desde que a língua oficial também continue sendo utilizada nos atos oficiais. Voltaremos a esta questão na seção 4, ao falarmos de Libras. Antes, porém, faremos uma retrospectiva a dois momentos em que a política linguística no Brasil foi evidente: a proibição da língua geral, em 1759, e a proibição de línguas estrangeiras no Estado Novo.

Leia o texto A língua portuguesa no Brasil (GUIMARÃES, 2002)

A LÍNGUA GERAL

Ao aportarem em terras brasileiras, os portugueses encontraram muito mais do que uma exuberante e farta natureza. Encontraram também um universo de 170 línguas indígenas, as línguas brasileiras autóctones, identificadoras de mais de 180 nações indígenas, com uma população de mais de 220 000 índios que sobreviveram e sobrevivem ao processo etnocida e glotocida, que desde o século XVI segue e persegue o avanço da língua portuguesa. (MATTOS E SILVA, 1988, p. 17).

Você já ouviu as palavras **suicídio e homicídio**, e deve saber que o radical latino comum a ambas significa “assassinato”. Etnocídio refere-se ao assassinato de uma etnia, nação (também se usa, neste caso, genocídio).

E glotocídio? É o assassinato de uma língua. Vamos recordar um pouquinho da História do Brasil – não é uma aula de História – e recapitular alguns fatos que ajudarão a entender o processo glotocida das línguas autóctones brasileiras.

Para não perder a nova terra, Portugal precisava tomar posse, dominá-la, a fim de garantir os recursos. Para tanto, seria importante contar com o apoio da população autóctone. É nesse contexto que vêm os jesuítas ao Brasil, a convite da Coroa Portuguesa. Os jesuítas eram padres da Igreja Católica que faziam parte da Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada em 1534 no contexto da Contra-reforma, a fim de tentar refrear e barrar o avanço do protestantismo no mundo. Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil no ano de 1549, com a expedição de Tomé de Souza. Seus objetivos eram levar a fé cristã às regiões recém-descobertas, no século XVI, catequizando os índios, ensinando a língua portuguesa e o catolicismo, por meio da construção e de escolas católicas. Logo perceberam que, para ensinar a fé cristã e a língua portuguesa, teriam que conhecer minimamente as línguas que os índios falavam.

À época do descobrimento, o tupi era a língua com maior abrangência dentre o universo autóctone. O jesuíta José de Anchieta descreveu esta língua em “Arte da Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil”, a qual serviu de base para a elaboração de catecismo e outros instrumentos linguísticos na tentativa de imbuir de fé cristã o povo autóctone. Derivada do tupi surgem as línguas gerais, uma espécie de língua franca, uma língua falada pelas diversas tribos indígenas, como meio de comunicação comum, e posteriormente, pelos portugueses, tanto nas relações com índios como nas relações domésticas, dados os casamentos interétnicos. Os escravos africanos, também oriundos de diferentes etnias, aumentaram o contingente de falantes da língua geral. Aos poucos, o uso desta língua geral intensificou-se e no século XVII era de domínio de quase toda a população da colônia.

Mudanças político-econômicas no velho mundo fazem com que a relação entre a Coroa Portuguesa e a Companhia de Jesus não seja a mesma. Temendo a constituição de um estado jesuítico com língua própria em terra brasileiras, o ministro do rei D. José I, o Marquês de Pombal, expulsa os jesuítas e decreta a Lei do Diretório dos Índios (1757), instrumento que converte os índios e institucionaliza o português como o seu idioma, proibindo o uso da língua geral. Assim, a língua portuguesa foi se consolidando a partir da segunda metade do século XVIII, com a proibição do uso da língua geral e ensino sistemático da língua portuguesa nas escolas. O português ganhou o reconhecimento de língua nacional devido à sua difusão por todo o território brasileiro.

Porém, mesmo após a proibição do uso da língua geral, durante todo o século XVIII, a colônia ainda falava duas vezes mais a dita língua geral do que o português. O português era, por lei, a língua que regia a administração e o

comércio; a língua geral ainda se conservou como a língua do cotidiano, da vida privada. Entre fins do século XVIII e início do século XIX, o português falado no Brasil foi impondo-se sobre as línguas gerais, consolidando o glotocídio autóctone.

Atualmente, ainda se falam línguas gerais no Brasil. O nheengatu, uma língua geral, é cooficializado em São Miguel da Cachoeira (AM), juntamente com o tukano e baniwa (Lei Municipal 145/2002). No Paraguai, juntamente com o espanhol, o guarani – uma língua geral – é língua oficial do país. Cerca de 90% da população paraguaia é bilíngue; é, pois, efeito de uma política linguística diferente da implementada no Brasil, que aniquilou a língua geral.

O ESTADO NOVO E AS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

O período do governo do presidente Getúlio Vargas conhecido como Estado Novo foi marcado pela exacerbação nacionalista. E do ponto de vista sociolinguístico, foi marcado pela intervenção do Estado na política linguística do Brasil.

Getúlio Vargas foi presidente do Brasil em dois momentos, em 1934-1945 e em 1951-1954. No primeiro período de sua presidência, o mundo era palco de um conflito local que tomara proporções globais: a 2ª Guerra Mundial. O nazifascismo imperava, impondo forte sentimento nacionalista e centralização do poder pelo Estado. O governo de Getúlio Vargas coadunava com esta ideologia, manifestada principalmente pelo antissemitismo (recusa de visto de entrada a imigrantes de origem judaica e perseguição de judeus foram fatos correntes no governo Vargas deste período). Em 1937, a concentração do poder no Executivo Federal e o apoio militar propiciaram o golpe político de Getúlio Vargas, instaurando o Estado Novo, um dos períodos mais autoritários e violentos da nossa história.

A nova Constituição de 1937, de inspiração fascista, suspende os direitos políticos, abole os partidos e as organizações civis e fecha todas as instâncias do Legislativo. É, pois, um período de ditadura. Focando para o assunto de nossa aula, a ação política do governo de Getúlio Vargas no Estado Novo tinha como objetivo forjar uma identidade nacional através da contribuição formativa das escolas. Mais especificamente no campo das línguas, suas ações visavam impacto sobre grupos organizados em comunidades vistas como estrangeiras, levando a tensão entre a questão da cidadania nacional idealizada pelo governo e a identidade étnica particular nas colônias de imigrantes.

A campanha de nacionalização do Estado Novo visava diminuir a influência das comunidades de imigrantes estrangeiros no Brasil e forçar sua integração à população brasileira. A partir de 1938, vários decretos-lei foram promulgados para implementar estas ações, tais como a obrigação do ensino do português e de que as escolas tivessem nomes brasileiros;

somente brasileiros natos poderiam ocupar os cargos de direção nas escolas e os professores deviam ser brasileiros natos ou naturalizados, formados por escolas brasileiras. Ficavam proibidas as aulas em outros idiomas que não fossem o português. Tais medidas influenciaram diretamente as comunidades de imigrantes alemães, italianos e poloneses, no sul do Brasil, além das comunidades japonesa e judaica. O Brasil, no século XIX e início do século XX, recebeu um contingente significativo de imigrantes, cujas comunidades resguardavam e perpetuavam a cultura de suas nações. Tais comunidades não só faziam uso cotidianamente, mas mantinham um sistema de ensino e editavam jornais e revistas no vernáculo de sua etnia. Tais práticas eram contrárias ao ideal nacionalista impetrado por Vargas e tinham, portanto, de ser coibidas.

Em 1939, o cerco aos antinacionalistas se fecha. Fora proibido falar idiomas estrangeiros em público, inclusive em cerimônias religiosas, fato corriqueiro nas comunidades: ficou a cargo do Exército fiscalizar as zonas de colonização estrangeira. As associações culturais e recreativas tiveram de encerrar todas as atividades que pudessem estar associadas a outras culturas.

A ação do Estado Novo atingia os meios de comunicação, impondo censura à imprensa de língua estrangeira. Os periódicos das comunidades, em sua língua, precisavam ter uma versão em português e contar com um redator brasileiro, a cargo da censura. Por fim, estas publicações desapareceram. Nomes de ruas, praças, estabelecimentos comerciais também tiveram que se adaptar às novas leis. Você conhece o time de futebol paulista Palmeiras? Trata-se de uma agremiação de imigrantes italianos que, na época do Estado Novo, se chamava Palestra Italia e teve que se adaptar à política de nacionalização de Getúlio Vargas, mudando seu nome para Palmeiras.

O Grupo de Pesquisa História do Ensino das Línguas no Brasil – GPHELB <<http://www.ufs.br/grupos/gphelb/>>, no âmbito da Universidade Federal de Sergipe, tem desenvolvido investigações acerca do processo de institucionalização do ensino de línguas e de suas respectivas literaturas no Brasil, bem como de sua configuração como disciplina escolar e acadêmica. E o Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Lexicologia – GIPLEX, investiga a relação entre léxico e ensino de português como língua estrangeira.

O ano de 1942 é marcado pela oficial entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, e a repressão linguística se acentuou: livros, revistas, jornais e documentos redigidos em língua estrangeira foram apreendidos e destruídos. A deposição de Vargas em 1945 põe fim no Estado Novo, mas não cessa os efeitos da política nacionalista nas línguas faladas no Brasil: com a destruição dos documentos escritos em língua estrangeira fora destruída a memória da imigração no Brasil. Em muitas comunidades, entre os mais velhos, ainda

vigora o medo de falar a sua língua frente a estranhos, resistência imposta pelas ações coercitivas de Getúlio Vargas.

Passado este período de repressão linguística, o mundo globalizado, hoje, estimula o ensino plurilíngue. Vejamos na seção a seguir ações mais recentes em termos de política linguística do Estado brasileiro.

LIBRAS E ESPANHOL POR DECRETO

Vimos, até agora, ações a fim de coibir línguas no Brasil. Vejamos, então, dois casos que podem ser considerados como imposições de língua estrangeira. O primeiro deles se refere ao ensino de uma língua estrangeira moderna na Educação Básica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regula o sistema educacional brasileiro de acordo com os princípios definidos na Constituição. Na disciplina Linguística Aplicada, você viu um retrospecto das LDBs brasileiras, especificamente no que diz respeito ao ensino de língua materna. No que diz respeito à língua estrangeira, o art. 26, § 5º da LDB de 1996 dispõe que

Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

Quanto ao Ensino Médio, o art. 36, inciso III, estabelece que será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das possibilidades da instituição.

Assim, depreendemos que o ensino de uma língua estrangeira é obrigatório em ambos os níveis de ensino (no 2º ciclo da Educação Básica e no Ensino Médio) e uma segunda língua estrangeira pode ser ofertada, em caráter optativo, para o Ensino Médio. Leia e releia os dispositivos: em nenhum momento fala-se em qual língua estrangeira. Pode ser inglês, francês, espanhol, alemão, italiano, japonês..., cuja escolha fica a cargo da comunidade escolar. Apesar de os cursos de Letras do Brasil formarem profissionais em diferentes habilitações – inclusive em línguas semíticas! –, a maioria das escolas, rede pública e privada, nas esferas municipal, estadual e federal, têm adotado a língua inglesa como a língua estrangeira moderna obrigatória do 2º ciclo da Educação Básica e do Ensino Médio. Não é objetivo desta aula adentrar no papel da língua inglesa na atualidade, mas não é necessário esforço para reconhecermos a sua importância.

A faculdade de escolha de qual língua estrangeira obrigatória seria ensinada é eliminada pela Lei nº 11.161/2005, que torna obrigatória a oferta do espanhol em todos os estabelecimentos de Ensino Médio do país e faculta essa oferta ao 2º ciclo da Educação Básica a partir de 2010. O art. 1º diz que “O ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola

e de matrícula facultativa para o aluno, será implantado, gradativamente, nos currículos plenos do Ensino Médio.” Ou seja, à escola, é obrigatório ofertar a língua espanhola. Assim, se a LBD dizia que no Ensino Médio o ensino de uma língua estrangeira moderna fosse obrigatória, esta, por conta da Lei nº 11.161/2005, passa a ser o espanhol. Os argumentos em favor da oferta obrigatória do espanhol como língua estrangeira moderna no Brasil giram em torno do Mercosul e a necessidade de promover a integração do Brasil com os países vizinhos hispanofalantes.

Outro caso de língua por decreto é Libras. Esforço da atuação da comunidade surda em busca de inclusão e cidadania, a Lei 10.346/02 reconhece Libras como língua no Brasil. O seu artigo 1º diz que “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.” Em nenhum momento a lei fala em língua oficial, ao par do português; Libras está ao mesmo nível das línguas indígenas no que tange aos dispositivos legais.

O parágrafo único do artigo 1º define “Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.”

Se você consultar a Constituição Brasileira, verá que em nenhum momento este documento define o que é o português. No caso de Libras, esta definição faz-se necessária porque esta língua é confundida com linguagem e mímica; Libras também não se resume a soletrar o português no alfabeto surdo. Trata-se de uma língua, assim como o português.

A Lei 10.346/02 é de 2002. Somente em 2005 é que, por meio do Decreto Presidencial nº 5.626, há diretrizes para que esta seja implementada. Os capítulos II e III deste decreto afetam diretamente os cursos de licenciatura.

CAPÍTULO II

DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos

demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

* * *

CAPÍTULO III

DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E DO INSTRUTOR DE LIBRAS

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;

II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;

III - professor ouvinte bilíngue: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

§ 2º A partir de um ano da publicação deste Decreto, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério.

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;

II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;

III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e

IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.

Apesar da lei ser de 2002 e o decreto ser de 2005, na Universidade Federal de Sergipe, somente em 2009 é que foram tomadas medidas para a implementação da disciplina Libras nos cursos elencados no Decreto nº 5.626, com a Resolução n. 84/2009/CONEP, de 27 de julho de 2009. Nesta Resolução, ficou definido que os pré-requisitos da disciplina Libras fossem eliminados, e que os Colegiados de Curso afetados diretamente pelo Decreto nº 5.626 teriam até um ano para adequar sua matriz curricular com a inclusão e oferta da disciplina Libras.

Vamos refletir sobre o ensino de Libras aqui na UFS (ou em outra universidade, pois o cenário parece ser o mesmo): Será que em uma disciplina de 60h, ou seja, 4 créditos alguém vai “aprender” Libras? A resposta é simples: alguém “aprendeu” inglês na disciplina de Inglês Instrumental? Certamente não. Mas se não é para aprender, então para que serve a disciplina? Para conscientizar os futuros professores sobre a importância de Libras no processo de inclusão social de surdos.

CONCLUSÃO

Nesta nossa última aula da disciplina Sociolinguística, vimos a questão da política e planificação linguística, e o quanto elas nos afetam. Vimos que o cenário sociolinguístico brasileiro de hoje vem de uma origem plurilíngue, que, por meio de intervenções do Estado, culminaram num resultado de aparente monolinguismo.

As ações de planificação linguística atuais visam à integração e à inclusão, com a obrigatoriedade do espanhol e de Libras.

RESUMO

O nosso propósito nesta aula foi o de propiciar a reflexão sobre a dinâmica das relações entre língua e sociedade, sob a ótica da política e planificação linguística. Vimos que a planificação linguística é a implementação prática de uma política linguística e que, normalmente, a planificação linguística é mais saliente em países com mais de uma língua reconhecida oficialmente. Também vimos que, no Brasil, embora não tenhamos conflitos linguísticos salientes, podemos elencar uma série de medidas e atitudes que indicam uma política linguística, ou seja, escolhas referentes às relações entre língua(s) e sociedade. Isso é confirmado pelo fato de que, quando os portugueses chegaram ao Brasil, tínhamos 170 línguas indígenas, dentre essas línguas a de maior abrangência era o tupi. Derivadas destas, emergem as línguas gerais – uma espécie de língua franca, utilizada pelas diversas tribos indígenas como meio de comunicação comum e, posteriormente, pelos portugueses. Essa situação permanece até o momento que o Marquês de



Pombal expulsa os jesuítas e decreta a Lei do Diretório dos Índios (1757), instrumento que proíbe o uso da língua geral nos espaços públicos da colônia. Também fizemos uma explanação sobre o Estado Novo, período conhecido pela exacerbação nacionalista e, do ponto sociolinguístico, foi marcado pela intervenção do Estado na política linguística do Brasil, com a proibição de qualquer meio de divulgação de língua estrangeira em nosso país. Mais recentemente, as ações de planificação linguística no Brasil se consolidam com a imposição do espanhol como língua estrangeira moderna obrigatória e a obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de formação de professores. Em suma, vimos que o monolinguismo (língua portuguesa) do Brasil é resultante de ações de política e planificação linguística.

ATIVIDADES

1. Se você tivesse a oportunidade de aprender uma outra língua, qual seria a língua que você escolheria? Que motivos você tem para escolher esta língua?
2. Procure um surdo que saiba Libras e converse com ele sobre a importância do reconhecimento desta língua e de seu ensino nos cursos de formação de professores.



COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

A escolha de uma segunda língua está sempre relacionada ao seu impacto e às oportunidades que o domínio desta língua possibilita, sejam profissionais, afetivas ou educacionais. Muitas pessoas escolhem aprender uma língua em função de pretender estudar ou trabalhar fora do seu país: aprender inglês para estudar ou trabalhar nos Estados Unidos. Outras pessoas escolhem aprender uma língua porque pretendem simplesmente viajar, conhecer melhor a cultura pátria daquela língua. Há aqueles que escolhem uma língua pensando na potencialidade de ensiná-la, tornarem-se professores daquele idioma, como acontecia tradicionalmente com o inglês e agora com o espanhol e a Libras, que, como vimos nesta aula, se tornaram obrigatórias. Há ainda, no caso de Libras, aqueles que aprendem a língua para aprimorar o relacionamento, no caso de um parente surdo, por exemplo.



AUTOAVALIAÇÃO

Após esta aula, sou capaz de identificar as ações do Estado no campo da língua, ou seja, identificar as ações de política e planificação linguística? Sentindo dificuldades, releia a aula e procure a tutoria.

REFERÊNCIAS

- CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.
- DALINGHAUS, Ione Vier; PEREIRA, Maria Ceres. Os reflexos da falta de políticas linguísticas em contextos fronteiriços do Mato Grosso do Sul. **Línguas & Letras**, v. 10, p. 1-16, 2009
- GUIMARÃES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**, v. 57, n. 2, pp. 24-28, 2005.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Diversidade e unidade: a aventura linguística do português (parte 1). **Revista ICALP**, vol. 11, Março de 1988, p. 60-72.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Diversidade e unidade: a aventura linguística do português (parte 2). **Revista ICALP**, vol. 12/13, Junho-Setembro de 1988, p.13-28.